

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus

Marcio André Araújo de Oliveira

Manaus
2009

MARCIO ANDRÉ ARAÚJO DE OLIVEIRA

Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dr^a. Maria Izabel de Medeiros Valle

Manaus
2009

MARCIO ANDRÉ ARAÚJO DE OLIVEIRA

Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 18 de setembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Izabel de Medeiros Valle
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo Freitas Pinto
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

À Raimunda Araújo (*in memorian*) e Dorinha Araújo (*in memorian*)

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Izabel Valle pela excelente orientação. Obrigado pela confiança e generosidade e pela exigência de rigor no trabalho científico presente ao longo de toda a execução da pesquisa, mais ainda, por aceitar orientar um desconhecido estudante de filosofia na seara dos sociólogos. O diálogo e a convivência me fizeram melhor caminhar e amadurecer.

Aos professores, cujas disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia contribuíram para minha formação: Marco Aurélio Paiva, Antonio Carlos, Nelson Noronha, Terezinha Fraxe, Noval Benaion, Renan Freitas Pinto, Selda Costa e do Programa de Pós-Graduação em História, Luiz Balkar.

Aos companheiros da turma de 2007 do PPGS pelos momentos de reflexão e descontração: André Botinelly, Carla Denise, Charles Falcão, David Spencer, Eudes Lopes, Francinezio Amaral, Gláucia Baraúna, Helena Tupinambá, Maglúcia Izabel, Marco Antonio, Bernadete Maia, Samia Feitosa, Suzete Nobre e Tiago Jacaúna.

À Capes e à FAPEAM pela bolsa de pesquisa como apoio financeiro ao longo dos dois anos de curso e, novamente, em especial para FAPEAM pelo apoio imprescindível à minha participação em evento científico para apresentar parte desta pesquisa na ANPOCS.

Ao Prof. Dr. José Ricardo Ramalho pelas discussões e indicações, pelos esclarecimentos feitos no começo dessa investigação e durante a ministração da disciplina Sociologia do Trabalho.

Ao autêntico Mestre de Línguas Clássicas Prof. Giancarlo Stefani com que travei conhecimento desde a graduação e não apenas me orientou no vernáculo grego, também, encontrava tempo e paciência para indicar o melhor caminho do complicado jogo da linguagem e da formação de conceitos.

À Profa. Dra. Elenise Scherer que participou do momento da qualificação trazendo indicações que contribuíram de forma relevante para que eu pudesse destrinçar essa rede social que se apresentava como um difícil emaranhado e pelo aporte das informações e dos dados que sem os quais se tornaria mais difícil o começo da caminhada.

Ao Prof. Dr. Renan Freitas Pinto, pelas indicações de caminhos para a realização da pesquisa e sugestões de leitura e indicações de percurso extremamente valiosas.

Ao Prof. Dr. Jacob Carlos Lima pelas sugestões de modificação do texto e correções teóricas necessárias durante a defesa desta dissertação.

A todos os funcionários solícitos da SEMAGA que me ajudaram de algum modo nos dois momentos que tive de recorrer a esta secretaria e ao pessoal da GECIN que me recebeu atenciosamente disponibilizando-me, em breve tempo, os dados quantitativos para que eu começasse a entender o campo de pesquisa e os atores sociais da Praça da Matriz.

Meu muitíssimo obrigado, a todos os permissionários e fiscais que trabalham na Praça da Matriz e aceitaram de bom grado em participar da entrevista e compartilhar comigo um pouco de seu cotidiano e trajetória pessoais. Foi com cada resposta dada durante as entrevistas e nas conversas informais que pude encontrar e juntar as peças para montar esse quebra-cabeça intrincado das relações sociais que se fundem no cotidiano da Praça da Matriz. Sem essas disponibilidades seria impossível compor o núcleo duro desta investigação e, sem dúvida, seria impossível compor a própria dissertação.

Ao Tarcísio Santiago, velho amigo que apareceu em boa hora durante a composição do projeto de pesquisa, dando os alertas necessários a fim de dirimir o máximo de erros e falhas que pudessem dificultar a defesa do projeto diante da exigência dos examinadores do concurso.

Aos familiares pelo apoio e incentivo. Aos amigos pela torcida.

À esposa que chegou durante o percurso já iniciado e bem na parte difícil, no final da investigação. Obrigado por toda a compreensão necessária e paciência.

A Deus pelo dom da dúvida.

RESUMO

Esta investigação é norteadada por três marcos direcionais: o primeiro deles diz respeito ao conhecimento da realidade que cerca os atores sociais do entorno da Praça da Matriz, em Manaus, cujo principal meio de vida é extraído de ocupações informais; um segundo marco direcional está na tentativa de entender a instituição deste espaço como escolha racional e que leva a tessitura de laços fortes e fracos entre os próprios indivíduos e os grupos que se formam, as organizações privadas e representativas e a regulação do poder público sobre esta configuração; finalmente, o terceiro marco reside na identificação, dentro do processo de interação dos atores, dos nós que surgem formando uma rede específica e produzindo novas dimensões para a abordagem teórica e da práxis de um contexto de integração precária e contraditória. De outro modo, temos a intenção esboçar os principais argumentos teóricos da metodologia da análise de redes sociais que seguimos como marco metodológico desta investigação. Nosso foco é ocupação desenvolvida por camelôs e todos os desdobramentos de sua interação com outras ocupações que se configuram no cenário desta pesquisa. A possibilidade de discutir com outros segmentos da sociedade que o uso da via pública por essas ocupações promove de certa forma uma desfiguração e desordenamento do espaço urbano não será descartada. Finalmente, trouxemos para o debate e a crítica a situação do “microempregado” da Praça da Matriz e de sua rede social enquanto configuração de uma tessitura de precariedades pode muito bem ser referenciada por uma discussão sobre o seu *modus operandi* de inclusão social no contexto da construção da modernidade na sociedade brasileira.

Palavras-chave: microempregado, empreendedorismo, rede social, ocupação informal, mercado de trabalho, Manaus.

ABSTRACT

This research is guided by three directional landmarks: the first one of them says respect to the knowledge of the reality that surrounds the social actors of the Square of the Matriz, in Manaus, whose main half of life it is extracted of informal occupations; as a second directional landmark is in the attempt to understand the institution of this space as rational choice and that it takes the knit of strong and weak bows between the proper individuals and the groups that if they form, the segment private and your representative organizations and the regulation of the public power on this configuration; finally, the third landmark inhabits in the identification, inside of the process of interaction of the actors, of we who appear forming a specific network and producing new dimensions for the theoretical boarding and in the *práxis* of a context of precarious and contradictory integration. To attempt as application the sketch the main theoretical arguments of the methodology of the analysis of social networks that we follow as landmark methodology of this research. Our focus is occupation developed for peddlers and all the unfolding of its interaction with other occupations that if configure in the scene of this camp of research. The possibility to argue with other segments of the society that the use of the public space for these occupations promotes of certain forms a disfigurament and confusion of the urban space will not be discarded. Finally, we brought for the critical and debate the figure of the “microentrepreneur” of the Square of the Matriz, in Manaus, and its social network while configuration of a knit of precariousness can very be reference by a discussion on its *modus operanti* of social inclusion in the social context establishment of modernity in the Brazilian society.

Key words: microentrepreneur, entrepreneurship, social network, occupation informal, labor market, Manaus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Mapa do Estado do Amazonas em destaque	72
Ilustração 2. Foto de satélite da área urbana de Manaus	73
Ilustração 3. Mapa do campo de pesquisa – Praça da Matriz	75
Ilustração 4. Foto de satélite do campo de pesquisa – Praça da Matriz	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Rota Migratória – Região Norte	47
Tabela 2. Indicadores do Setor Comércio (varejista e atacadista) e Mercado de Trabalho em Manaus	55
Tabela 3. Indicadores do Setor Comércio (sub-setor varejista) e Mercado de Trabalho em Manaus	55
Tabela 4. População de Manaus	63
Tabela 5. Tipo de ordenamento identificador do permissionário na GECIN	107

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1. Evolução dos pequenos empreendimentos na área urbana – Brasil / 1997/2003	38
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A rede em tríade	70
Figura 2. Rede com elos relacionais entre grupos diferentes compondo uma tessitura	71

Figura 3. Identificação dos elos relacionais e redes sociais	124
---	-----

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Carregador de banca	78
Foto 2. Guardador de veículos entre avenida Eduardo Ribeiro e XV de Novembro	78
Foto 3. Permissionário de carro-lanche	79
Foto 4. Bancas na avenida Eduardo Ribeiro (à 5m da Praça da Matriz) reparada por um vigilante	79
Foto 5. Transporte de bancas no entorno da Praça da Matriz	80
Foto 6. Vendedor água e café	80
Foto 7. Entorno da Praça da Matriz sendo lavado por permissionário	81
Foto 8. Banca de Jogo do bicho e pontos de sapateiro	81
Foto 9. Veículo utilizado por carregador de gradeados e gelo	82
Foto 10. Fiscais da SEMAGA em ação	82
Foto 11. Permissionário com banca fora do padrão comum do entorno da Praça da Matriz	83
Foto 12. Aviso de reforma da Praça Oswaldo Cruz no entorno da Praça da Matriz motivo da retirada de alguns permissionários	83
Foto 13. O camelô e sua banca	84
Foto 14. Tabuleiro com carrinho de mão típico de “invasor” de frutas e verduras	84

SUMÁRIO

Apresentação	12
Introdução	14
PARTE I	24
CAPÍTULO 1: Mercado de trabalho e informalidade	24
Ocupação, emprego e desemprego estrutural	27
A ocupação informal no mundo do trabalho	32
Economia informal ou Trabalho informal?	37
PARTE II	45
CAPÍTULO 2: À procura de um lugar para trabalhar: é melhor no “centro”?	45
O centro comercial de Manaus como lugar de trabalho	45
Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus)	55
A questão do emprego formal na cidade de Manaus nos anos 1990	60
Um “camelódromo” para o centro	65
O corte diagonal da precarização na indústria e no comércio	66
CAPÍTULO 3: Entre redes e árvores na Praça da Matriz	68
O espaço urbano ocupado: a Praça de trabalho ou entre articulações e táticas	68
Esquemas <i>tessituras-nós-redes</i>	70
O Campo de Pesquisa	72
Percalços e percursos	85
O camelô da Praça da Matriz	91
Onde os nós se atam na Praça da Matriz (<i>relacional strong ties</i>)	97
Ajuda mútua e parceria	111
Onde se afrouxam os nós da rede (<i>relacional weak ties</i>)	114
O tempo das Redes	117

<u>PARTE III</u>	<u>127</u>
CAPÍTULO 4: A situação de “microempregado”	127
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>156</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>160</u>
<u>APÊNDICES</u>	<u>165</u>
APÊNDICE A – FOTOS DA PRAÇA DE TRABALHO E OUTRAS	166
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA	181

APRESENTAÇÃO

“O que um cientista faz é apenas aperfeiçoar e
aprimorar o comportamento cognitivo do
comum dos homens”
(Willard V. O. Quine)

Ao decidir na graduação pela licenciatura havia calculado ser este o caminho mais rápido de inserção no mercado de trabalho. Enquanto preparava aulas sobre as teorias que havia estudado, surgiu-me a necessidade de pesquisar uma temática social de forma empírica. Parti de meu envolvimento com o cotidiano que se apresentava durante o percurso diário por terminais de ônibus e pelo centro da cidade de Manaus. A situação mais próxima que me tocava durante minhas idas e vindas, era o trabalho intenso e perturbador realizado nas ruas do centro, desde à manhã até ao final do dia. Isto levou-me à tentativa de analisar como as críticas a respeito da desorganização do centro da cidade levantadas pela associação representativa dos lojistas, que se relacionava com o número expansivo de camelôs no local e com a indiferença do poder público na tentativa de planejar e encaminhar uma solução.

O centro da cidade de Manaus se inscreveu na memória e na ação de seus atores sociais como o lugar de trabalho por excelência (antes do Distrito Industrial), da chegada e partida do migrante, dos movimentos de protesto, de poder religioso, dos poderes do Estado, da diversão e entretenimento, da educação de elite, de marco cultural, das malandragens e golpes, das aventuras amorosas e encontros fortuitos e, por tudo isto, um espaço de intensa atividade de trocas sejam elas simbólicas, políticas ou econômicas.

Minha própria mobilidade ocupacional se inscreve no centro que não deixou de exercer muita influência e não menos fascínio. O percurso do objeto investigado não está desvinculado da nossa realidade histórica e do nosso cotidiano. Entretanto, é preciso pesquisar com objetividade, utilizar instrumentos que permitam o entendimento do objeto além das nossas intenções subjetivas.

A investigação científica na tentativa de compreender um objeto que se encobre e se revolve sob as condições de estruturas sociais conflituosas e mecanismos

ideológicos, impõe ao pesquisador entender a problemática e desvelar pela investigação social essas condições que se apresentam e que revestem de uma integração social cheia de precariedade e falácias.

Esta investigação, aguçando a sensibilidade e o entendimento, se faz necessária para a instituição do caminho científico que apresente novas perspectivas para o fenômeno social do trabalho informal. Se para o homem comum a realidade social pode se lhe apresentar sem o rigor científico e, talvez, um tanto caótica e obscura, entretanto, a sua leitura de mundo é entrecortada pelo movimento de sua história e práxis demarcada pelas atividades de seu cotidiano.

Por outro lado, como que conduzido ao mais profundo da questão investigada, em meu *métier* como pesquisador social acabo por estar impregnado pelo prazer da descoberta, pela dinâmica do objeto e, com certeza, pelo dilema que me circunda e exige de mim um rigor necessário para tratá-lo. Apresentar objeto e atores envolvidos separados da perspectiva caótica e do envolvimento obscuro, tal é a dificuldade que incorro na tentativa de responder ao que me propus investigar. Para isto, distanciando-me algumas vezes, para outras me aproximar o mais que puder, fazendo um movimento de *détour* em direção à realidade social pesquisada.

Finalmente, meu envolvimento na pesquisa acaba travando um embate para entender a dimensão do discurso do exterior, daqueles que falam sobre o tema de tamanha distância que o recobrem mais ainda de obscuridade e desordem. Falam sobre a ilegalidade, a feiúra, o desordenamento, porém, ficam à margem sem aproximar-se do centro dos conflitos sociais, da subordinação dos atores envolvidos na construção social do seu “trabalhar” e “viver” e, na integração social precária por dispositivos reguladores e normatizadores que mais aplicam políticas de inserção que de integração social.

Esses são os dilemas com que me envolvi pelas idas e vindas ao centro, pela própria construção social da minha realidade, pela instigação de um cotidiano que me tocava próximo. Ainda mais, quando entendemos que a pesquisa científica pode contribuir pra o esclarecimento do debate e discussões levantadas e, também, pela não concordância das afirmativas dogmáticas que se queiram impor sobre um fenômeno social.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade da década de 1960, a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada no bojo de vários projetos de desenvolvimento para a região amazônica. Em pouco espaço de tempo Manaus tornou-se o maior polo atrativo para populações vindas tanto do interior do Estado quanto de regiões próximas em busca de postos de trabalho, inicialmente nos setores de comércio e de serviços, mais tarde nas fábricas do recém inaugurado Distrito Industrial.

Completados quarenta anos do modelo, com ênfase ao Pólo Industrial de Manaus (PIM), pode-se observar que o “enxugamento” das fábricas e a implementação dos processos de terceirização, flexibilização e precarização das relações trabalhistas são algumas de suas características determinadas pelas mudanças em escala mundial da reestruturação produtiva com grande intensidade a partir dos anos 1990. Devido a estas circunstâncias, a crescente busca por postos de trabalho no setor formal se fez ainda mais intensa, somando-se a um considerado aumento migratório para o Estado neste mesmo período. Disto resulta um agravamento das condições socioeconômicas no mercado de trabalho tanto pela contínua chegada de recente mão-de-obra quanto pelo aumento do contingente de demitidos do PIM. O aumento de contratos no “mercado de trabalho atípico” e de ocupações informais precárias teve um crescimento perceptível e que não pode ser ignorado.

Esta dissertação é o resultado de uma investigação realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Universidade Federal do Amazonas, em Manaus.

Ela tem como escopo a busca por responder três marcos direcionais que nos fizeram ir ao campo de pesquisa. O primeiro deles diz respeito ao conhecimento da realidade que cerca os atores sociais do entorno da Praça da Matriz, cujo principal meio de vida é extraído de ocupações informais; um segundo marco direcional está na tentativa de entender a instituição deste espaço como escolha racional e que leva a tessitura de laços fortes e fracos entre os próprios indivíduos e os grupos que se formam, as organizações privadas e representativas e a regulação do poder público sobre esta configuração; finalmente, o terceiro marco reside na identificação, dentro do processo de interação dos atores, dos nós que surgem formando uma rede específica e

produzindo novas dimensões para a abordagem teórica e na práxis de um contexto de integração precária e contraditória.

Além disso, o leitor terá em mão a minha preocupação em descrever os detalhes que pude captar durante o período de observação desse campo, tendo igualmente, o cuidado de travar conversas informais com alguns camelôs para ir buscando uma melhor percepção do cenário que se apresentava e obtendo informações que resultaram como fundamentais antes da realização das entrevistas. Estas se demonstraram como fator determinante para o conhecimento do cotidiano dos grupos envolvidos no circuito comercial da Praça da Matriz, seja em sua forma legal ou ilegal, justa ou injusta, formal ou informal.

As informações obtidas sobre os assuntos pontuados no decorrer do texto vieram por diversas vias: como a rede mundial de computadores, a bibliografia elencada, dicionário, participação em reuniões, panfletos de propaganda, fotografias tiradas *in loco*, assistência em apresentações de artistas de rua, jornais impressos e televisivos, revistas semanais, visitas em secretarias públicas, dados oficiais e não-oficiais, compras no centro e viagem de barco. O cuidado no tratamento dessas informações também se faz presente como resultado na escrita deste texto.

Quando me vi no campo de pesquisa em meio à coleta de dados, à observação do campo, instigando conversas informais com os camelôs, fotografando os lugares e situações e, posteriormente realizando entrevistas, comecei a me dar conta da amplitude da problemática que envolvia o tema da investigação. À proporção que me inseria nesta realidade, mais me perguntava como interpretar um fenômeno social tão diversificado quanto ramificado em uma estrutura dinâmica e complexa formada por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, tentando encontrar táticas de integração na estrutura social, interligados de modo horizontal e com predominante tendência à dissociação.

É importante ressaltar o quanto a observação do campo implicou em mudanças significativas do viés do trabalho e da minha postura enquanto pesquisador iniciante. Foi a partir da observação de campo que me veio a ideia de utilizar a metodologia da análise de redes sociais como referente para a construção da identificação dos grupos que trabalhavam no lugar e na construção da percepção de rede que os envolvia. Apesar do amplo uso de modo quantitativo da análise de redes sociais, tomei a leitura

de autores que apontavam sua dimensão qualitativa a fim de interpretar pelo prisma sociológico da interação social as relações que cruzavam esses atores sociais.

Pensei na variedade de posturas metodológicas e métodos para interpretar a realidade social que se apresentava à pesquisa. Quando me deparei com assertiva de Jean-Claude Passeron (1995) que “nenhuma forma de trabalho científico detém o monopólio do Espírito científico, pois isto seria admitir, antes de verificar-se, uma “essência” pela qual seriam desempatados os pretendentes empíricos a este rótulo” (1995, p.11).

Isto tanto me provocou em não enquadrar a realidade social em um modelo metodológico determinado e rígido, como me impulsionou à uma investigação empírica que não pretende dizer sobre a realidade social uma dogmática da verdade. Ao contrário, quer entendê-la como *epistème* de um objeto que se apresenta, se faz e se desfaz com a mesma facilidade em uma espécie de autogeração e, interpretá-la a partir das condições da *empeiria* e da vida comum. Ou seja, reconhecendo a incapacidade de captar a essência ou natureza da realidade social, antes entender como ela se apresenta em sua dinâmica e multiplicidade, sem o peso da força do dogmatismo semântico sobre os termos verdade, realidade e conhecimento (PORCHAT PEREIRA, 1995).

É necessário salientar que o senso comum que reveste o cotidiano não pode ser considerado banal ou exterior do conhecimento, não deve ser desqualificado, pois isto desqualificaria a questão do conhecimento da vida cotidiana.

Ele é, nesta perspectiva que adotei, conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Por isso, o cotidiano é pleno de interação entre sujeitos que reciprocamente experimentam significados que reinterpretem, reformulam, reelaboram e articulam entre si no momento de sua sociabilidade.

O significado da realidade social a partir do prisma de um quadro metodológico que se configure adequado à investigação não pode amarrar a imaginação sociológica do pesquisador, no entanto, é preciso ter cautela para não se perder na amplitude desta realidade que é complexa, dinâmica e oferece a perspectiva multidimensional.

Segundo Passeron (1995), “existem as metodologias que se pode chamar de “moles” e outras mais “duras” – em função do aumento das restrições formais do

raciocínio [...], seria talvez supor, como Bergson, uma relação mágica de simpatia ou atração entre um método e seu objeto” (1995, p.14). O que, de outro modo, podemos inferir como o raciocínio sociológico se caracteriza pela discussão argumentativa mediatizada por um raciocínio estatístico/“duro” e a interpretação do contexto histórico/“mole”.

Por isso, identifiquei como o modo adequado de tratar o tema de investigação e os atores sociais envolvidos com a cientificidade das ciências empíricas da interpretação. Não desqualificando a interpretação hermenêutica, com seu quadro metodológico de destaque nas ciências humanas, porém, não a tendo por princípio. Busquei considerar a necessidade de adequação da problemática à contextualização histórica do tema e, com referência a inserção no campo para a observação *in loco* e o tratamento das informações empíricas que trouxessem redimensionamento para o objeto próprio das Ciências Sociais.

A etapa da entrevista foi um momento de muita tensão, na medida em que o pesquisador realiza a tentativa de se inserir no cotidiano do sujeito de sua pesquisa no desejo de apreender trejeitos, modos e ações por meio da fala que se expressa em cada resposta.

Escolhemos realizar o tipo de entrevista semi-estruturada que trouxesse em sua composição questões com perguntas abertas (13) e perguntas fechadas com múltipla escolha (34) num total de 47 quesitos para os camelôs. Deste modo poderia deixar o entrevistado com certa liberdade em responder, mas seguindo um nexos determinado pelas questões. E, o outro bloco de entrevistas no campo de pesquisa foi realizado com o grupo de fiscais num total de 15 questões sendo 05 perguntas fechadas e 10 perguntas abertas. O elenco de perguntas indicadas na pesquisa desenvolvida por Sena (2002), na cidade de Belém, foi de fundamental importância como norteadoras para a composição das questões da minha entrevista.

O uso do gravador de voz durante a realização das entrevistas foi aplicado somente entre os fiscais da prefeitura. Além da aceitação mais receptiva, foi possibilitada a escolha de um ambiente pouco afetado pelas movimentações de pessoas e ruídos onde havia um local mais apropriado, por trás do posto policial da 1ª Companhia Interativa Comunitária (1ª CICOM) do Batalhão de Polícia Ostensiva (BPO), onde diariamente os fiscais do centro se reúnem para confirmar a presença e

dar início às atividades rotineiras. Era sempre no início da rotina diária que a realização da entrevista acontecia. Com os camelôs suspendemos o uso do equipamento devido a alguns fatores como os mencionados acima e também à poluição sonora do ambiente durante os momentos de trabalho.

Cada entrevista durava uma média de 20min., entre uma questão e outra, a pausa dada para o atendimento ao comprador e às explicações mais detalhada de alguns quesitos perguntados. Além de não poder estender o tempo, tinha que ficar atento às pausas na fala, que denotavam no informante o cuidado do que dizer e as confissões do cotidiano fora do roteiro da entrevista. Descubro, por exemplo, que eles se reportam muito à crise financeira mundial que afetou o Brasil, e a consequente falta de empregos e de compradores.

Entrevistei dois grupos distintos e representativos que atuam na Praça da Matriz. O primeiro grupo são os permissionários representados pelos camelôs. O segundo grupo, como contraposição, foram os fiscais da prefeitura que atuam no centro fiscalizando a ação dos permissionários. A escolha destes dois grupos se estabeleceu a partir da posição assumida na rede, os permissionários que devem se enquadrar nas normas regulatórias previstas para sua atividade e os fiscais que devem acompanhar e fiscalizar *in loco* o cumprimento dessas normas pelos permissionários.

Foram incluídos na pesquisa somente camelôs com o registro de permissionário devidamente cadastrado para o fim de comércio de mercadorias e prestação de serviços, tais como bancas e carros-lanche, no entorno da Praça da Matriz. Foram entrevistados 20 camelôs. Precisam ser maiores de idades, ambos os sexos, qualquer escolaridade e verdadeiros responsáveis pela banca. E, quisessem de livre e espontânea vontade participar da entrevista. Foram excluídos todos os que não apresentaram a identificação permissionária. O recrutamento foi realizado a partir da livre aceitação dos sujeitos em participar da pesquisa com a finalidade de levantar dados qualitativos e quantitativos socioeconômicos sobre os mesmos. E, pela suas respostas identificamos os nós que compunham sua rede social. Foram utilizados, também, dados quantitativos e qualitativos disponibilizados pelos órgãos públicos e revistas especializadas e da bibliografia pertinente ao tema, tanto em nível local como nacional e internacional.

Quanto ao segundo grupo, os fiscais, a composição para a entrevista foi 05 pessoas, o mesmo número que atua no entorno da Matriz, de uma população de 17 indivíduos que fiscalizam as atividades dos permissionários no centro da cidade.

Conseqüentemente foram incluídos na pesquisa os fiscais que em sua rotina de trabalho se encontram no perímetro pesquisado. Tendo qualquer vínculo de contrato com a prefeitura, ambos os sexos, qualquer grau de escolaridade e qualquer tempo de serviço na função.

Foram excluídos todos os que não se enquadraram no perfil acima. O recrutamento foi realizado a partir da livre aceitação dos sujeitos em participar da pesquisa com a finalidade de levantar dados qualitativos.

As discussões que se seguem tratam de sete palavras-chave que se apresentam com frequência entre as argumentações desse texto: ocupações informais, cotidiano, redes sociais, mercado de trabalho, Manaus, camelô e integração social precária.

É possível que, pelo momento político e pela percepção de negócios que se apresenta para 2014, esta rede da Praça da Matriz tende a se desfazer. A procura por outro local que abrigue os permissionários está na pauta das discussões do poder público e de seu sindicato. As instituições representativas do segmento empresarial fazem coro pela revitalização do centro. Os projetos de urbanização já estão sendo implementados nesta área e os discursos, cursos e normas para a autonomia do empreendedor individual estão ficando mais acirrados. A retirada dos permissionários da Praça da Matriz apresenta-se como certa e causa sensação de insegurança entre eles. Mas, isto não é o assunto a ser tratado por esta dissertação. Mesmo assim, não posso deixar de mencionar para que posteriormente seja possível encontrar onde esta rede se refez e atou o seu nó.

A dissertação está dividida em quatro capítulos que falam separadamente de questões em sua dimensão específica, mas que se interligam ao tema pesquisado e compõem a estrutura lógica trazendo coesão e coerência no discurso.

No **capítulo 1**, tratei de definir devidamente os conceitos e aplicações de emprego, desemprego e ocupação. A ocupação de camelô é uma entre diversas ocupações do “mercado de trabalho informal”. Entendemos este “mercado informal” como um termo ambíguo, amplo em diversidade e composto por um exército industrial não mais de reserva, porém ativo exercendo atividades precárias em dimensões

variadas e complexas. Ela é considerada muitas vezes como um trabalho “por conta-própria”, ou seja, “é aquele que, não tendo um empregador fixo, oferece seus serviços sem ter que prestar contas pelas condições em que esses são realizados” (MÉDICI; AGUIAR, 1986, p.21).

Poucas pesquisas tratam da ocupação de camelô na cidade de Manaus. E, mais ainda, quando o tema tenta relacionar esta ocupação com as redes sociais (familiares, associações, acordos localizados) que a sustentam e a mantêm fazendo com que exista certa perenidade da ocupação ao longo do tempo. Por isso, a presente pesquisa tem uma justificativa em sua execução pelo motivo acadêmico de preencher a escassez de pesquisas empíricas referentes à temática.

Desta feita, no **capítulo 2**, discuto sobre duas questões pertinentes: em primeiro lugar, o mercado de trabalho em Manaus nos anos 1990 e, em segundo lugar, os aspectos que constituem as características do centro comercial formal de Manaus.

Outrossim, considerei como importante para melhor entender a problematização do tema pesquisado uma leitura verticalizada a partir de três autores (DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003; SALAZAR, 1985) que em seus diferentes campos científicos constroem e ajudam a entender o caminho das contradições e conflitos inerentes à constituição da cidade de Manaus.

De fato, o mercado de trabalho é dinâmico e indicador das transformações sociais, históricas e econômicas ocorridas em determinada época como ocorreu nos anos 1990 a partir da reestruturação produtiva em escala global. Em Manaus essas repercussões não serão desprezadas, ao contrário, como mostram as pesquisas de Valle (2007) e Scherer (2005) os impactos no mercado de trabalho local serão significativos e transformadores para novos padrões de sociabilidade e empregabilidade a partir da Zona Franca de Manaus.

Por outro lado, ao tratar de um tema que envolve, entre outras questões, a noção de informalidade, de mercado de trabalho formal e Zona Franca de Manaus, é necessário por na ordem da reflexão quais as instituições sociais e representativas fazem parte desse debate. Por isto, em minha pesquisa, ao escolher uma instituição representativa optei pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), como componente importante do discurso sobre o ordenamento e restauração do centro da cidade, a partir do momento em que representa os interesses de um segmento

empresarial e comercial específico, os lojistas de Manaus. Em certa medida ela torna-se o ponto de oposição e de conflito ao comércio realizado por camelôs, ambulantes, vendedores de produtos “piratas”, micro-oficinas, ou seja, tudo o quanto possa representar a situação de concorrência com a informalidade das ruas.

Enfim, proponho trazer para a discussão deste capítulo as referências de pesquisas locais, alguns dados quantitativos sobre o setor comercial de Manaus com o objetivo de iniciarmos as discussões sobre o campo de pesquisa.

Segue-se que no **capítulo 3**, achei por bem apresentá-lo como núcleo central da investigação desenvolvida.

O leitor irá encontrar onde se localiza o campo de pesquisa, quem são os atores envolvidos, como se constituiu a amostragem e a população, o quadro metodológico e as metodologias utilizadas e os resultados construídos.

Neste capítulo a perspectiva local é ressaltada e, por outro lado, esclarecedora para quem quer entender a dinâmica que envolve o objeto pesquisado. O recorte deste campo específico será explicitado não apenas o seu motivo como através de fotos se revelará parte desse cotidiano intenso na Praça da Matriz. Ainda, mostraremos as dificuldades encontradas durante a realização do trabalho de campo.

Aqui, apresento as táticas utilizadas pelos permissionários para sobreviver em uma densidade de nós e disputa por consumidores, além de tentativas de escape das estratégias de ordenamento e normatização impostas pelo poder público. As redes e árvores que envolvem a Praça da Matriz não conseguem encobrir o chamado “invasor”, um ator diferenciado que a certa altura fica no meio termo entre o camelô e o ambulante.

Como os nós que se atam em um punho de rede de dormir, também se atam os elos relacionais entre os grupos que formam a rede específica da Praça da Matriz. E, como os nós de um punho de rede eles também podem puir e se desatar. É sobre estas situações que envolvem os permissionários da Praça da Matriz, a constituição da intensidade do grau nodal a que estão submetidos, que de modo algum se dá sem a perspectiva da ajuda mútua e da parceria entre os indivíduos do grupo, assim, tomei o grupo de camelôs para demonstrar como exemplo esta situação. Bem como apresentarei as principais características da metodologia de análise de rede social a

partir das pesquisas de Fábio Duarte, Carlos Quandt e Queila Souza (2008) e Mark Granovetter (1983).

Por fim, quero convidar à leitura atenta de duas partes que se destacam neste capítulo, como resultados primários da investigação. A primeira é a identificação de grupos que estão simultaneamente e de modo diverso em ocupações regulares e intensas nesta rede. Seja quando agem por um desvio das normatizações ou quando são permissionários para uso de um espaço público que acabam por transformar em privado. A segunda parte se refere ao processo envolvido no entendimento desse objeto a partir de sua dinâmica e como foi preciso se cercar de um quadro metodológico que pudesse dar conta de tantas relações diferenciadas e pulverizadas a um tempo e por outro, simultâneas e imbricadas. As ferramentas da metodologia de análise de redes sociais por um lado se me ajudaram a organizar os dados e dispô-los a uma apresentação razoável, por outro, me auxiliaram a lançar luz sobre um pseudomundo obscuro e caótico como querem as afirmações de alguns discursos dos segmentos envolvidos no debate sobre os camelôs, especificamente, do centro.

A última parte da dissertação, o **capítulo 4**, constituiu-se em um segundo resultado da investigação. É na verdade, a minha tentativa de colocar a problemática dentro de especificações que possam enriquecer o debate e instituir-se como crítica às abordagens estáticas e unilaterais que envolvem o tema.

Como tentativa, contém suas falhas e limitações possíveis estando aberta às críticas e revisões. Mas, no esforço de produzir este capítulo, encaminho a discussão tendo como objetivo construir a argumentação de que as táticas de sobrevivência do homem comum estão plenas de ideologias afirmativas inseridas em um momento de mudanças de paradigmas políticos, econômicos, científicos e institucionais, só para citar alguns aspectos entre outros. Este meu empreendimento teórico, talvez precário, se consolida na perspectiva de um diagnóstico local que perpassa por ações mundiais que vêm trazendo novas configurações e reações diversas ao debate da chamada nova questão social. A pesquisa de Robert Castel (1998) e José de Souza Martins (2000; 2007) estabelecerão o norte do debate sobre exclusão e integração social dentro do cenário de transformações sociais decorridas do modo de produção capitalista.

Sendo assim, com um resultado do trabalho de campo, quero entrar na discussão propondo a dimensão de um tipo social que está sendo constituído com base

nas normatizações de inserção social e nas condições sociais e culturais que se apresentam como resultado da crise do capital mundial para a classe-que-vive-do-trabalho. Sem deixar de lado as condições históricas do país envolvido na instituição de uma modernidade anômala e da inserção no mercado mundial por meio da subordinação à forma capitalista de produção.

Espero que todo o esforço realizado na leitura desta dissertação possa ser compensado pelo prazer em conhecer um aspecto do trabalho local da cidade de Manaus e na estreita dimensão de seus elos no cenário da política econômica nacional.

De igual modo, que a crítica a ser levantada pelas perspectivas apresentadas e pelo desenvolvimento da investigação, venha nos provocar ao aprimoramento metodológico e que resultem no aprofundamento do debate que envolve a temática.

CAPÍTULO 1

Mercado de trabalho e informalidade

Em uma população não são todos que se encontram aptos para o mercado de trabalho (por motivos como problemas de saúde, de legalidade, de faixa etária, entre outros) e, daqueles que se encontram aptos, nem todos estão em empregos formais, registrados em carteira de trabalho e participando de benefícios sociais oriundos do direito trabalhista. O surgimento de um mercado de trabalho atrelado ao chamado “setor informal”, disseminador de contrato de trabalho flexível e precário e de ocupações atípicas não-fordista acirra a discussão se a informalidade ou é um fenômeno marginal, ou é um processo social, econômico e político fundamental no interior de uma sociedade em crise.

O foco desta pesquisa não é analisar e discutir a respeito do surgimento de um “setor informal”. Isto, vários autores já fizeram de modo profundo e determinante para o entendimento da problemática na região da América Latina e especificamente no Brasil como Cacciamali (1994; 1999), Kowarick (1977), Oliveira (1972), só para citar alguns nomes dessa importante discussão temática.

De certo modo, o conceito de setor informal é visto como um conjunto de características de unidades produtivas, relações de trabalho, qualificação, remuneração, ramos de atividade, número de horas trabalhadas, entre outras. A questão que se coloca para estes autores, apesar da diversidade de perspectiva, é a necessidade de configurar uma consistência da compreensão da dinâmica do funcionamento do setor informal se integrando na compreensão do sistema econômico como um todo; além de se compreender a produção e a circulação no setor informal como um modo próprio no circuito de produção e no circuito de circulação da mercadoria, com sua lógica interna não meramente residual em relação ao setor tipicamente capitalista da economia.

Outra contribuição é dada por Lazarte (2000), quando aponta que os estudos sobre o “setor informal” principalmente os de caráter sociológico ou antropológico tem contribuído para o conhecimento das heterogeneidades existentes em seu interior. É preciso levar em consideração as diferenças entre os diversos tipos de trabalhadores

por conta própria, ou entre a mesma ocupação no setor formal e no informal, por exemplo, suas leis de funcionamento, padrões de eficiência, formas de recrutamento, níveis de rendimento.

Segundo este autor, essa dificuldade se encontra na inexistência de uma política social, e mais especificamente de uma política de emprego e seguridade social. Obrigando a uma parte cada vez maior da força de trabalho, que não encontra ocupação no setor capitalista tipicamente formal, a criar para si mesma uma atividade que lhe proporcione uma fonte de renda capaz de sustentar o trabalhador e ao seu núcleo familiar. Por isso, a expansão das atividades por conta própria, o autônomo, seria uma saída forçada para boa parte dos trabalhadores que desejariam, provavelmente, um emprego no setor formal. Desta maneira, o setor informal se expandiria e se diversificaria muito mais além da dinâmica de seu próprio setor.

Na década de 1990, vincula-se no discurso para setor informal a proposta de que aqueles que não têm acesso ao mercado formal de trabalho se capacitem para adquirir a “empregabilidade”, tornando-se empreendedores de seus negócios ou empresários de si mesmo. O que significa montar seu próprio negócio e passar a ser um pequeno/micro empresário individual. Embora insuficiente para explicar o crescimento do fenômeno, de modo geral, o trabalho informal é acompanhado pelo declínio do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e pelo crescimento dos que trabalham sem registro, tanto nas pequenas empresas como nas empresas com mais de cinco empregados.

Em outra perspectiva, alguns autores se referem àqueles que trabalham no “setor informal” como indivíduos excluídos da sociedade. Em especial, nas atividades por conta própria e em microempresas com as seguintes características: os familiares desempenhando papel essencial, a ocupação sendo de baixa produtividade o que acaba gerando renda insuficiente, além de se encontrarem fora do sistema de proteção social. Para combater este problema, apontam para uma estratégia de inclusão como forma de ampliação da cidadania econômica e social. Este é o discurso de pesquisadores dentro da Cepal¹ (TORKMAN, 2007, p.8), que não trabalham com a hipótese de que já está em franca aplicação a integração social de uma camada significativa da sociedade por vias da integração precária. O que precisa ser discutido, talvez, é que o problema não

¹ A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe é uma comissão econômica da ONU.

está na exclusão, mas na inclusão daqueles que estão sendo tocados por uma nova dinâmica de invalidação social, “aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*” (MARTINS, 2007, p.26).

Enfim, torna-se suficiente para a operacionalização da pesquisa, levantar algumas definições para se entender o chamado “setor informal” e sua relação com o trabalho informal. Primeiro, existem as definições operacionais do setor que são utilizadas para a construção de o arcabouço teórico e estatístico por algumas instituições, por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo, dentre as definições operacionais está a de autônomo ou por conta própria que interessa diretamente para a finalidade da minha investigação, porque esta categoria é definida como a pessoa que explora seu próprio negócio/ofício e presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s). E, se subdivide em: autônomo para empresa, autônomo para o público, empregador, dono de negócio familiar, empregado doméstico e trabalhador familiar. Finalmente, dentre essas subdivisões a definição de autônomo para o público, se aproxima ainda mais ao que interessa no recorte da investigação, pois sua definição é que “o indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem usar a intermediação de uma empresa ou pessoa”, além de que, explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda, o que identificamos muito comum na Praça da Matriz, com a ajuda de trabalhadores familiares e, eventualmente com ajudante remunerado nos períodos de maior volume de trabalho (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2000, p.8).

A argumentação desenvolvida, especificamente, neste capítulo quer chamar atenção aos desdobramentos decorrido do processo de reestruturação produtiva a partir dos anos 1990, no Brasil, que contribuíram para a piora das condições sociais não apenas à população de baixa renda, mas para o empobrecimento, fragilidade e precariedade da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 1997). Além de que, o agravamento destas condições não está de modo algum dissociado da implementação de uma política econômica e social de cunho neoliberal para a sociedade brasileira. O que resultou de modo imediato em flexibilização dos contratos de trabalho, no aumento de postos de trabalho terceirizados e no aparecimento de novos aspectos de

informalidade identificadas com as formas e relações de trabalho não-fordista. Deste modo, se constituirá o primeiro fio condutor em que se fundamenta o início desta investigação social.

1. Ocupação, emprego e desemprego estrutural

1.1. Ocupação e emprego assalariado: dois entendimentos de uma mesma contradição

“O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente”. (CASTEL, 1998, p. 516)

Entendo o conceito de mercado de trabalho não apenas pela sua dimensão econômica. É preciso ir um pouco além para entendê-lo, também, enquanto dimensão espacial, de território, de *locus* onde os sujeitos do mundo do trabalho mantêm laços de sociabilidade e redes sociais que não se inserem em uma lógica estritamente econômica, nem estritamente política. Um espaço de dinâmica intensa. O lugar não apenas de estratégias de sobrevivência ou de cumprimento de dever moral, é mais, da promoção de integração de vínculos sociais na sociedade de mercado. Espaço, por isso, para aqueles que não encontrando seu lugar no mercado de trabalho formal ou não dispondo ainda de autonomia jurídica para tal, tentam se integrar “nas franjas mais dissocializadas” (CASTEL, 1998, p. 31), aos modos, mesmo, de uma integração precária.

Tendo a questão social redimensionado o mercado de trabalho, agora, pressupõe para este que sua existência seja como um conjunto ligado por relações de interdependência entre economia, política e questão social, na medida em que perpassa por uma pluralidade de lógicas, construindo uma estrutura multidimensional.

Deste modo, o desemprego estrutural assume a condição mais tácita de fragilidade dos vínculos sociais que envolvem o mercado de trabalho em relações

complexas de complementaridade. Assim, torna-se um fenômeno nele instalado quando há mudanças em curso por meio da combinação de diversos processos que ocorrem de modo simultâneo nas estruturas do modo de produção, causando na vida da população como efeito principal: a deterioração do próprio mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir (VALLE, 2007; SINGER, 1996).

Enquanto que a busca de um indivíduo por emprego² está ligada diretamente à forma hegemônica de ocupação na sociedade capitalista, para se fazer reconhecido, para se ter *status* e proteção social, na sociedade salarial como destaca Robert Castel (1998).

Isto implica diretamente que o emprego passa a dar reconhecimento social para quem exerce uma ocupação formal, provocando desconforto e sentimento de impotência para os desempregados. Segue-se uma cadeia de conseqüências ideológicas de que quem não trabalha, também não produz, logo não deve consumir e é dispensável à estrutura social, nas palavras de Castel torna-se supranumerário³.

A relação direta do emprego como sendo a única ocupação possível demonstra-se falha. Ocupação não é sinônimo de emprego. No mercado de trabalho, como espaço de trocas, de compra e venda, “o emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado” (SINGER, 1996, p.3). Ora, entre tantas ocupações possíveis o emprego é uma dentre elas.

Segundo Paul Singer (1996), “ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce”. A atividade autônoma, em franca expansão atualmente, é uma ocupação como o é também o emprego público, o trabalho doméstico, os que executam atividades não-remuneradas, os que vivem da mendicância, os que vivem da criminalidade, entre tantos outros tipos de ocupação⁴.

² Desempregado não tem a mesma definição que desocupado: “a razão de ser deste procedimento é dada pelo fato deste conjunto [desocupado] não poder ser definido como desempregado, que se define em contraposição de com a situação de emprego. Portanto, quando medimos a magnitude da proporção dos desocupados sobre a PEA, jamais teremos uma taxa de desemprego, mas sim uma taxa de desocupação. [...] Assim, a mensuração da desocupação, do desemprego [...] deve ser relacionada com a posição do indivíduo na ocupação que exerce, exercia ou deseja exercer” (MÉDICI; AGUIAR, 1986, p. 20 e 21).

³ Segundo Castel (1998, p. 96), são aqueles que não tem nenhum lugar determinado na estrutura social nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas.

⁴ População ocupada é uma subdivisão da PEA (a outra é população procurando trabalho), sendo que é representada sob o ponto de vista da posição que o indivíduo detém na ocupação que exerce: empregado, empregador, trabalhador autônomo ou por conta própria. (MÉDICI; AGUIAR, 1986, p. 19).

É nesta relação diversa e múltipla, entre ocupação e emprego, que a população economicamente ativa⁵ nunca será igual aos que efetivamente estão trabalhando devido à principal questão: sempre haverá um grupo de pessoas que está querendo trabalhar pela primeira vez ou que se encontra em trânsito de uma ocupação para outra.

Mesmo os supranumerários irão procurar uma ocupação que lhes possibilite a sobrevivência nas franjas mais dissocializadas da sociedade. Hoje, as ocupações acabam por demonstrar que está em curso a substituição do assalariamento regular pelo trabalho assalariado sem carteira assinada e pelas ocupações informais em geral. A ocupação mais significativa, do emprego formal, marcada pelo contrato de trabalho por tempo indeterminado está em via de perder sua hegemonia, como atestam Castel (1998, p. 514) e Malaguti (2000, p. 78).

1.2. Mercado de trabalho: cenário dos anos 90 no Brasil

No debate que avalia o momento atual das transformações ocorridas na chamada reestruturação produtiva, desencadeada pela dinâmica do próprio modo de produção capitalista e seu caráter cíclico, após os anos 1970, destaca-se o fenômeno da “flexibilização”. Segundo Luis Paulo Bresciani (1997), no cerne do debate sobre a flexibilização estão colocados dois discursos distintos e opostos que se apresentam como: da discórdia e da complexidade. Segundo o autor, se por um lado estão os defensores que propõem como “inevitável a característica presente de flexibilidade nos sistemas de produção, na organização do trabalho, nas estruturas das relações trabalhistas, levando empresas e países ao sucesso competitivo e os trabalhadores à felicidade inesgotável à realização pessoal e profissional” (BRESCIANI, 1997). De outro lado, em posição de discordância, aparece a “flexibilização” como denúncia apontada “como sendo fonte de todos os males, instrumento do lucro voraz, ferramenta do capitalismo em sua nova ofensiva no final do século XX” (BRESCIANI, 1997). Neste caso, enquanto atua na indústria, apresenta-se como justificada pela necessidade de adaptação dos sistemas produtivos a situações inesperadas (engenharia de

⁵ População Economicamente Ativa (PEA) é um conceito econômico. É formada pelo conjunto de pessoas que se encontram efetivamente trabalhando ou procurando trabalho. Portanto, a vontade de um indivíduo, refletida em ações objetivas que demonstram a busca pelo trabalho, constitui-se critério para classificá-lo como economicamente ativo. (MÉDICI; AGUIAR, 1986, p. 18).

produção), a chamada gestão de “variabilidades”. Enquanto no mundo do trabalho aponta-se muito mais para os contratos precários, sem registros legais da CLT, contratações atípicas, relações laborais de curto prazo, novas formas de controle por meio das tecnologias de informação e comunicação, dissolução das relações sindicais, além da debilidade de relações e interações entre os próprios trabalhadores.

Mesmo tendo uma relação direta com a reestruturação produtiva ou pela imposição da lógica competitiva do capital, a flexibilização do trabalho pode ser percebida em diversos aspectos. Por isso ter sido revelada como uma categoria de complexidade.

“A flexibilização do trabalho se concretiza em meio a concepções e práticas de organização e gestão produtiva, da legislação trabalhista, sindical, social, e com condicionantes econômicos, tecnológicos, sócio-culturais e políticos, desde o plano local da produção até os níveis setoriais e nacionais/regionais”. (BRESCIANI, 1997)

Como conseqüência, a faceta da complexidade se apresenta de forma incisiva pela flexibilização nos contratos de trabalho. Desta maneira, os novos postos de trabalho (cargos, funções, rotinas) que surgem como resultados das transformações tecnológicas e da nova divisão internacional do trabalho passam a ser oferecidos aos postulantes sem as devidas compensações usuais que as leis e os contratos coletivos poderiam garantir. Além disso, segundo Paul Singer (1996), estes postos de trabalho são, muitas das vezes, ocupações por conta própria, reais ou apenas formais, enquanto que as ocupações para serviços altamente qualificados, como na indústria micro-eletrônica ou de informática, representam cargos ou ocupações bem remuneradas e com vantagens extras. Os serviços de rotina como limpeza, contabilidade, vigilância, serviços de refeição, entre outros, são realizados por pequenas firmas independentes que geralmente empregam trabalhadores com subcontratos, chamados terceirizados, sem garantias trabalhistas e de baixa remuneração. Deste modo, a precarização do trabalho toma a forma também de “relações “informais” ou “incompletas” de emprego” (SINGER, 1996). Assim, a questão ganha um novo enfoque: nos casos onde as relações são de informalidade, o termo para melhor aplicação seria o de “ocupabilidade” e não o de emprego.

No mercado de trabalho, ampliou-se a insegurança no emprego formal.

Segundo Jorge Mattoso (1995), isto tem se demonstrado através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílios, independentes, aprendizes e estagiários.

Para Carlos Freitas e Maria S. Machado (1999), a precarização seria uma consequência da flexibilização que caracteriza a atual mudança no mundo do trabalho, impondo um aprofundamento das desvantagens para o trabalhador perante o capital. Ainda, segundo estes autores, a precarização representa uma piora das condições de trabalho, uma perspectiva negativa, trabalho incerto, frágil e de pouca duração. O medo da perda do seu posto de trabalho ou da perda do direito e garantias estão entre suas principais características.

Outro desdobramento para a caracterização do mercado de trabalho nesse período, isto com relação à reestruturação produtiva mundial, seria o de “desindustrialização” que, segundo Huw Benynon (1997), “atingiu nos países desenvolvidos o processo de fechamento das fábricas e, a realocação de mão-de-obra afetou os ramos industriais manufatureiros de diferentes maneiras, através de setores industriais tão distintos como o vestuário, o automotivo e o químico”. Isto implicou consequentemente em perda de postos de trabalho associado diretamente a realocação geográfica de unidades produtivas, transferências do setor industrial para o exterior. Mas, o autor aponta que as unidades fabris que chegam nestes novos lugares pelo processo de transferência, principalmente americanas, japonesas, sul-coreanas, entre outras, tem sido gerenciadas com o propósito de reduzir drasticamente seu quadro de empregados. Benynon (1997) chama este processo de “enxugamento” ou de “ajuste de máquinas”. Isto se dá não apenas pela política de gestão de pessoal da fábrica, mas é acompanhado pela mudança de uso de postos de trabalho intensivo por postos de trabalho agora ocupados por máquinas e robôs. Como consequência direta da “desindustrialização”, novos postos de trabalho surgiram ou foram transferidos para outros setores da economia, a exemplo durante a expansão do setor de serviços nos anos de 1990. Esta expansão pode ser percebida nos serviços realizados por pequenas empresas, chamados de “terceirizados”. Segundo o autor, “em 1995, 1,2 milhões de pessoas estavam empregadas em hotéis e indústrias de entretenimento, mais que o total da força de trabalho de quase todas as indústrias ligadas à manufatura tradicional”

(BENYNON, 1997).

As transformações que ocorreram na sociedade contemporânea na segunda metade do século XX e no começo do século XXI são marcadas pelas mudanças no processo de organização da produção, no processo de mundialização do capital e na revolução tecnológica sem precedentes (CHESNAIS, 1996). E ainda, na perspectiva de mudança sob o aspecto político e sócio-econômico, ocorreu a substituição do modelo do Estado do bem-estar-social (*Welfare State* - onde o Estado regula tanto a economia quanto as questões sociais) pelo modelo neoliberal. Este modelo de Estado mínimo, mais “enxuto”, trouxe para o mundo do trabalho, apoiado pela nova expansão capitalista, uma maior flexibilidade tanto para os mercados quanto para a produção. Possibilitando, por essa medida, um maior estímulo à competitividade entre empresas.

Com efeito, cria-se um contexto de pouca proteção, através de processos de flexibilização e desregulamentações trabalhistas. Como reflexo, o adensamento no setor informal se torna muito além do pensamento comum, uma “ausência de carteira assinada”, para se mostrar indissociável de sua relação com a flexibilização imposta aos trabalhadores, segundo Santana e Ramalho (2003).

2. A ocupação informal no mundo do trabalho

2.1. Mercado de trabalho e informalidade

Em seu desenvolvimento o mercado de trabalho brasileiro é marcado de modo profundo pela inserção da economia brasileira à economia mundial. Nossa industrialização é reconhecida como sendo tardia e inconclusa⁶ e seu dinamismo não correspondendo a uma adequada oferta de empregos nos chamados setores modernos da economia. Ainda, o Estado brasileiro assume um papel central no período 1930-1970, promovendo uma série de medidas cujo objetivo final era forjar uma força de trabalho que pudesse servir à indústria que se consolidava no referido período. Esse é momento em que o Estado marca de forma efetiva toda a regulamentação sobre o trabalho e sobre o mercado de trabalho no Brasil.

⁶ Isto significa que, segundo Médiçi e Aguiar (1986), nossa industrialização só ocorreu após a divisão do mundo em esferas de influência dos países centrais e é inconclusa devido a forte dependência de tecnologias e insumos importados.

Por isso, a Zona Franca de Manaus, que determina a nova formação da força de trabalho e do mercado de trabalho local, é o exemplo desse longo processo de intervenção estatal, que neste caso, tenta resolver o problema de desequilíbrio regional. A situação do mercado de trabalho nos anos 1990 se agrava quando a intensificação das práticas de reestruturação produtiva⁷, a abertura comercial e a crise recessiva introduzem mudanças importantes no mercado de trabalho. Neste cenário, as conseqüências são previsíveis: a ampliação do desemprego pelo número reduzido de postos de trabalho, a precarização dos empregos existentes e das condições de trabalho aviltantes, as mudanças no requerimento de qualificação dos trabalhadores e finalmente, o crescimento de atividades informais.

Os trabalhos de Manoel L. Malaguti (2000), Machado da Silva (2002; 2003) e Eduardo G. Noronha (2003) concordam em suas argumentações que há um ponto pacífico sobre a noção de informalidade: além de ter um caráter polissêmico, é problemática quando aplicada de forma ampla a um conjunto de fenômenos tão diversos para serem agregados por um mesmo conceito, ou seja, é em si uma noção repleta de ambiguidade e imprecisão.

Deste modo, Machado da Silva (2003) vai destacar que informalidade e empregabilidade são duas categorias de entendimento para uma discussão mais ampla sobre as transformações na percepção social subjacente ao tratamento acadêmico da relação entre a estrutura do mercado de trabalho e a acumulação em meio às mudanças na conjuntura e transformações do mundo real. O que antes havia sido uma noção orientada para discutir e analisar as dificuldades e distorções da “incorporação” dos trabalhadores ao processo produtivo, em especial naqueles contextos em que o assalariamento era pouco generalizado. Para o autor é preciso, a fim de se entender a categoria de informalidade com clareza, partir de uma perspectiva que enfatize a atividade dos trabalhadores e suas chances de mercado, não o desemprego ou a exclusão. Assim, seria possível acompanhar as continuidades e descontinuidades em relação à integração de certos grupos de trabalhadores.

Por um lado, no período dos anos 1970 a noção de informalidade se dava pelo arcabouço teórico que explicava a estratificação social pelo par

⁷ Temos o entendimento de reestruturação produtiva como o conceito que “refere-se ao conjunto de inovações implementadas pelas empresas que alteram o modelo tradicional taylorista/fordista de produção e forma de gestão” (VALLE, 2007, p. 158).

informalidade/marginalidade, de outro modo, nos anos 1980, a mudança da dimensão cognitiva irá apontar para esta mesma explicação a partir do par informalidade/exclusão social. Entretanto, atualmente, há um processo de substituição por novos modos de exploração capitalista sustentado numa forte individualização e que têm no binômio “empregabilidade/empreendedorismo” o seu valor ideológico, cujo significado maior é dado por uma nova cultura do trabalho que expressa essa nova condição de risco e insegurança a que estão submetidos os trabalhadores (MACHADO DA SILVA, 2002; 2003).

De acordo com Malaguti (2000), para se ter uma apreensão teórica mais consistente da “informalidade” é preciso distinguir “informalidade” de “setor informal”. Este “expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo: a segunda engloba o primeiro” (MALAGUTI, 2000, p. 99). A distinção por setor é falha e nos impõe muitas dificuldades. Para o autor, o setor formal (assalariados clássicos) e o setor informal (independentes/autônomos) coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis em suas relações. Como no caso do funcionário público que durante seu expediente vende diversos cosméticos. Ou, um trabalhador de uma empreiteira que trabalha sem seus equipamentos de proteção. São situações de informalidade. Entre outros exemplos citados pelo autor ficam destacados processos de trabalho por meio da relação dicotômica formal/informal. Assim, “fica estabelecido, pois, que a formalidade penetra o “setor” informal e o “setor” informal nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um “setor” sem o “outro”, parecem, na prática, inconcebível” (2000, p. 101). As definições clássicas sobre os trabalhadores concretos acabam por mostrar suas fragilidades e inconsistências, pois, nem os ditos assalariados formais, nem os ditos independentes poderiam ser catalogados deste modo. “Levando-se em conta estes novos elementos, o “ser assalariado” e o “estar independente” refletem situações que nada esclarecem sobre a subjetividade dos trabalhadores: estes conceitos perdem sua razão de ser” (2000, p. 166).

Para Eduardo Noronha (2003) a noção de informalidade perpassa pela noção de contratos com “padrões mínimos legais”, tornando a questão “informalidade” tanto mais problemática quanto mais esses “padrões” não forem consensuais. Neste caso, o conceito de contratos atípicos é mais preferível que a noção de informalidade. Por isso,

o significado que marca a noção depende, sobretudo, do de “formalidade” em cada país e período. O autor aponta que para o entendimento popular o “trabalho formal” ou “informal” tem derivação da ordem jurídica, daí se fazer a imediata ligação com a posse da carteira de trabalho assinada. Porém, os padrões contratuais da “informalidade” são muito mais diversos. Por isso, seus desdobramentos apresentam-se por três abordagens distintas: para os economistas, a oposição formal/informal; para os juristas, a oposição legal/ilegal; e para o senso comum, a oposição justo/injusto. Para o autor, “as abordagens econômicas ou sociológicas baseadas no par formal/“informal” representam apenas uma visão parcial e com limitado poder explicativo das razões pelas quais o Brasil conta com uma longa história de contratos atípicos e de fracassos na busca da homogeneização dos mercados de trabalho” (NORONHA, 2003, p. 112).

É importante, também, ressaltar que o termo informalidade e “setor informal” trazem ao nosso entendimento uma qualificação do significado diverso um do outro, outras vezes de sua relação controversa. O termo informalidade pode se referir tanto a práticas econômicas, a certas atividades e formas de produção quanto a relações de trabalho consideradas ilegais, porém, o termo não deve ser identificado com um setor da economia. Como exemplo, o trabalho assalariado sem carteira assinada está presente tanto em empresas e atividades não registradas legalmente quanto em empresas capitalistas formalmente constituídas de regras jurídicas. Constitui-se, assim, para o trabalhador, nesta situação informal, uma inserção na estrutura social tanto pelo mercado de trabalho (informal) como pelo mercado de produtos e serviços (camelôs).

Diante dessa perspectiva, Maria Augusta Tavares (2004) destaca que devido ao aumento da produtividade gerada pela maior exploração do trabalho, as ocupações fabris, também em outros setores, terceirizam a produção transferindo para os trabalhadores a execução e as responsabilidades inerentes ao processo produtivo. O resultado imediato aparece na ampliação do trabalho informal que articulado à produção capitalista contribui para reduzir os custos variáveis da produção através do corte sistemático dos custos sociais do emprego. “Trabalho informal, portanto, se constitui numa estratégia funcional ao capital, especialmente nesta era da acumulação flexível, em que a diversidade de status de assalariados permite, [...] uma exploração mais intensa dessa forma de trabalho” (TAVARES, 2004, p.48).

Para a autora, o chamado “setor informal” é de interesse ao capital pela sua capacidade de gerar ocupações de baixo custo, o que neste caso se configura na existência de empregos informais, isto é, de trabalho sob relações informais. Consequentemente, ao contrário do que se pode imaginar de uma posição à margem do capital, significa, sim, estar integrado por um caráter que a própria estrutura capitalista subordina.

Por conseguinte, Mário Theodoro (2002) destaca que é a partir de cada visão particular, de acordo com a definição que se dá ao “setor informal”, que haverá uma correspondência implicitamente à uma idéia de Estado e da execução de seu papel determinante com relação a esse setor. Esta relação ao papel do Estado com o “setor informal” se estabelece a partir de três vertentes principais: a vertente keynesiana, a vertente neoliberal e a vertente estruturalista. Assim, para a vertente keynesiana, que aparece como visão mais recorrente por meio de algumas mudanças e reorientações, o setor informal compreende um conjunto de atividades (formas de produção de bens e prestação de serviços) complexas e heterogêneas. Nela se encontra a justificativa da ação do Estado através de políticas públicas, programas direcionados ao informal (uma associação direta e unívoca com as macropolíticas de longo prazo) e se constituem como sua definição essencial. A perspectiva da formalização do informal tem relação com esta vertente, que com isto faria a passagem da posição de país subdesenvolvido para desenvolvido.

A partir da década de 1990, o enfoque da gestão da pobreza com a participação mais efetiva da sociedade civil organizada com o objetivo principal de reduzir suas mazelas sociais. Assim, a vertente neoliberal tem na chamada visão anti-Estado a perspectiva de que a existência do setor informal se explicaria pela presença excessiva do Estado não apenas do âmbito econômico, mas na vida social em geral. Os escritos de Hernando de Soto estabelecem o ponto de vista dessa vertente quando apontam que o setor informal é o principal foco do empreendedorismo (o espírito capitalista) aos moldes do que ocorreu nos países desenvolvidos. Para os países subdesenvolvidos é no seu conjunto de legislação cartorial (sistema legal de privilégios a determinados grupos “rentistas” e improdutivos) que se encontram as amarras e restrições para a iniciativa privada, para a produção de bens e serviços. O setor informal nesse caso seria a oposição efetiva a este Estado “mercantilista” e burocrático-cartorial. Nos últimos

anos, a maior parte das proposições de políticas de apoio ao informal tem inspiração nesta vertente, na medida em que se tem insistido na redução da presença direta do Estado. Ainda, para esta vertente, a idéia de informalidade diria respeito a tudo aquilo que se encontra à margem da legislação, seja mercado de trabalho ou mesmo a habitação (THEODORO, 2002, p.14-16).

Por fim, a vertente estruturalista vai tentar recuperar a dimensão social e política do informal, um enfoque mais amplo e um tipo específico de relação entre Estado e sociedade. Une-se a noção de informal, neste caso, a uma outra mais complexa: “informalidade”. A informalidade não seria um desvio de uma parcela da sociedade ao excesso de Estado. Mas, uma forma particular de funcionamento desta sociedade em que a legislação teria um alcance parcial e limitado cujos limites seriam socialmente aceitos. Uma forma específica de regulação em que perpassaria a todo o tecido social como um fenômeno mais geral. Neste caso, o Estado, a informalidade, e as demais formas de institucionais básicas vão forjar uma reprodução social fundada na existência da desigualdade e seus subprodutos. A informalidade estaria associada a uma espécie de lógica de funcionamento da sociedade, uma espécie de regra geral do jogo social. Assim, não seria realmente o excesso de Estado, senão sua incompletude, sua existência parcial e restrita que irá contribuir para os privilégios e a reprodução da desigualdade, na construção do seu caráter excludente e não generalizado da cidadania nos países subdesenvolvidos.

3. Economia informal ou Trabalho informal?

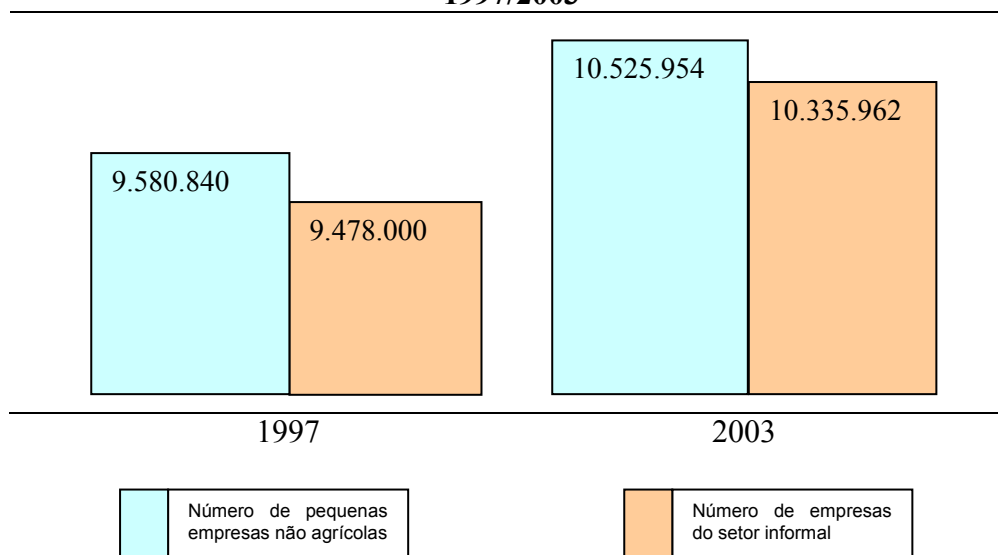
É importante ressaltar a pesquisa do IBGE sobre trabalho e rendimento no Brasil em relação a formação de um mercado informal. Esta pesquisa toma por base as pequenas unidades produtivas do setor informal urbano no país, em 2003, e toma o termo setor informal para construir o entendimento da pesquisa.

Apresenta, em outubro de 2003, a existência de 10.335.962 empresas informais que ocupavam 13.860.868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não-remunerados. Além disso, foi verificada uma variação de 9% no

número de empresas informais, enquanto o crescimento dos postos de trabalho nelas existentes cresceu 8% em relação à mesma pesquisa anterior, de 1997.

Os dados apontam, ainda, que foram identificadas 10.525.954 pequenas empresas não-agrícolas no Brasil em 2003, o que significou um crescimento de 10% em relação à última pesquisa Economia Informal Urbana de 1997, quando este montante foi estimado em 9.580.840 empresas. Por outro lado, em 1997, 99% das empresas não-agrícolas com até cinco empregados faziam parte do setor informal, proporção que, em 2003, foi de 98% indicando um pequeno aumento na proporção de pequenos empreendimentos formalizados.

Gráfico 1 - Evolução dos pequenos empreendimentos na área urbana - Brasil - 1997/2003



Fonte: Elaborado pelo autor com base em: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Trabalho e Rendimento, **Economia Informal Urbana 2003** (2005).

A pesquisa apresenta, também, as principais características das empresas da economia informal como o índice de 88% das empresas que pertenciam a trabalhadores por conta própria em 2003. Os pequenos empregadores representavam apenas 12% do total. O comércio e a reparação são as atividades que tem 33%, a construção civil 17% e a indústria de transformação e extrativa com 16% do total de atividades econômicas no setor informal. O que se destaca e confirma dados anteriores dessas empresas pesquisadas é o percentual de 95% que tinham um único proprietário e 80% uma só pessoa ocupada. Assim, os dados mostram que a maior parte dos empreendimentos

continuava a ser formada por trabalhadores por conta própria que trabalhavam sozinhos, sem sócios ou ajudantes não-remunerados.

Além disso, as características do funcionamento do negócio apontam para a seguinte situação: os empreendimentos de atividades de comércio e reparação que funcionavam somente fora do domicílio eram de 62% e a via pública representando um percentual de 42% para o local de funcionamento do empreendimento. Além disso, aproximadamente 89% das empresas pesquisadas funcionavam todos os meses do ano, sendo a maior parte delas, 87%, de trabalhadores por conta própria.

Quanto às características das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, apresentam-se dentre as pessoas ocupadas, 69% que eram trabalhadores por conta própria, 10% de empregadores, 10% de empregados sem carteira assinada, 6% de trabalhadores com carteira assinada e de 5% não-remunerados. Salienta-se que essas proporções pouco se alteraram em relação a 1997, quando 67% eram trabalhadores por conta própria, 12% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não-remunerados.

Na maior parte dos empreendimentos predominava o sexo masculino, 64% das pessoas ocupadas, com exceção de não-remunerados, onde 64% eram mulheres, o que correspondia a 3% da população ocupada. O comércio e reparação e a indústria de transformação e extrativa eram as atividades que geravam a maior parcela dos postos de trabalho, 35% e 16% respectivamente. A maioria destes trabalhadores, 36%, tinha o primeiro grau incompleto, entretanto, de 1997 para 2003, reduziu-se a proporção de trabalhadores do setor informal com apenas com o ensino fundamental incompleto e aumentou a participação dos trabalhadores com ensino médio completo, tanto entre os homens quanto entre as mulheres.

Este quadro é sugestivo não apenas para avaliarmos o aspecto econômico, mas perceber por detrás dos números, ou juntamente com eles, as implicações sociais que suscita. O trabalho por conta própria tem um acréscimo significativo e as empresas sem registro também. A maioria dos negócios está em funcionamento na própria residência, quando isto não é possível se recorre às vias públicas, com quase a metade dos empreendimentos nestas condições.

Isto pode dizer, entre outras coisas, que a questão da informalidade teve uma relação de proximidade não com as oportunidades de mercado descoberta pelos

“empreendedores”, mas com a necessidade inerente de sua condição social, encontrando-se em desemprego de longa duração ou em empregos de baixos salários e não coberto pela proteção social, tendo que utilizar de táticas de sobrevivência mesmo que isto custe a estar em condições de risco nas ruas da cidade.

Por isso, segundo Noronha (2003), quando a economia informal mantém seu aspecto ilegal, sob o ângulo jurista, só pode criar empregos “informais” (não registrado como atividade econômica), ao mesmo tempo, que a economia formal abre postos de trabalho “informais”, isto é, empresas registradas e pagadoras de impostos que criam vagas contratando um número razoável de seus trabalhadores sem registrá-los em carteira. Assim, os contratos atípicos têm um diferenciador importante, além das relações de dependência e subordinação como variáveis-chaves a fim de fazer distinção dos tipos de trabalho informal.

Por outro lado, do ponto de vista da ação do poder público como enfrentamento às ocupações exercidas em vias públicas, podemos destacar as mudanças forjadas como solução pela prefeitura carioca em relação aos trabalhadores ambulantes no centro do Rio de Janeiro. Rodrigo Lopes (1996) avalia que a economia informal é entendida como o universo dos empresários individuais ou micro-empresários que necessitam definir legislação específica, novas regras de competição e assessoria para treinamentos. Como uma nova onda empresarial que será uma solução para o comércio local na medida em que promove o ajuste social para as novas demandas da sociedade informacional globalizada. Neste caso, o ponto de vista sustentado é a realização de um ajuste social das atividades informais, organizando-as para atuar em um centro urbano de modo legalizado tanto na ocupação do espaço quanto na comercialização dos produtos. Postura semelhante tem sido adotada pelo segmento do empresariado lojista em Manaus (como veremos mais detalhadamente no capítulo II).

A perspectiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na 90ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho em 2002, foi de reconhecer que o trabalho informal já não pode ser considerado um fenômeno temporal ou marginal, que a maioria das pessoas tem passado para a economia informal porque não podia encontrar um emprego ou empreender uma atividade empresarial na economia formal e que o

trabalho na economia informal não pode qualificar-se de “decente”⁸. Desta maneira, caracteriza os trabalhadores por conta própria, desde o comércio de rua, engraxates, os carregadores até os trabalhadores em domicílio entre aqueles que se inserem na economia informal realizando atividades catalogadas como de subsistência, não sendo reconhecidos nem protegidos por marcos jurídicos e regulatórios e tendo um alto grau de vulnerabilidade. Entende que não é que inexistam regras ou normas, mas que as pessoas que participam das atividades informais tem sua própria “economia política”, suas próprias normas, acordos, instituições, e estruturas informais ou grupos de ajuda mutua e solidária. De igual modo, a OIT considera que a pobreza e a economia informal mantêm estreitos vínculos que não podem ser ignorados pelo Estado no momento de aplicação das políticas de públicas. Finalmente, entende que ao se analisar a situação de quem vive na economia informal é preciso fazer nos termos da noção de *déficit de trabalho decente*: trabalho em más condições, improdutivos e não remunerados, que não estão reconhecidos e não protegidos por lei, ausência de direitos no trabalho, a inadequada proteção social e a falta de representação e de voz (2002, p.4).

O que pretendi durante a pesquisa teve estreita relação com dois artigos sobre trabalho informal, em Jacob C. Lima e Maria José B. Soares (2002) e em Jacob C. Lima e Marinalva de S. Conserva (2006), onde os autores abordam a dimensão múltipla das redes sociais, mercado de trabalho e o novo informal. Juntamente com estas duas leituras resolvemos desenhar um quadro que pudesse ampliar a discussão a partir da perspectiva das redes sociais e das diferentes imbricações que são decorrentes da informalidade em atividades exercidas na cidade de Manaus.

Para Lima e Soares (2002), a informalidade é um conceito polêmico desde a sua origem, pois engloba situações analiticamente distintas como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal. O que está em comum nestas categorias, dizem os autores, é o fato da inexistência de regulações estatais em sua organização e funcionamento, isto é, sua organização e funcionamento são paralelos às regulações existentes.

Neste sentido, os autores apresentam a nova informalidade como característica

⁸ Para a OIT, a noção de trabalho decente caracteriza-se como a situação em um emprego reconhecido, protegido, seguro e formal. (OIT, 2002)

de trabalhadores e suas famílias em serem forçados a misturar empregos no setor formal e informal com a finalidade de cobrir de modo adequado às necessidades da família. Isto resultaria em o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família e ainda no enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho. Como exemplo disto temos a valorização do trabalhador autônomo, do micro-empresário, do empreendedorismo, acompanhada da degradação progressiva das relações de assalariamento. Ao analisar o *cluster* de vestuário em três cidades de Pernambuco e os trabalhos informais que o envolvem, os autores, apontam para a mistura de atividades produtivas e comerciais, realizadas sem a observância de legislação reguladora, com atividades francamente criminais. A rede de solidariedade criada entre produtores-comerciantes locais, envolvendo também o poder público, encobre as atividades francamente criminosas, perpassando entre as autoridades do lugar certa cumplicidade (LIMA; SOARES, 2002).

Assim, os autores analisam a utilização de redes sociais tanto para a busca e manutenção do emprego quanto para a mobilidade ocupacional. O que aponta para o uso de duas lógicas na diferenciação da estrutura das atividades informais, uma seria a lógica familiar da reprodução simples e a outra seria a lógica da acumulação. A conexão das particularidades com o universo do grupo social: os modos de reprodução de estratégias familiares de sobrevivência e tendo a confiança como um fator econômico subjetivo. O acesso e ocupação ao local disponível para exercício da atividade, o reconhecimento e aceitação do grupo que irá participar, ou seja, a aprendizagem dos códigos urbanos e do grupo representa a “competência” desses trabalhadores informais que sem esses vínculos sociais de rede estariam fadados ao fracasso. Deste modo, a aparente “desorganização” do trabalho informal aparece somente à primeira vista, mas existem certas regras implícitas a serem observadas e que demonstram os indícios de *regras do ofício* (LIMA; CONSERVA, 2006).

Há indícios suficientes para se construir uma abordagem que vincule as questões de dimensão macrossocial à dimensão microssocial. No que tange às construções de táticas do grupo de trabalhadores informais enquanto demonstração de sua mobilidade ou sobrevivência na ocupação. Entrecortado ao processo global de reestruturação produtiva que envolve as empresas transnacionais no PIM, o fechamento de postos de trabalho levando a procura de nova ocupação para a

manutenção da família e, mesmo, o deslocamento de populações das regiões estagnadas do interior do estado em busca de outros modos de sobrevivência na cidade.

O que leva a delimitar o contexto da pesquisa para além do âmbito do “setor informal”, pois o ponto de partida não está restrito à unidade econômica – entendida como unidade de produção – sim, ao trabalhador individual ou à ocupação por ele exercida juntamente com seus vínculos criados a partir dessa inserção no mercado de trabalho informal.

A ocupação informal apresenta-se como uma nova informalidade com a característica de ter trabalhadores e suas famílias sendo forçados a gerar “renda extra” com atividades informais, muitas vezes inseridos em empregos formais, com a finalidade de cobrir de modo adequado as necessidades da família. Isto resultaria em o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família e ainda no enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho. À exemplo, temos a valorização do trabalhador autônomo, do microempresário, do empreendedorismo, da educação e cultura empreendedora, ocasionado como desdobramento da degradação progressiva das relações formais de assalariamento.

Neste sentido, as ocupações desenvolvidas por camelôs e todos os desdobramentos de sua interação com outras ocupações estabelecem o cenário desta pesquisa. O uso da via pública por essas ocupações promove de certa forma uma desfiguração e desordenamento do espaço urbano, segundo alguns segmentos representativos da opinião pública.

Mas, de igual modo, apontam para a ajuda mútua, a parceria e as relações familiares que podem ser muito bem entendidas como mecanismos para driblar e aproveitar as regras ou permissões entre aqueles que já possuem a legitimidade dada pelo tempo de ocupação do ponto de trabalho. São os conhecimentos adquiridos e o uso de contatos das redes pessoais que dão o toque de entrada e trânsito entre os que vivem dessa ocupação. Também, é possível ver que essa característica da ajuda mútua associada à parceria está inerente à sociedade rural do caboclo da região como processo grupal de sociabilidade, ganha novos enfoques e entendimento no cenário de trabalho urbano e informal.

Com um total entre 295 a 305 permissionários cadastrados, que trabalham como camelô, carro-lanche, café da manhã, frutas e legumes, lanches, carregadores, no entorno da Praça da Matriz (que compreende os logradouros: Avenida Sete de Setembro, Avenida Eduardo Ribeiro e Rua XV de novembro, no centro comercial da cidade de Manaus). Esta “Praça de trabalho” mostra-se com padronização e formalidade: local de trabalho escolhido pelo poder público, determinação do padrão das bancas, uso de uniformes identificando o tipo de serviço, a identificação com o número da permissão em local visível.

A questão que ressaltou na pesquisa de campo é exatamente a grande dimensão de outras atividades exercidas conjuntamente e paralelamente à ocupação dos permissionários. O que nos levou a ter a perspectiva de rede como um ponto possível do entendimento das relações sociais no local e das suas possíveis implicações.

Por isso, concordamos com Lefebvre (1995) que a imagem da rede para o espaço social permitiria vislumbrar múltiplos percursos para ir de um ponto (nó) a outro dimensionando uma racionalidade aguçada e mais densa em complexificação.

Deste modo, o espaço social pensado como articulações em rede tende a mostrar o trabalho informal não como uma estrutura rija e de único aspecto com determinações fixas. Ao contrário, pretendemos mostrar a flexibilidade e a precariedade que se reatualiza pelas atuais metamorfoses do mundo do trabalho, pela sociabilidade de ajuda mútua e parceria entre camelôs, ambulantes e diversos outros vendedores de rua, pela integração por vias precárias que se estendem sobre a rede.

Seja no seu dia-a-dia com suas relações de sociabilidade com seus pares/concorrentes, com os fiscais do poder público e com as entidades representativa de segmentos empresariais e a representação de sua organização coletiva. Ou mesmo, o enfrentamento das adversidades e situações de risco de trabalho em via pública, como exemplo, das condições higiênicas do ambiente de trabalho, da organização dos pontos, das situações específicas para proteção contra as intempéries, entre outras situações.

CAPÍTULO 2

À procura de um lugar para trabalhar: é melhor no “centro”?

1. O centro comercial de Manaus como lugar de trabalho

1.1. Para se entender o “contexto” de trabalho na Praça da Matriz

Nossa “estratégia de entrada” na realidade social dos camelôs tomou como ponto de partida a Praça da Matriz⁹. A escolha segue os critérios de densidade, diversidade e amplitude que buscávamos para melhor entender as relações sociais que a nosso ver formam e organizam as tramas das redes sociais desse grupo. A Praça da Matriz é o campo de pesquisa que expressa muito bem esses critérios.

Ela está localizada no centro da cidade de Manaus onde o número de camelôs, ambulantes e outra variedade de vendedores de rua alcançam um contingente de grandes proporções que acaba por escapar do próprio controle do poder público.

A Praça da Matriz segue o ritmo do centro¹⁰, que é lugar de densidade, diversidade e amplitude de escolhas. Em vista disso, trabalhar no centro da cidade demonstrou-se, durante a pesquisa de campo, uma escolha racional daqueles que exercem a ocupação de camelô e ambulante. Um levantamento realizado pelo SEBRAE/AM¹¹ aponta-o como o local mais atraente para o exercício da ocupação de

⁹ A Praça da Matriz tem esse nome em referência à Igreja N. S. da Conceição, a Igreja Matriz da cidade. De frente à Igreja, no final de suas escadarias, foi construída uma pequena praça: a Praça Oswaldo Cruz. Assim, o que popularmente representa a chamada de “Praça da Matriz”, é na verdade todo o terreno no entorno da Igreja Matriz, suas escadarias, o chafariz e a pequena praça. Também, podendo estender seu significado até o “calçadão” do relógio.

¹⁰ Considerei o centro da cidade de Manaus não apenas como o lugar de irradiação da expansão urbana da cidade para longe das margens do Rio Negro. O centro ganha dimensões amplas da densidade de significados que lhe tornou referência peculiar de trânsito, deslocamentos, movimentação, burburinho, concentração dos poderes públicos, compras, entretenimentos, chegadas e saídas de barcos e seus passageiros, cultura popular, patrimônio histórico, entre outros. Hoje, algumas dessas situações e significados foram pulverizadas para longe do centro histórico. Ocasionando uma impressão de que o centro, agora, tem ares de periferia.

¹¹ Tive acesso a uma pesquisa realizada pelo SEBRAE/AM em 2005. Ela foi realizada por solicitação do poder público municipal, para traçar um perfil socioeconômico do trabalho informal de camelôs e ambulantes do centro da cidade de Manaus, com a finalidade de saber de que maneira poderia ser feita a transferência desse contingente para um local apropriado e sem gerar conflitos mais significativos entre estes e o poder público. A pesquisa do SEBRAE/AM não opera distinção entre os dois tipos de atividades realizadas por camelôs e ambulantes. A minha investigação, no entanto, operacionaliza a

camelô e ambulante em face das 141 (cento e quarenta e um) linhas de ônibus que por ali circulam – nos dias úteis, e 138 (cento e trinta e oito) – nos finais de semana e feriados. Pelo centro da cidade passam 860 (oitocentos e sessenta) veículos coletivos nos dias úteis e 270 nos finais de semana e feriados. No terminal de integração de passageiros localizado também no centro circulam cerca de 270.343 (duzentas e setenta mil, trezentas e quarenta e três) pessoas nos dias úteis. É o maior terminal da cidade. Além disso, circulam diariamente nos dias úteis cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) veículos particulares e existem 50 (cinquenta) pontos de táxi. O centro, também, abriga uma diversidade de distribuidoras, atacadistas e importadoras, que são utilizadas pelos camelôs para as compras de mercadoria durante o final da semana e, de igual modo, atraem a população para as compras.

De acordo com a pesquisa do SEBRAE/AM, há aproximadamente 109 (cento e nove) estabelecimentos comerciais desse tipo para abastecer de diferentes mercadorias as bancas do camelô. Além de hotéis e pousadas, bancos e caixas eletrônicos, faculdades e escolas públicas, restaurantes e cartórios, portos (cerca de 6.000 pessoas o utilizam diariamente) e feiras, tudo isso em número suficiente para tornar o centro da cidade, ainda, um dos lugares mais atrativos para a população e, em decorrência, com uma densidade de camelôs, ambulantes e vendedores diversos nas vias públicas em proporção maior que em qualquer outra parte da cidade de Manaus.

Essa mesma pesquisa indica os números da migração regional entre os camelôs. Destacando como a cidade de Manaus é rota de atração não apenas para aqueles que vêm do interior do estado, mas para um número significativo de pessoas que vindas de outros estados próximos encontram em Manaus um lugar de oportunidades (Tabela 1).

distinção de ambos que ocorre seja pela posição que ocupam na rede social, da Praça da Matriz, ou seja pelos produtos que vendem (ver Cap. 3, no item 4).

Tabela 1. Rota Migratória – Região Norte

Rota Migratória – Norte (2000)		
Cidades de origem	Frequência absoluta	Frequência relativa
Amazonas (interior)	163.061	78,87%
Pará	36.293	17,55%
Acre	4.926	2,38%
Rondônia	1.944	0,94%
Amapá	259	0,13%
Roraima	130	0,06%
Tocantins	130	0,06%
Total	206.743	100,00%

Fonte: Tabela organizada pelo autor com base nas informações de SEBRAE/AM (2005).

Sobre esta questão, Singer (1998) discute alguns pontos fundamentais para se entender como se entrelaçam a migração interna e o crescimento da população no processo de urbanização das cidades brasileiras. A crítica de Singer é quanto a não condenação do processo de urbanização, que ocorreu na América Latina e, especialmente, no Brasil, sem antes analisá-lo globalmente sob o prisma das condições de desenvolvimento da economia capitalista para se determinar o real significado das suas características.

“A urbanização, em si mesma, portanto, nada tem de excessiva e, na verdade, está correlacionada com o desenvolvimento das forças produtivas. É preciso notar porém, que a velocidade do processo também sofre a influência do crescimento da população [...] e dos fatos de explosão que atuam nas zonas rurais produzindo fluxos de migração urbana” (SINGER, 1998, p. 71)

Para Singer (1998) essa migração rural é produzida por dois tipos de fatores de expulsão. Primeiro, quando que resulta da pressão populacional sobre a terra que decorre da redução da mortalidade, levando ao aumento da população que como consequência terá de enfrentar a disponibilidade limitada da terra, física ou socialmente. A migração para a cidade urbana torna-se uma opção forçada para a população excedente, seu deslocamento, então, é resultado dos fatores de estagnação das forças produtivas. Segundo, reside no contexto de uma reestruturação das relações produtivas face às imposições do desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista. Ou seja, em áreas de economia de subsistência quando conectadas à

expansão das focas produtivas sofrem pressão para sua integração na economia de mercado, em consequência, sua produção se encaminha cada vez para a especialização sendo deixados de lado a produção para o consumo local. A liberação da força de trabalho obriga à migração e, neste caso, o deslocamento da população é resultado dos fatores de mudanças das relações de produção (SINGER, 1998, p.72).

Não é apenas essa migração que contribui no aumento de força de trabalho excedente disponível no mercado de trabalho urbano, mas ela tem um peso que não se pode negar. Como observamos na Tabela 1, este aumento significativo aponta na direção das cidades do interior do próprio Estado, que em geral são áreas rurais em estagnação. O resultado foi uma forte concentração populacional na área urbana de Manaus, tornando a cidade um “inchaço” urbano com uma taxa média de crescimento anual igual ao triplo da média do país. Esta população migrante excedente encontra nas vias públicas o seu modo de sobreviver no espaço urbano e ajudarão a compor o mercado de ocupação informal na cidade de Manaus.

Por conseguinte, não é sem razão que o vai e vem no entorno da Praça é constante, denso e pulsante. Não apenas de transeuntes, mas daqueles que trabalham em função dos permissionários.

Neste caso, é preciso entender que na Praça da Matriz além do grupo de camelôs, existem outros permissionários (ambulantes e vendedores) e, ainda, os não permissionários (invasores) que no centro da cidade armam suas táticas de sobrevivência. Estes, vão acelerados entre as bancas, empurrando o carrinho de café, pedalando um tipo de bicicleta-boléia cheia de refrigerantes, carregando sacolas de produtos de uma banca a outra. Enfim, um dia cheio de trabalho e interações.

O abastecimento de mercadorias, por exemplo, é realizado pelo camelô nos atacadistas locais ou em outros estados (como São Paulo) e a entrega é feita por alguém que leva a mercadoria até ele, pode ser um parente ou amigo. O almoço também é fornecido por pessoas que passam oferecendo marmitas, alguns têm clientes fixos e que pagam no final do dia de trabalho, também existem aqueles que abastecem o permissionário com água ou gelo e café todos os dias. Quando o camelô não está na banca o entregador deixa a garrafa térmica em lugar indicado, e continua seu caminho deixando as garrafas no restante das bancas com as quais mantem relações. Ao final do dia aparecem os vigilantes noturnos para fazer a guarda das bancas daquele perímetro.

Eles são pagos no fim de semana e há um diferencial de valor desses serviços conforme o produto vendido. Se a banca for de anéis e pulseiras de metal ou folheados, ou se for de aparelhos celulares é um valor com percentual maior que se a banca for de bonés e camisas. Ao final do expediente aparecem, também, os agiotas que correm atrás do seu pagamento; como “bons emprestadores” são da mesma forma, bons cobradores.

Na gestão atual (2009-2012), a Prefeitura de Manaus pretende transferir os camelôs, das calçadas e ruas do centro para um prédio mais apropriado, também, no centro. Todo o seu planejamento gira em torno de um projeto chamado “Centro Vivo”. Um dos objetivos desse projeto é a restauração e ordenamento de todo o centro histórico de Manaus, incluindo, é claro, a Praça da Matriz com a finalidade de incrementar a perspectiva de atração turística para a cidade. Neste caso, o centro torna-se um verdadeiro cartão postal.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus) incentiva e apoia a iniciativa do poder público. Igualmente, defende a transferência dos camelôs. Em seu discurso¹² não se coloca contra eles, mas acredita que mereçam um lugar apropriado, um tipo de “camelódromo”, “shopping popular” ou “ilhas de comércio” (uso de prédios desocupados no centro). O importante, segundo a instituição, é a “revitalização”, o embelezamento, o resgate da importância do centro comercial da cidade.

1.2. Um breve “texto histórico-social” da cidade de Manaus

É preciso entender o “texto histórico-social” da própria cidade de Manaus e do seu tradicional centro comercial onde que se inscreve o contexto da Praça da Matriz nos dias atuais. A partir desses pressupostos, mais não de modo exaustivo, pretendo evidenciar as argumentações que envolvem a pressão das instituições que solicitam a retirada dos camelôs e ambulantes para o melhor ordenamento e embelezamento do centro da cidade.

¹² As ideias da CDL-Manaus são públicas e notórias. Sua página (www.cdلمانaus.com.br) na rede mundial de computadores pode ser acessada e, lá encontramos a posição da instituição a respeito dos camelôs do centro da cidade, especificamente. Também as entrevistas com o seu presidente atual e seu antecessor respondendo sobre a temática do embelezamento e reordenamento da cidade. Disponível em: < <http://www.cdلمانaus.com.br/noticias.php?idN=647Central> > acessada no dia 22/06/2009.

Historicamente, as primeiras lojas do centro comercial de Manaus estavam ligadas ao setor extrativo: à revenda de gomíferas para exportação, grandes depósitos de produtos extrativos, lojas de artigos importados, armazéns de exportação, casas de confecções e tecidos finos. Enfim, este comércio intenso, rico e diverso viu sua derrocada nos primeiros decênios do século XX. Mas, seu legado simbólico, político não deixou de se inscrever e de se estender sobre o centro comercial em pleno século XXI.

As lojas instaladas nas ruas próximas ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa (cerca de 500m da Praça da Matriz e parte do cenário da cidade provinciana) ainda hoje detêm uma relação de proximidade com os moradores do interior do estado. Quando chegam à Manaus os interioranos têm nessas lojas o apelo de produtos bem específicos do seu cotidiano como malhadeiras, fios de nylon, tarrafas, candeeiros, motores de popa, caixas de isopor, utensílios para casa de farinha, redes de dormir, painéis de alumínio, tabaco, entre outros produtos direcionados a esta realidade social¹³.

Segue-se, então, que durante sua constituição histórica, Manaus apresentou e foi representada pelo aspecto do “fausto”, da suntuosidade, da ostentação consequente da exploração gomífera entre os anos 1890 a 1920. Manaus, a capital da borracha, a “Paris dos trópicos”. O imaginário que a elite extrativista constitui para si é o da cidade civilizada, urbanizada e próspera, tanto propícia para os investimentos estrangeiros como apta para o desenvolvimento do trabalho moderno.

Segundo Dias (1999), em decorrência, tudo aquilo que pode desorganizar, sujar, incomodar, ameaçar ou agredir a imagem do “fausto” torna-se objeto de preocupação por parte dos setores dominantes. É preciso buscar políticas que encaminhem soluções para dar conta do processo de organização do espaço urbano e dos mecanismos de controle, dominação e exclusão a que são submetidos os segmentos pobres da população da cidade de Manaus.

¹³ Nota-se também um comércio de ferramentaria, realizado por camelôs, rodeando o muro da Capitania dos Portos (entre a Praça da Matriz e o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, na rua Floriano Peixoto), nas proximidades do porto. Isto sinaliza a possível formação de um setor específico naquela área voltado, inicialmente, para os interioranos que chegam e partem por ali. Igualmente, certa setorialização de produtos pode ser verificada no centro da cidade; várias bancas de camelôs são montadas praticamente com os mesmos produtos de determinado setor, a exemplo, vestuário, ferramentas, material escolar. Isto pode servir de discussão em outras pesquisas sobre a ocupação informal.

O poder público aliado aos interesses privados desenvolve políticas públicas e estratégias de pressão, de exclusão e controle contra pessoas ou grupos de pessoas que emergem na cidade e que não estão de acordo com a imagem e os valores da elite local. A preservação e defesa da ordem e da harmonia urbana são lemas das ações que são implementadas para providenciar a assepsia do espaço urbano livre de pobres, desocupados, doentes, mendigos, prostitutas, vagabundos, entre outros. É o braço da modernização chegando até o trópico úmido.

No processo de constituição das cidades modernas são os pobres e desocupados os alvos diretos de uma política urbana que compreende a separação e o isolamento para bairros distantes da área central, mesmo em relação a segmentos de trabalhadores como para os marginalizados do processo produtivo. Uma viagem do centro à periferia de Manaus. Os códigos de postura da cidade deixam claras as intenções de livrar a cidade dos elementos nocivos à saúde, à ordem e aos bons costumes, ao mesmo tempo em que definem o espaço e uso da cidade em seus mais diferentes níveis. (DIAS, 1999, p. 135)

Quando o “fausto” chega ao fim, após a década de 1920, o papel do poder público na produção do espaço urbano tem o viés da defesa dos interesses que se posicionam definitivamente contrários aos da população local. Uma postura marcada pela violência contra a natureza e contra a cultura. O poder público tem um papel determinante na definição e produção do espaço urbano, no modo pelo qual é capturado e depois se torna instrumento de reprodução social diferenciador. Ao estabelecer a separação que espacialmente se explicita por meio das diferenças socioeconômicas e culturais configuradas em uma complexa hierarquia social que se evidencia em hierarquia espacial.

Para OLIVEIRA (2003), no processo de produção do espaço urbano existe maior complexidade, pois a natureza como elemento da paisagem determina o resultado de inúmeras modificações decorrentes da ação do indivíduo. No caso de Manaus, para se construir a paisagem urbana e moderna estas modificações são marcantes em relação aos igarapés que recortam a cidade. Inúmeros são aterrados. O

igarapé do Espírito Santo que recortava o centro da cidade e passava bem próximo da Praça da Matriz é um deles¹⁴.

A cidade é produto das relações sociais que se espacializam como resultados do modo de ser de uma sociedade. Uma Manaus que vive o “fausto” e quer se organizar precisa dar ordenamento à sua espacialidade, diferenciar os modos de apropriação da cidade. Neste caso, as margens dos igarapés e os fundos dos vales apontam para os segmentos mais pobres da população que foram e vão sendo ocupados pelos que vivenciam o avesso do “fausto”, sinais de um sintoma de desenvolvimento social desigual. Assim, as áreas mais planas e maior altitude são ocupadas por setores ou segmentos com maior poder aquisitivo, segundo o autor.

Deste modo, é nos terrenos menos valorizados e mais distantes da parte central da cidade que acontecem as concessões de terras para a população de baixa renda. Aponta, ainda, que por trás dessas concessões existiam dois objetivos do poder público: primeiro, fazer com que fosse efetivo e eficiente o seu controle social; segundo, que houvesse a subordinação ao poder local, operando de forma a não participação do direito à cidade e menos ainda ao direito de morar bem. “É pela apropriação, e não pela propriedade, que a cidade se torna o lugar do cidadão” (OLIVEIRA, 2003, p.88).

Segundo Oliveira (2003), no período pós-extratativismo da borracha, compreendido entre 1920 a 1967, Manaus é a soma de variados fatores produzidos e modificados pelas determinações de seu tempo. Neste período, não se identificam planos urbanísticos voltados para o atendimento das necessidades da população. Segundo o autor, quando havia alguma preocupação neste sentido, era expressa pela perspectiva estética, pelo embelezamento urbano, levando em consideração a dimensão da produção da cidade a partir dos interesses de classe. Por exemplo, a proibição de construir habitações cobertas de palha na zona urbana da cidade. Consequentemente, identifica-se uma preocupação pela manutenção do padrão urbanísticos da parte central da cidade evocada por meio do imaginário de grandeza relativo ao período áureo da borracha.

¹⁴ O igarapé do Espírito Santo foi aterrado no governo do Presidente da Província Eduardo Ribeiro (1892-1895). “[...] os exemplos mais significativos são os inúmeros igarapés aterrados, [...] o igarapé do Espírito Santo aterrado no centro sendo a atual Avenida Eduardo Ribeiro” (OLIVEIRA, 2003, p.34).

Por outro lado, a pesquisa realizada por Salazar (1985), descreve um dos problemas sociais mais agravantes a partir da década de 1950 em Manaus, a construção de uma espécie de cidade flutuante nas margens do Rio Negro, bem na entrada da cidade.

Ela se erige sob o signo da debacle da economia gomífera em cadeia nas cidades do interior do estado. A partir da estagnação dessas localidades muitos irão se retirar para a capital, provocando uma maior demanda por moradia. Por isso, a cidade flutuante tem sua origem na falta de emprego, na agonia da cidade dos pequenos e tradicionais empreendimentos, mas não suficiente para a população migrante e, tão grave quanto, a carência de moradias e acesso à terra para as camadas de baixa renda. A “cidade flutuante” nasce dessas condições sociais adversas de grupos populacionais (originários tanto do interior quanto da própria Manaus), que na busca por encontrar e constituir um lugar de sobrevivência vai para as margens do rio, para a reprodução social nas “franjas” de um novo lugar. Segundo a pesquisa do autor, “14,1% alegaram que o aluguel em terra era muito caro; 39,7% alegaram falta de recursos para comprar casa em terra e 22,2% alegaram facilidade de vida (tudo é tão perto e não se paga nada)” (SALAZAR, 1985, p.74).

Apesar das agruras na “cidade flutuante”, não demora a se formar uma área comercial em seu interior. Quando a atividade comercial começa a se tornar intensa, comércio ali é encarado pelos comerciantes dos arredores, em terra firme, como uma concorrência desleal. É sobre essa situação que começa a se pensar e a buscar por respostas para o problema que é visto como concorrência desleal na medida em que na cidade flutuante o comércio era realizado sem as devidas fiscalizações e sem o pagamento das taxas tributárias ao fisco do estado e nem ao município.

Na segunda metade da década de 1960, próxima a instalação da Zona Franca, é organizada uma Comissão Executiva do Governo do Estado com os objetivos de remover os moradores para lugares indeterminados, de demolir a cidade flutuante e de principalmente extirpar o cenário de desordem, o “cancro social” e a “feiúra” da porta de entrada de Manaus, segundo os comandantes da operação (SALAZAR, 1985, p. 48). O uso da força policial do estado e da Capitania dos Portos foi instrumento de coerção e intimidação a qualquer reação dos moradores.

No final de 1966 acontece definitivamente a demolição da “cidade”. O poder público e setores empresariais conseguem seu intento de ordenar uma melhor aparência para a entrada da cidade e para o seu porto, agora, um atrativo turístico de compras da Zona Franca de Manaus.

A transferência dos moradores da “cidade flutuante” para a periferia da cidade acabou por destruir as várias formas antigas de sustento dessas famílias, principalmente em relação às mulheres chefes de família. A pesquisa de Salazar (1985) constatou que as ocupações exercidas especificamente na “cidade flutuante” declinaram após a remoção. Para seu sustento, as famílias tiveram que se adaptar às novas formas de subemprego urbano.

Esta rápida verticalização histórica de Manaus, não pretende outra coisa senão tomarmos as contradições possíveis sobre a constituição de um feixe de situações que desencadearam as mudanças sociais inerentes ao final do século XIX e início do século XX, desdobrando-se a partir daí em contradições profundas na sociedade manauara. Além disso, deixam entrever as sempre “novas” e profundas transformações decorrentes da intervenção do modo de produção capitalista na região, distintamente na cidade de Manaus. Como aponta acertadamente a pesquisa de Mahar (1978), a cidade de Manaus atuou mais como “polo de atração” do que como “polo de irradiação” desde a criação da Zona Franca de Manaus, e, arriscaríamos dizer, pode ser uma assertiva que vale para muito antes deste período.

1.3. O centro como lugar de trabalho formal

O circuito da circulação de mercadoria é uma referência forte no centro da cidade. São as lojas de departamentos, importadores e atacadistas, lojas nacionais e internacionais de vestuário, lojas de departamento “da terra”, sapatarias, loja de roupas, óticas, supermercados local, nacional e internacional.

O setor de comércio em Manaus emprega em torno de 10% da população manauara nos subsetores atacadistas e varejistas – média dos últimos 5 anos segundo os dados do Caged (2009). Segundo nossos cálculos o setor comercial formal somente do centro da cidade gira em torno de 1 a 1,5% desse setor, falamos de 9.000 a 10.000 postos de trabalho nesses subsetores. Tem ligação estreita com a Zona Franca, pois

muitos estabelecimentos comerciais dependem de seus incentivos diretamente. Os dados abaixo trazem informações específicas sobre o mercado de trabalho e a mão-de-obra no setor de comércio em Manaus.

Tabela 2. Indicadores do Setor Comércio (varejista e atacadista) e Mercado de Trabalho em Manaus

Período: Janeiro a Dezembro			
Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2005	23.425	21.795	1.630
2006	26.279	22.862	3.417
2007	29.337	26.649	2.688
2008	34.983	30.868	4.115
Período: Janeiro a Junho			
2009	16.179	16.004	175

Fonte: Tabela organizada pelo autor com base nas informações dos dados do Caged (2009).

Tabela 3. Indicadores do Setor Comércio (sub-setor varejista) e Mercado de Trabalho em Manaus

Período: Janeiro a Dezembro			
Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2005	19.186	17.357	1.829
2006	21.397	18.515	2.882
2007	23.644	21.933	1.711
2008	27.640	24.432	3.208
Período: Janeiro a Junho			
Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2009	12.640	12.814	-174

Fonte: Tabela organizada pelo autor com base nas informações dos dados do Caged (2009).

2. Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus)

As informações que passaremos a destacar neste ponto se tornam importantes devido ao fato de que a Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus) tem se posicionado categoricamente como uma organização que se mantém contra a

permanência dos camelôs nas ruas do centro da cidade, tendo emitido notas e cartas endereçadas ao executivo municipal afirmando sua posição contrária quanto à desorganização da cidade pelas atividades dos camelôs, ambulantes e outros vendedores de rua.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus) é uma entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através do Decreto nº. 292 de 17 de setembro de 1965, de acordo com o artigo 2º da Lei nº. 86 de 4 de dezembro de 1963.

Segundo sua estratégia de atuação, tem como missão integrar os lojistas do estado do Amazonas¹⁵ para promover o amplo desenvolvimento do comércio varejista e atacadista, através da defesa de seus interesses coletivos, educação profissional, prestação de serviços, programas culturais e de apoio, além de contribuir para o bem estar da sociedade.

Deste modo, a CDL-Manaus está voltada para o desenvolvimento da atividade mercantil, através da prestação de serviços. Sendo que, o associado lojista torna-se o objetivo e a razão de suas ações. A partir disto, tem o compromisso de buscar constantemente a melhoria da qualidade dos serviços prestados, com organização e tecnologia. Segundo o próprio CDL-Manaus, sua constituição surge no momento em que o comércio local começava a dar os primeiros sinais de expansão, em meados da década de 60. Até aquele momento, Manaus era uma das poucas capitais do país que não dispunha, ainda, de uma entidade que congregasse a classe lojista.

2.1. O que pensa a CDL-Manaus sobre o comércio de rua

É de conhecimento público e notório, seja expressa por meio de entrevistas à imprensa local ou por sua página na rede mundial de computadores, ou por outras mídias disponíveis, a posição assumida pela CDL-Manaus em relação ao comércio de rua praticado pelos camelôs, ambulantes ou outros vendedores de logradouro público, especificamente, do centro da cidade.

A CDL-Manaus defende a revitalização do centro histórico do Manaus com um projeto que aborda a melhoria estética do entorno do centro, objetivando o controle e organização dos camelôs. Esta defesa tem relação direta com alguns problemas

¹⁵ Para tal fim criou a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Amazonas (FCDL-AM).

apontados pelos lojistas, que diz respeito a cada vez mais quando seus clientes deixam de freqüentar o centro da cidade devido a falta de estacionamentos, de segurança pública e, além disso, do comércio realizado por ambulantes¹⁶ que dificulta o tráfego de pedestres nas ruas. De acordo com a instituição, a cada mês aumenta o número de camelôs no centro, o que de certo modo faz crescer a venda de produtos pirateados.

Em todas as eleições municipais, os candidatos ao executivo municipal são convidados a debater com a CDL-Manaus sobre o tema e propor alguma política pública que solucione estes problemas apontados pelo segmento lojista.

Segundo a afirmação de seu presidente¹⁷ (atual, 2009), Sr. Ezra Azury Benzion,

“Já não temos mais os incentivos fiscais da ZFM, portanto, devemos estar no mesmo patamar de qualidade em relação aos shoppings center. O comércio de Manaus é forte, histórico, bonito e diversificado. O que precisamos é de incentivo do poder público para que o Centro volte a ser um grande e atrativo pólo comercial para a sociedade, em seus variados níveis”

Aqui, revela-se a disposição da instituição em discutir e resolver um problema social pela perspectiva de interesse deste segmento. E, somente em um perímetro específico da cidade, o centro comercial. Esta posição se confirma no momento da tentativa de buscar um nível de excelência de qualidade que possa rivalizar com os modelos de shoppings centers instalados na cidade nos últimos anos. De igual modo, a relação com o poder público municipal demonstra a pressão política dos lojistas por meio da exigência de ações e implementação de projetos que atendam seus interesses específicos.

A prefeitura, por outro lado, responde por meio de sua secretaria, que trata especificamente do comércio informal¹⁸:

“hoje, a prefeitura, através de um projeto de pesquisa do SEBRAE-AM¹⁹, sabe exatamente quem, como e onde o trabalhador de rua mora e se relaciona. [...] dessa maneira, podemos elaborar e promover trabalho que visam não só retirar aquele trabalhador da informalidade, também proporcionar maneiras de ele sustentar sua

¹⁶ A CDL-Manaus não faz distinção entre camelô, ambulante ou outro tipo de vendedores de rua.

¹⁷ Disponível em: < <http://www.cdلمانaus.com.br/noticias.php?idN=647Central> > acessada no dia 22/06/2009.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Conferir nota 3.

família de maneira digna” (fala do representante do executivo municipal)

As exigências dos lojistas do centro são várias e cabe à CDL-Manaus organizá-las e apresentá-las para o executivo municipal a fim de que este tome as medidas cabíveis. Dentre estas exigências podemos destacar algumas que são vistas como soluções aos “problemas” do centro da cidade: 1) a abertura de ruas livres para a circulação de pedestres, os chamados “calçadões” – ideia do início da Zona Franca de Manaus – gerando maior fluxo de clientes; 2) a criação de incentivos para que as empresas interessadas instalem estacionamentos no centro; 3) a construção de uma cobertura para o calçamento da rua Marcílio Dias (um logradouro de lojas de produtos importados); 4) limitar a quantidade de vagas nos pontos de táxi no centro, com o objetivo de facilitar o trânsito, tanto para o acesso às lojas quanto para sua melhor visualização; 5) a criação do “Centro Park Comercial”, ou seja, uma delimitação estética no entorno do centro da cidade feita com pórticos na entrada das ruas.

Desta forma, demonstra-se a direção e organização dos objetivos dos lojistas de Manaus quando sua pauta inclui modificações na infra-estrutura do centro da cidade, em busca do embelezamento e da revitalização, para melhorar os negócios. Mas, apesar das intenções de melhoria para uma área importante da cidade, essas são pautas determinadas pelo interesse de uma representação de um grupo específico. Sua dimensão e especificidade abrangem apenas o interesse em comum de lojistas e não se desdobra para outros grupos afetados e envolvidos nas modificações pretendidas, por exemplo, os taxistas. E, por serem específicas, poderiam dispensar outras áreas do centro histórico que não despertasse tanto seus interesses, como por exemplo, a área da praça XIV (e suas casas de prostituição).

As ideias podem ser transformadas em presa fácil do passado, em um simulacro do novo com imposição de ideias do antigo, possibilitando uma re-volta da História. Ainda mais, quando surge o perigo de dar continuidade às dissociabilidades e novos padrões de sociabilidade desintegradora, similar às que ocorreram quando da instituição da modernização da cidade de Manaus. Neste caso, aparecem como um canto suave envolvendo o discurso de resgate de valores e geração de postos de trabalho,

“Os shoppings center ganharam vez porque lá existe segurança, conforto e opções de compras e lazer. Tudo isso pode ter no centro de Manaus, basta que o poder público olhe, veja com mais cautela e faça um projeto que resgate seus valores” (fala (1) de um lojista associado da CDL-Manaus).

“Junto com esta revitalização planejada pela Prefeitura, o centro precisa ser incrementado com novas idéias, com um novo formato para que o público volte a comprar e a consumir. Eu tenho esperança de que dias melhores virão para os empresários e trabalhadores do centro” (fala (2) de um lojista associado da CDL-Manaus).

O tema “pirataria” é outro nó que a CDL-Manaus quer cortar. Em sua página²⁰, fala da perda que os lojistas têm entre 25% a 30% do faturamento consequência da venda de produtos “piratas” no comércio de rua. De outro modo, deve-se levar em conta os produtos falsificados ou contrabandeados como confecções, couros, calçados, sapatos, entre outros, que igualmente tem consequências sobre os lojistas da CDL-Manaus.

Eles afirmam que perdem boa parte da clientela para os camelôs devido ao preço e à facilidade de encontrar lançamentos que recentemente chegam ao mercado local. Um associado do CDL-Manaus, afirma que “certa vez, uma cliente fiel havia comprado quatro CD's no camelô e apenas um na loja, porque não havia achado o que queria no mercado ambulante. Além da deslealdade, esta concorrência coloca a saúde das empresas em extremo risco”. A fala do presidente (na gestão anterior, 2005) da CDL-Manaus, Sr. Ralph Assayag, expressa que o posicionamento da instituição não é “combater” nem “expulsar” os camelôs e ambulantes da área central. Entretanto, os representantes do setor de comércio formal exigem a reorganização do centro da cidade na intenção de formar um mercado justo e digno para todos. Segundo ele, o “centro comercial sem camelô não é centro”.

Neste sentido, o segmento lojista, por meio da CDL-Manaus, pretende mobilizar forças para criar uma comissão com a finalidade de combater a questão, juntamente com as autoridades competentes, do mercado de produtos “piratas” que invadem Manaus. Apresenta-se um diálogo e propostas de caráter unilateral ou com a ausência de outros atores que também estão envolvidos nesta tessitura da rede

²⁰ Disponível em: < <http://www.cdlmanaus.com.br/noticias.php?idN=273> > acessada no dia 22/06/2009.

comercial do centro da cidade de Manaus. Por onde começar pelo que parece já está bem definido.

Porém, até se chegar ao termo desta tarefa será preciso colocar a seguinte questão em pauta: Qual seria o nível desse combate? Apenas nas ruas ou, também, se desdobrará aos estabelecimentos comerciais formalizados?

3. A questão do emprego formal na cidade de Manaus nos anos 1990

3.1. Mercado de trabalho: cenário social dos anos 90 em Manaus

De acordo com Silva (2000), pensar a Amazônia requer ter em conta que a sua formação socioeconômica tem relação estreita com a dinâmica do modo de produção capitalista, e por isso, sujeita aos processos de expansão e crise do capital. O conflito acirrado entre capital e trabalho provocado pelo fenômeno expansivo da globalização fazem com que a expansão e a crise do capitalismo criem zonas econômicas integradas na moderna economia mundial, em qualquer lugar do mundo.

Assim, a Zona Franca de Manaus constituiu-se com um destino certo, uma região produtiva do mercado mundial descentralizado que possibilitou uma divisão internacional do trabalho mais elaborada e mais sofisticada. Disto resultou não apenas a explosão do comércio de produtos industrializados como, também, a descentralização do processo produtivo. O que extrapola, segundo Silva (2000), as determinações particulares do local e o autoritarismo do período militar. Isto significa uma previsibilidade para a implantação de zonas francas pelo mundo como um modelo provável e possível de reorganização do capital, levado por uma determinada ordem de conjuntura mundial, dinamismo e complexas articulações.

O uso da mão-de-obra opera no contexto de um processo de expansão, atração e exploração dentro da dinâmica da modernização industrial implantada na região. Indígenas, ribeirinhos, agricultores, coletores são transformados de um tempo a outro em operários do Distrito Industrial na Zona Franca de Manaus.

Deste modo, para se construir um perfil do mercado de trabalho recente na cidade de Manaus é preciso entender tanto o que Scherer (2005) quanto Valle (2007) enfatizam em seus trabalhos: que o ingresso da cidade de Manaus em um período de

modernização recente acontece após a implementação da Zona Franca de Manaus²¹ (ZFM). É no período da política desenvolvimentista nacional, orquestrada pelo governo militar, que a integração da Amazônia Ocidental ao “restante” do país, procurando diminuir o desequilíbrio regional, perpassa na verdade por um modelo de orientação muito mais externo que regional ou mesmo nacional.

O entendimento desse ponto provoca sérias determinações no modo de se estruturar o mercado de trabalho local recente. Se a prática de um esquema²² de origem exógena tenta integrar o mercado local ao mercado internacional e, para que os vínculos dessa integração funcionem é necessário pulverizar as relações produtivas e sociais existentes anteriormente. Ora, isso levaria em conta a estratégia de desestruturar as antigas relações de mercado tradicional local tentando construir novas relações e estruturas produtivas em cadeias e redes para as novas determinações das demandas criadas para o exterior.

Mas, o mercado de trabalho que ficou do período pré-Zona Franca estava ligado às inúmeras indústrias tradicionais,

“[...] ligadas às atividades de beneficiamento de produtos extrativistas como borracha, castanha, sorva, balata, fibras vegetais (juta, malva, piaçaba), couros e peles, pau-rosa, óleos essenciais e vegetais, madeiras e barros; de alimentos, como guaraná, cerveja e massas; construção naval, movelarias e fabricação de gelo. A hegemonia do setor industrial, na década de 70, contribuiu decisivamente para a desarticulação do setor tradicional”. (VALLE, 2007, p.126)

As migrações vindas tanto das regiões próximas quanto das micro-regiões do estado do Amazonas, também da concentração da própria população urbana local, deram o tom da formação da mão-de-obra para o mercado de trabalho em Manaus: mão-de-obra abundante, sem qualificação mínima, inexperiente com a indústria moderna, por isso, bem afinada para os baixos salários oferecidos pelas montadoras da

²¹ “Criada no final da década de 1960, os privilégios derivados do *status* de Porto Livre foram decisivos para o desenvolvimento, na capital amazonense, de um parque industrial, cuja produção orientou-se para os mercados externos à região. A expansão dos anos 70 e 80 e a posterior crise dos anos 90 expressam as transformações experimentadas e refletem momentos diferenciados da “modernização transplantada” relacionados à forma de incorporação da região às economias nacional e mundial” (VALLE, 2007, p. 110).

²² Entendemos o termo esquema como tendo o sentido primeiro de resultado da ação de possuir uma atitude exterior, uma maneira de ser exterior. (BAILLY, 1986, p.1885).

Zona Franca. Embora não se deva menosprezar a possibilidade de uma vida melhor idealizada por aqueles que chegam à cidade em busca de uma ocupação. Deve-se, porém, levar em consideração, para entender o processo acelerado de concentração populacional, o estímulo dado ao crescimento econômico por meio da criação da Zona Franca de Manaus que provocou o deslocamento de populações de áreas estagnadas para uma área em desenvolvimento.

A consequência imediata sobre a cidade foi que a velha estrutura urbana decorrente do período extrativista foi praticamente destruída por meio da explosão populacional. A necessidade crescente de mão-de-obra inicialmente nos setores de comércio e serviços, desdobrou-se desta vez para o setor industrial. Por conta disso, foi inevitável o estímulo criado para a vinda de migrantes rurais tanto do interior do estado quanto de outros estados e territórios vizinhos. Assim dois fatos socioeconômicos se coadunam: por um lado, a expectativa de emprego e melhoria das condições de vida dessa população; por outro lado, a decadência da produção extrativista e a desarticulação da economia regional.

Segundo Valle (2007), “o processo de migração para Manaus, intensificado com a criação da Zona Franca manauara caracteriza dois movimentos combinados: esvaziamento do interior amazonense e “inchaço” populacional da capital do Estado” (2007, p.134).

Assim, atraindo um considerável contingente populacional e criando um novo cenário urbano redefinido pelas novas formas de produção socioeconômica. As consequências são visíveis com o inchamento da cidade, surge a proliferação das favelas, o aumento da criminalidade, da prostituição e do número de menores carentes, o crescimento do desemprego e do subemprego, a elevação do custo de vida, entre outros. Assim, institui-se uma estrutura social favorável ao aparecimento de ocupações e táticas de sobrevivência em um cotidiano hostil. O que continuou a ocorrer como efeito pós-ZFM, como podemos observar pelos números recentes do último decênio do contingente populacional da cidade de Manaus (Tabela1), segundo o IBGE. É preciso salientar que Manaus ainda concentra quase metade da população economicamente ativa (PEA) do estado do Amazonas.

Tabela 4. População de Manaus²³

Ano	Pessoas Residentes
1991	1.011.501
1996	1.154.330
2000	1.405.835
2007	1.646.602

Fonte: Tabela organizada pelo autor com base nas informações dos dados do IBGE (2009).

Os espaços para sociabilidade serão redefinidos com a chegada da ZFM. O lugar de trabalho será redimensionado a partir da implantação do Distrito Industrial, os espaços de moradia serão reordenados e reorganizados em conjuntos habitacionais ou ocupações informais na periferia da cidade, entre outras determinações.

“A fisionomia do espaço urbano manauara modificou-se [...] A era do milagre eletrônico, a expansão do comércio e o processo industrial transformam as relações sociais, determinam mudanças significativas nos costumes e no comportamento do caboclo, na estrutura familiar, no lazer, na religião. Adquirem-se novos hábitos, novas significações e nova cultura. Enfim, as transformações se operam no modo da vida, de trabalho e no cotidiano das pessoas. Como se sabe, o modo de produção capitalista provoca a emergência de novas formas de sociabilidade”. (SCHERER, 2005, p.41)

Tendo esse cenário como entendimento para o processo recente de formação de mão-de-obra e mercado de trabalho em Manaus, as fábricas do Distrito Industrial irão absorver praticamente 52% da força de trabalho nos anos 80 e o setor de eletroeletrônico, que ainda mantém essa prerrogativa, era responsável por 17% do total da mão-de-obra. (VALLE, 2007, p. 153)

A partir dos anos 90, as mudanças tecnológicas e organizacionais provocaram crescentes mudanças no Distrito Industrial. O que afetará inclusive a própria característica do modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM) que ao ser reformulado passa a se caracterizar com acentuação ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Neste período a diminuição do contingente de trabalhadores no *cluster* eletroeletrônico, o mais representativo dos setores, segue de duas resultantes

²³ Disponível em: < www.ibge.gov.br > acessada no dia 22/06/2009.

principais: da nova política industrial brasileira a partir da abertura comercial do governo Collor e da própria reestruturação produtiva realizada pelas empresas com a finalidade de melhor competir internacionalmente. As novas engenharias de produção e tecnologias gestonárias implantadas nesse período no PIM apontam para um novo padrão de mão-de-obra: reduzida e qualificada. Com isso, a reorganização do espaço produtivo exigiu a implementação do modelo de um novo perfil de trabalhador e de uma empresa mais “enxuta”.

Maiores investimentos em tecnologia mecatrônica e em treinamento e qualificação da força de trabalho, novos métodos e técnicas de gestão de pessoal, tudo isso para manter as exigências das normas de qualidade da produção fabril. São esses os novos vínculos das relações sociais e produtivas no mercado de trabalho e na mão-de-obra em Manaus. Novos em parte, mas antigos enquanto modos de outra vez desestruturar os vínculos anteriores de sociabilidade e modos de produção.

Para se manter, enquanto possibilidade de mercado de trabalho industrial moderno, o PIM teve de reatualizar sua forma de organização do trabalho e seu conteúdo de relações exógenas em detrimento aos antigos vínculos sociais existentes. Expurgados das fábricas do Distrito, a mão-de-obra fabril irá reinventar formas de relações com o mercado de trabalho e novos vínculos de sociabilidade, agora, de modo quase tão precário quanto aqueles que ficaram na fábrica.

O que nos chama atenção nos textos de Scherer (2005) e Valle (2007), é a possibilidade de ampliação e redimensionamento sobre a questão social imbricada tanto dentro da fábrica do PIM, quando pensamos nas novas habilidades e a qualificação que serão adquiridas pelo novo padrão de operariado a partir da introdução da flexibilização da produção fabril, quanto fora dela, no momento em que essa mesma flexibilização e as inovações tecnológicas e organizacionais exigem um novo padrão de trabalhadores de chão fábrica, também, gera expurgos consideráveis com “a baixa nas carteiras”.

Em Manaus, no final dos anos 1990, o número de empregados no PIM começa a declinar para 39.652, o que antes no começo da década eram 76.798 postos de trabalho formal. Os efeitos deste cenário mostram os reflexos de seus custos sociais quando o desenvolvimento baseado na economia aberta e competitiva determina privilegiar o crescimento da produção e a elevação da produtividade, mas seu

desdobramento gera exclusão social ao requerer uma quantidade menor em postos de trabalho (Valle, 2007, p. 212; Scherer, 2005, p.66).

Segundo Scherer (2005), o emprego assalariado se expandiu no período, por meio do novo modelo de acumulação, porém, as indústrias do PIM não foram capazes de absorver a quantidade significativa da mão-de-obra e a superpopulação relativa local. O que poderia caracterizar em nosso ponto de vista, entre outros fatores, um aspecto do “enxugamento” fabril.

Para Valle (2007), o que se desenvolve no PIM é um processo que se apresenta como a ruptura do modelo industrial e tecnológico clássico. Construindo, assim, uma nova estrutura socioeconômica (novos paradigmas) e em uma nova estrutura social (novo perfil de trabalhador). Neste caso, o perfil se modela a partir das mudanças significativas: no lugar do trabalhador semidesqualificado e obediente – agora, o trabalhador com capacidade de iniciativa, polivalente, multifuncional, autônomo e responsável, pronto para o trabalho em situações de cooperação.

4. Um “camelódromo” para o centro

A ideia de se construir um estabelecimento comercial que congregue os camelôs do centro da cidade é acalentada por diversos gestores municipais. O atual prefeito em entrevista²⁴ ressaltou a que vai organizar o centro da cidade construindo novos edifícios garagem e transferindo os vendedores ambulantes para lugares denominados de “camelódromos”. Que, ainda, alguns armazéns do porto podem servir para acomodação dos camelôs. Na gestão municipal anterior (2005-2008) o secretário da SEMAGA apresentou um projeto denominado de “Shopping Popular de Manaus”, a ser construído na região portuária, em um terreno que pertence à Prefeitura. Segundo ele, o empreendimento terá espaço para abrigar 1,7 mil camelôs, além de um centro de serviços públicos ao cidadão²⁵. A promessa é de que nos próximos anos o “problema” dos vendedores de rua esteja resolvido²⁶ com a construção de um prédio de 3 andares, onde nos dois primeiros funcione o comércio e no terceiro seja um Pronto

²⁴ Disponível em: < <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=282889> > acessada no dia 22/06/2009.

²⁵ Disponível em: < <http://www.cdlmanaus.com.br/noticias.php?idN=273> > acessada no dia 22/06/2009

²⁶ Disponível em: < <http://www.cdlmanaus.com.br/noticias.php?idN=647> > acessada no dia 22/06/2009

Atendimento ao Cidadão (PAC)²⁷. Na gestão atual (2009-2012) há um projeto chamado “centro vivo”²⁸, nele a prefeitura tem como objetivo proporcionar melhorias das condições de conforto ambiental, estética e funcional no centro da cidade de Manaus, através de execução de ações imediatas e de planejamento a médio e longo prazo. Os resultados esperados no decorrer da implantação do projeto são elencados como: melhorias na qualidade ambiental; melhorias no sistema viário; recuperação de espaços públicos; sistematizar as ações de limpeza urbana; promoção do turismo; melhorias na iluminação pública; disciplinar os espaços públicos; promoção do resgate do patrimônio cultural; melhorias na acessibilidade; e por fim, recuperação das áreas de jardins e mobiliário urbano. Mas, cabe perguntar: e onde entram os camelôs nesse projeto? Muitos dos vendedores de frutas e verduras já foram convidados a se retirarem do centro, principalmente do entorno da Praça da Matriz, isto provocou protestos. Porém não ocorreu nenhuma mudança quanto aos lugares possíveis para essa população ocupada informalmente. Quem deve ir para o “camelódromo”? Esta é uma pergunta possível de ser feita e difícil de ser respondida.

5. O corte diagonal da precarização na indústria e no comércio

No decorrer deste texto nossa tentativa foi de apresentar um cenário do centro da cidade de Manaus em contexto histórico e social com forte ligação ao setor comercial, juntamente com as tentativas de revitalização dessa área da cidade por uma entidade de classe comercial e, as modificações ocorridas no mercado de trabalho local a partir da reestruturação produtiva do PIM, a fim de mostrar que em comum, a esses dois setores, há uma formação de um mercado de trabalho informal tanto no sentido das ocupações quanto no surgimento do modo de emprego informal com as terceirizações e o novo padrão de trabalhador fabril “autônomo”.

Quando determinadas instituições, defensoras da economia de mercado, estimulam ideologicamente a capacidade empreendedora do indivíduo e a criação de serviços de microempresas como terceirização de outros empreendimentos, encobrem

²⁷ O PAC é um local onde vários órgãos públicos e secretarias disponibilizam serviços do judiciário, das companhias de energia e água, de defesa do consumidor, entre outros.

²⁸ Disponível em: < www.manaus.am.gov.br > acessada no dia 22/06/2009.

ou não deixam claro o fato de que mais da metade deles fecham e que estão subordinados ao movimento do capital.

O contexto histórico e socioeconômico da cidade mostra que várias vezes foi imposto para o manauara, desprovido de renda e bens, lutar por sua sobrevivência em condições não resguardadas por proteção social e ligadas a subempregos ou trabalhos atípicos.

Desta maneira, a própria Zona Franca de Manaus e a cidade não estão descoladas desse movimento do capital. E, a reestruturação produtiva que é seu resultado afetará tanto a camada de trabalhadores do PIM quanto aqueles que vivem de seu trabalho nas ruas. Por um lado, o “enxugamento” da empresa fabril e a requisição de mão-de-obra mais qualificada dificultaram o acesso aos postos de trabalho com proteção social. Por outro lado, o aumento do número daqueles que não conseguiram recolocação nos empregos formais acabou por provocar um adensamento de ocupações nas ruas da cidade.

Mesmo a solicitação de “revitalização” e ordenamento do centro pelos lojistas, está ligada a um discurso que tende a apontar soluções diretas para uma parte da cidade e um determinado grupo. Esquecendo-se de que é necessário ampliar o debate para todos os protagonistas dessa história.

O trabalho de camelôs e ambulantes nas ruas do centro tem gerado discussões e projetos de resolução com tentativas que se mostraram falhas e inconclusas. Entidades de classe, como os lojistas, e poder público tentam encontrar um ponto final para o assunto. É possível que as falhas sucessivas decorram da aplicação de mecanismos dissociados das condições históricas e sociais que fizeram surgir as contradições inerentes do próprio movimento do capital mundial.

CAPÍTULO 3

Entre redes e árvores na Praça da Matriz

1. O espaço urbano ocupado: a Praça de trabalho ou entre articulações e táticas

1.1. As possíveis tessituras e tramas na praça de trabalho

A forma de conceber o centro de uma estrutura urbana, e inclusive, previamente a sua afirmação ou sua negação expressam por si só uma determinada concepção de cidade e um modelo de relações cidade/sociedade. Desta forma, tanto o centro urbano como a cidade são primordialmente “produtos” e, por conseguinte, expressões manifestas das formas sociais de ação e da estrutura de sua dinâmica interna. Para Castells (1975), a caracterização sociológica de um centro urbano deveria envolver três categorias principais: o centro simbólico, enquanto resultado da ação de uma sociedade que se organiza com respeito aos seus valores expressos em relação ao espaço; o centro ponto de intercâmbio, enquanto expressão e expansão da divisão social do trabalho, da especialização funcional e da ocupação do espaço; finalmente, o centro lúdico, enquanto expressão de uma sociedade que valoriza cada vez mais o consumo.

Neste sentido, a idéia de centro corresponde a um elemento da estrutura urbana que assegura o necessário intercâmbio entre os diversos elementos funcionais que compõem a cidade. Neste caso, a cidade não deve ser um aspecto determinado de um único debate. Ao contrário, deve trazer como objeto das Ciências Sociais, o tratamento mais atento para a complexidade de aspectos, principalmente como referência a este cenário do novo milênio. Assim, a questão urbana constitui-se como aspecto enigmático, como *habitat* fundamental na construção da modernidade, revestindo-se de significados que se encadeiam no mundo econômico, na sociabilidade, na cultura, nos modos de vida citadino, nas subjetividades, na comunicação entre os indivíduos, na identidade e na alteridade. É preciso captar o melhor entendimento das redes de interação social que se interpenetram na sociabilidade de suas ruas, na intimidade de seus habitantes (VÉRAS, 2000).

A produção de formas espaciais determina-se por dois modos de relação entre os atores sociais e o espaço: primeiro, como um estatuto de noção ao espaço não incorporado pelo sentido e prática dos atores sociais e, em segundo, como um estatuto de conceito ao território que é o espaço instituído pelas práticas e reconhecimento das ações dos atores sociais com o espaço que os cerca. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um *ator sintagmático*²⁹ ao se apropriar, de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Todo espaço preexiste a qualquer ação. Logo, “local” se torna *locus* de possibilidades e é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. (Raffestin, 1993, p. 144)

Segundo Raffestin (1993), território é uma produção onde se projetou anteriormente trabalho, seja por dispêndio de energia física seja por construção significativa, a partir do espaço. E, por causa das relações que o envolve, o território, inscreve-se num campo de poder. O território, local de relações, é espaço objetivado. Por isso, é mantido por ações e comportamentos (processos sociais) entre atores sintagmáticos; por ser campo de poder, é igualmente campo de conflito. O ator pode decidir “construir” vários tipos de tessituras e articular todos os nós, ou somente alguns. Pode, também, decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções.

A partir de uma representação os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós, e à construção de redes. Poderia se chamar de “essencial visível” das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados à decisões. Ao território concreto, esses atos vão se traduzir por “atos observáveis” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Se praça pública com conotação de lazer, ócio, encontros ocasionais, passa a ter não apenas novo significado imagético, além disso passa a ser construção concreta de espaço de trabalho por “atos observáveis” e “essencialmente visíveis”. Segundo Raffestin (1993),

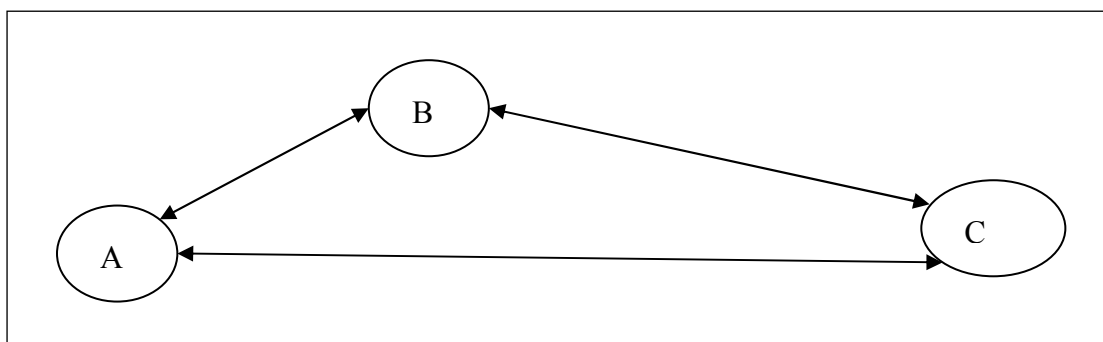
²⁹ Ator sintagmático não é apenas um ator social que é determinado pelo *script* do ambiente, mas age com o espaço transformando-o em território pleno pelo significado e trabalho material de suas relações com outros atores. (Raffestin, 1993, p. 160)

“Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas **hierarquicamente** permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Enfim, permitem realizar a **integração e a coesão** dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. *Tessituras, nós e redes* formam três subconjuntos estruturais que sustentam a prática espacial” (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

2. Esquemas *tessituras-nós-redes*

2.1. Construindo nós em rede (a tríade – 3 elementos/3 elos relacionais)

Figura 1. A rede em tríade

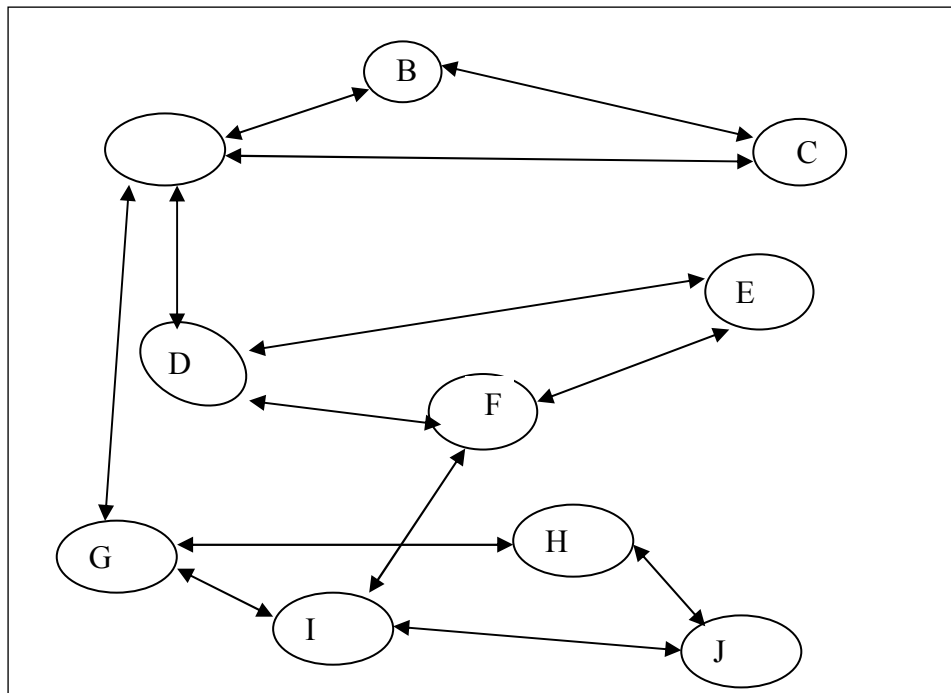


Fonte: Gráfico organizado pelo autor com base nas informações de Kadushin (2004).

De acordo com o entendimento de Charles Kadushin (2004), um ou mais atributos sociais comuns acabam por definir a relação entre si daqueles que se ligam nos nós da formação da rede. Alguns nós estão diretamente ligados constituindo aquelas ligações que tem atributos de reciprocidade ou mutualidade, outros mantêm a distância entre as ligações o que pode presumir a variação de níveis de conexões e de reconhecimento mútuo. Uma rede X é composta de atores, representados por Y nós, e as relações entre estes atores, representada por N laços (elos).

2.2. Construindo uma tessitura entre redes (*embeddedness*)

Figura 2. Rede com elos relacionais entre grupos diferentes compondo uma tessitura



Fonte: Gráfico organizado pelo autor nas informações de Kadushin (2004).

Por outro lado, Paulo Carrano (2006) nos alerta que a estrutura *tessituras-nós-redes* é materializada por um grupo ou indivíduo em sua relação social. As táticas dos atores são numerosas, quase infinitas. Mas, em realidade, devido aos recursos disponíveis, trata-se de um conjunto finito. Por isso, em sua dimensão morfológica as redes sociais evidenciam-se por processos de articulação entre diferentes sujeitos e unidades que se interconectam, estabelecem trocas e criam laços de fortalecimento mútuo e que são potencialmente geradores de novas solidariedades e fortalecimentos no conjunto de determinada rede de atuação.

A discussão trazida por esses autores, contribuiu para esta investigação tanto em relação ao entendimento inicial do quadro teórico sobre as diversas relações de grupos sociais e da interação entre os atores como para provocar a identificação dos vários grupos que interagem em relações sociais de interdependência na Praça da

Matriz, além de indicar a possível construção de um gráfico sobre estas relações.

3. O Campo de Pesquisa

3.1. Do ponto de vista do observador

Ilustração 1. Mapa do Estado do Amazonas em destaque



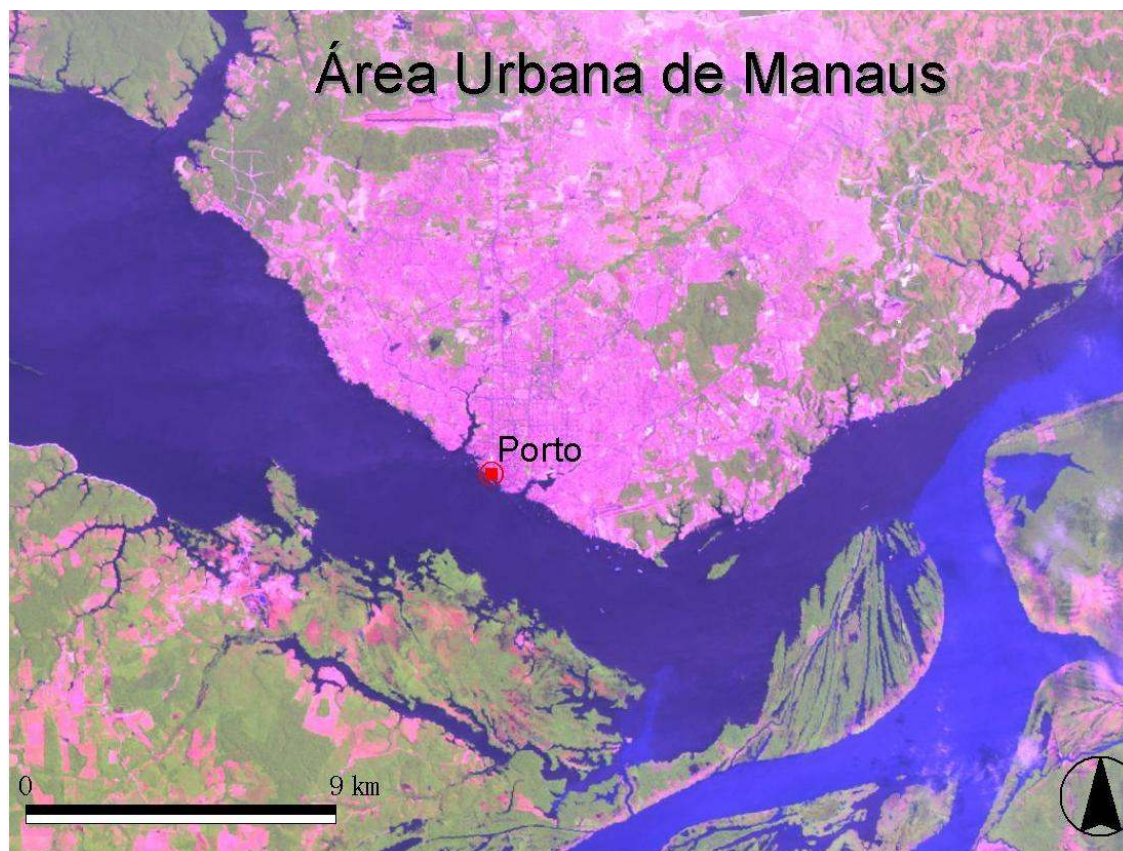
Fonte: Ilustração organizada pelo autor com base nas informações do Google Images (2009).

O estado do Amazonas está situado no centro da Região Norte do Brasil, limitando-se ao norte com o estado de Roraima, Venezuela e Colômbia; a leste com o estado do Pará; a Sudeste com o estado do Mato Grosso; ao sul com o estado de Rondônia e a sudoeste com o estado do Acre e o Peru.

Manaus é a capital do Amazonas. Sua localização geográfica tem as seguintes coordenadas: Latitude: Extremo Norte - $2^{\circ}08'30''$, Extremo Sul - $9^{\circ}49'00''$; Longitude: Extremo Leste - $56^{\circ}04'50''$, Extremo Oeste - $73^{\circ}48'46''$; Latitude: - $03^{\circ} 06'07''$ Longitude: - $60^{\circ}01'30''$.

A foto de satélite da ilustração 2, mostrando a área urbana de Manaus, tem como destaque em ponto vermelho a visualização da área portuária localizada no centro da cidade que fica a uma distância aproximadamente de 50m da Praça da Matriz.

Ilustração 2. Foto de satélite da área urbana de Manaus³⁰



Fonte: www.zonu.com/imapa/americas/small/Mapa_Foto_Imagen_Satelite_Cidade_Manauas_Brasil.jpg (2009)

O campo da pesquisa representa a inserção do pesquisador no cenário construído pelas ações dos atores sociais em sua realidade cotidiana. O prévio conhecimento construído anteriormente ao campo em muitos momentos não dá conta da dimensão em que o pesquisador se insere. Por isso, após a imersão no campo, o objeto pesquisado tende a ser modificado e reconstruído, enriquecido e redimensionado.

A investigação teve um crescente em modificação e redimensionamento após o início do trabalho de campo e durante a realização das entrevistas com a finalidade de melhor recorte temático e adequação ao campo. As ilustrações que se seguem mostram

³⁰

Disponível

em:

<http://www.zonu.com/imapa/americas/small/Mapa_Foto_Imagen_Satelite_Cidade_Manauas_Brasil.jpg>
> acessada em 22/06/2009.

na forma de mapa e foto de satélite as dimensões físicas do campo de pesquisa, de um lugar reconhecidamente apontado como território de camelôs. Para mim, uma praça de trabalho vivo, intenso e multirelacional. Neste caso, sua instituição imaginária (dizer-designar/fazer-construir) tem referência em um contexto de significados que envolvem a própria consolidação do centro comercial da cidade de Manaus como um grande campo de pesquisa social.

Se tomarmos como marco as transformações ocorridas na capital da Província (Manaus – de vila para cidade) na segunda metade do século XIX, a Igreja Matriz foi um dos primeiros prédios erguidos, sendo assim, um marco concreto sobre o significado de uma construção de tijolos como ato civilizatório para o imaginário da cidade. Este marco (antes uma construção de palha e pau-a-pique), que se posiciona de frente para o rio Negro, está envolto por relações sociais, históricas e políticas quando do seu levantamento.

O ano do lançamento da pedra fundamental da Igreja Matriz é descrito como um marco de progresso para a pequena vila que era Manaus. Mesmo os trabalhadores eram trazidos de outros estados por carência de mão-de-obra local. A Mensagem do Governo enviada para a abertura da Assembleia da Província, pelo seu então Presidente Francisco José Furtado (em setembro de 1858), era em forma de um minucioso relatório descritivo sobre Manaus, suas obras realizadas, as rendas destinadas para isso, a contagem da população – nascimentos e óbitos, entre outros.

Estas mensagens como relatório da Presidência da Província à Assembleia da Província no decorrer desse ano tem um bom número de referências aos aspectos sociológicos da constituição da cidade de Manaus. Uma dessas referências, justamente a que nos interessa e motiva a digressão destes dois parágrafos, é sobre o lançamento e construção da Igreja Matriz. Relata-se que negros livres enviados pelo governo imperial eram trabalhadores especialistas em obras públicas e foram trazidos para dar início às obras da Catedral, na medida em que não haviam trabalhadores qualificados na cidade para tal construção. De igual modo, relata que a relação do chefe da obra com os trabalhadores era bastante conflituosa. Um intervalo para descanso era exigido pelos trabalhadores, o que envolvia grandes discussões e fuga do trabalho. As discussões entre os próprios trabalhadores por motivos de hierarquias, o conflito com a chegada de um novo grupo, as questões envolvendo mulheres e bebidas que desandava

a continuidade do trabalho. Além do emprego dos indígenas civilizados (pela catequese) que, também contribuíam com sua força de trabalho, mas não eram especializados como os negros. Enfim, a pedra fundamental da Igreja Matriz foi lançada em 23 de julho de 1858 (não sem a narração destes fatos pelo capataz da obra que passou o período solicitando providências das autoridades tanto para recursos financeiros quanto para mão-de-obra).

Esta não é uma intenção ou tentativa de instrumentalização histórica para a nossa pesquisa. A nossa intenção realmente é tomar deste pequeno trecho descritivo, de um documento oficial, a relação da Praça da Matriz em seus primórdios envolvida com um tema sociológico como o trabalho. E, este, envolto em intenso conflito entre os operários da construção e o poder público que regia a execução das obras. Concordo com Manuel Castells quando afirma que “é útil fixar os contornos históricos de um fenômeno, antes de efetuar sua investigação” (CASTELLS, 1983, p.35).

Na ilustração abaixo, temos um mapa das ruas onde pode observar o perímetro da Praça da Matriz, sua forma triangular. O seu entorno compreende as avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro e a rua XV de novembro.

Ilustração 3. Mapa do campo de pesquisa – Praça da Matriz



Fonte: Ilustração montada pelo autor a partir da imagem obtida no Google Maps (2009)

O porto é administrado pela Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas (SNPH), que recebe cargas e passageiros do interior, além de turistas dos grandes cruzeiros marítimos, está bem em frente da Praça da Matriz. Neste canto (inferior esquerdo) azul está representado o Rio Negro.

A Ilustração 4 demonstra os pontos prechos de significados que trazem para nossa pesquisa o entendimento de que este seja um espaço único com múltiplos interesses de laços econômicos, culturais, sociais e políticos.

Este é o entorno que tomei como campo de pesquisa sobre os camelôs e suas redes sociais. A circularidade da Matriz é também marcada pelos carros de som que aqui passaram e continuam passando: de partidos políticos, do próprio político, de sindicatos, de várias manifestações sociais. Para pesquisar sobre este tema temos uma extensão considerável (quase inatingível por um só pesquisador) em todo o perímetro do centro da cidade. Sem a escolha desse campo específico, a Praça da Matriz seria inviável à pesquisa do ponto de vista do tempo e custos do projeto. Mesmo assim, este campo de pesquisa assumiu para nós as proporções imensas de um grande desafio, inimagináveis antes da realização do trabalho de campo.

Ilustração 4. Foto de satélite do campo de pesquisa – Praça da Matriz



Fonte: Ilustração montada pelo autor a partir da imagem obtida no Google Mapas (2009)

Em destaque, circundado pelas árvores está o prédio da Igreja Matriz – N. S. da Conceição (1), de frente para o rio Negro com suas escadarias que terminam no chafariz da pequena Praça Oswaldo Cruz (2). À esquerda, vemos a plataforma da estação central (3) onde afluem 90% das linhas de ônibus da cidade. Por detrás da Matriz a Rua Sete de Setembro (4) que irá cruzar com a Avenida Eduardo Ribeiro. À direita, o Calçadão do Relógio³¹ (5), na Avenida Eduardo Ribeiro, onde está o obelisco da elevação de Manaus à cidade e o Relógio Municipal. Aqueles que descem na plataforma de ônibus da estação central para o centro comercial de Manaus seguem por estas duas vias principais: Sete de Setembro e Eduardo Ribeiro, conforme o ponto de parada de cada linha, desenhando, assim, uma triangulação excelente para o circuito comercial de camelôs, ambulantes e vendedores não-permissionários.

Neste sentido, é possível concordar com Mumford (1998), que o resultado final do capitalismo foi o de introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal em todos os cantos da cidade. Esta mudança vai se realizar como uma força simbólica muito forte. O ordenamento e controle das praças de mercado será revelado pelo modo de transformar o capital simbólico da cidade: a substituição da praça de mercado concreta pela praça de mercado abstrata e transnacional. A praça de mercado concreta do olhar para o outro, das conversações, do uso do tempo livre foi substituídos pela praça de mercado abstrato das transações monetárias e da busca de lucro, entre pessoas que nem se viam, mas que desejavam fazer um negócio lucrativo. Outro ponto é a organização dos transportes e das trocas comerciais como fator de grande dinâmica do mercado abstrato por meio da mobilização de produtos e rápido intercâmbio, o que vemos, também, na Praça da Matriz.

³¹ O relógio da matriz ou do calçadão da matriz, como é chamado pelos populares, foi erguido durante a administração municipal de Araújo Lima (1926-1929) (OLIVEIRA, 2003, p.105).

3.2. Fotos de ocupações na Praça da Matriz

Foto 1. Carregador de banca



Fonte: Foto tirada pelo autor (Maio, 2009)

Foto 2. Guardador de veículos entre avenida Eduardo Ribeiro e XV de Novembro



Fonte: Foto tirada pelo autor (Maio, 2009).

Foto 3. Permissionário de carro-lanche



Fonte: Foto tirada pelo autor (Maio, 2009).

Foto 4. Bancas na avenida Eduardo Ribeiro (à 10m da Praça da Matriz) reparada por um vigilante



Fonte: Foto tirada pelo autor (Maio, 2009).

Foto 5. Transporte de bancas no entorno da Praça da Matriz



Fonte: Foto tirada pelo autor (Abril, 2009).

Foto 6. Vendedor de água e café



Fonte: Foto tirada pelo autor (Maio, 2009).

Foto 7. “Corredor” do entorno da Praça da Matriz sendo lavado por permissionário



Fonte: Foto tirada pelo autor (Abril, 2009)

Foto 8. Banca de Jogo do bicho e pontos de sapateiro



Fonte: Foto tirada pelo autor (Maio, 2009).

Foto 9. Veículo utilizado por carregador de gradeados e gelo



Fonte: Foto tirada pelo autor (Abril, 2009).

Foto 10. Fiscais da SEMAGA em ação



Fonte: GECIN, 2009

Foto 11. Permissionário com banca fora do padrão comum do entorno da Praça da Matriz



Fonte: GECIN, 2009

Foto 12. Aviso de reforma da Praça Oswaldo Cruz no entorno da Praça da Matriz motivo da retirada de alguns permissionários



Fonte: Foto tirada pelo autor (Abril, 2009).

Foto 13. O camelô e sua banca



Fonte: Foto tirada pelo autor (Abril, 2009).

Foto 14. Tabuleiro com carrinho de mão típico de “invasor” de frutas e verduras



Fonte: GECIN, 2009

4. Percalços e percursos

4.1. A entrevista – uma ferramenta para entendimento e análise

A possibilidade da gravação de uma entrevista precisou ser pensada a partir da situação expressa pelo entrevistado, da recepção aceitável ou não desta ferramenta, da impressão que isto pode causar, do cuidado que mede as ideias antes de falar e da sensação de que a gravação pode contribuir para sinta “com vergonha”, ou com receio de alguma coisa. A ideia de que “revelar” algo que pode ser usado contra você, principalmente quando do registro em mídia eletrônica, exige do pesquisador o devido tato, a sensibilidade, na hora de utilizar ou suspender o uso da ferramenta. A falta desta percepção pode comprometer a qualidade e a fluidez da pesquisa. Segundo a fala de um dos entrevistados – “Vai gravar pra quê? Vai levar pra alguém?” – que expressa essa sensação.

Uma das dificuldades encontradas na circularidade da Praça da Matriz para a gravação das entrevistas foi o intenso barulho, as buzinas de veículos, os protestos em carros de som, os pequenos palcos armados de grupos musicais iniciantes, os cultos evangélicos, toca cd na banca ao lado, entre outros.

Chamou-me atenção a baixa densidade de permissionários no lado da avenida Sete de Setembro em relação aos outros lados do entorno da Praça da Matriz. Há camelôs, “invasores” de frutas e verduras, produtos da região e artesanos em um número bem menor. Ratificando que esta baixa densidade de grupos na Praça é em relação ao seu entorno, na parte detrás da Igreja (Ilustração 4, nº. 4), pois do outro lado da avenida a situação é proporcionalmente inversa, uma grande densidade. Um segundo aspecto deste lado da avenida é que não consegui a adesão de nenhum permissionário para participar da entrevista. Apesar de não haver uma razão específica para este posicionamento negativo.

Isto resultou em uma concentração das entrevistas somente com os permissionários dos outros dois lados do entorno.

Em minha primeira entrevista fui bem recebido, chegando mesmo a me oferecerem um pequeno banco para assento enquanto transcorria a interação. Houve receptividade e me senti a vontade para dialogar. É bom que se diga que o atendimento

ao “cliente” que chegava para comprar algo na banca foi encarado, por mim, como um interrompimento necessário para estabelecer a empatia, o que algumas vezes ocorria no momento da exposição de idéias do entrevistado, fazendo com que o tempo da entrevista se estendesse além do previsto. A esposa, que estava ao redor, no início acompanhou e ajudou nas respostas das primeiras questões. Porém, ela tinha outra atividade que era buscar o filho do casal na escola e, posteriormente, se ocupar na venda de água e refrigerante que empurrava em um carrinho de feira pelo calçadão do relógio. Percebemos, então, que a sua ocupação de camelô gerava composição de renda adicional para a família. Outra situação que observamos foi que apesar de morarem na zona leste da cidade, o casal mantém o filho em uma escola pública nas proximidades do Centro, o que facilita o pegar e deixar a criança na escola, segundo o pai. Outra ocasião de pausa nas respostas foi quando uma mulher jovem parou para cobrar do entrevistado o valor da venda de um produto. Após esta interrupção, nos informou que ela havia começado recentemente a atividade de ambulante na Praça e estava tentando fazer sua clientela entre os donos das bancas para quem vendia os lanches produzidos.

A partir deste momento, a diferença entre camelô e ambulante começa a transparecer como bem definida pelo grupo de camelôs. Enquanto o ambulante empurra seu carrinho³² de um lado para outro na rua, o camelô é aquele que tem um ponto fixo. Sendo que, ambos precisam estar cadastrados na SEMAGA e receber a autorização para executar a ocupação ao redor da Praça da Matriz.

Ainda, o termo autônomo não lhes é desconhecido, por vezes é preferível e nos foi indicado seu uso durante as conversas informais. A razão desta preferência, segundo alguns, é o fato de que tanto as instituições, jornais e o poder público relacionarem este termo a sua ocupação e estabelecer a distinção com os ambulantes e outros vendedores de rua.

Quando da indicação de um camelô por outro para participar da pesquisa houve um relativo ganho de tempo na realização do trabalho de campo e das entrevistas. Porém, quando isso não acontecia, as negativas eram bem mais constantes. Por outro lado, muitas vezes foi-me oferecido um banquinho para sentar, porém, em outras, o

³² Esta é a materialidade diferencial do ambulante, o seu carrinho adaptado para a melhor exposição dos produtos, além das falas chamando atenção para as mercadorias oferecidas feitas em bom tom de voz e uma espécie de jaleco identificando sua atividade.

entrevistado apenas respondia as questões sem muito se importar com as gentilezas ao entrevistador, entretanto a conversa fluía sem muitas dificuldades.

As dificuldades de campo de pesquisa começam a partir dos primeiros contatos necessários a partir da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGA – para obter o número de permissionários inscritos. Tive as respostas necessárias, mas não havia um padrão ordenado de entrada ou saída regular desses permissionários. Não havia datação específica das listagens de vendedores de ruas que me foi entregue, encontramos um número de 314 vendedores na Praça da Matriz, mas se eles são todos ambulantes ou camelôs, ou vendedores de verduras e frutas, não há precisão do tipo referente na listagem. O que conseguimos foram alguns números dos anos de 2005, 2006 e 2008. Isto me ajudou a ter uma ideia relativa do que iria encontrar no campo de pesquisa. A partir daí precisei fazer uma contagem no próprio campo a fim de estabelecer um número mais preciso de permissionários da Praça da Matriz e encontrei entre 295 a 305 bancas de produtos. A dificuldade de um número preciso é que alguns pontos estavam constantemente fechados ou eram duas bancas unidas o que nos dificultava a contagem. Descobrimos mais tarde que familiares ou casais, ao terem cada qual a sua inscrição de permissionário, uniam as bancas de modo a ganharem uma melhor exposição dos produtos. Uma aplicação de ajuda mútua típica desse mercado.

Apesar desses impasses, a disponibilização dos dados pelo pessoal da secretaria foi de grande importância e aconteceu em tempo hábil. Consegui as leis e portarias que instituíram a dita secretaria, a relação de vendedores de frutas e verduras, declarações de transferência, lista de camelôs em todo o centro e terminais de ônibus, além da listagem dos bairros e fotos das bancas, entre outras informações relevantes.

O cadastro dos camelôs, ambulantes e demais vendedores de rua existe, mas seu ordenamento é de grande imprecisão. A atualização dos números é realizada anualmente a partir das novas inscrições e se houver uma listagem com números preciso não obtive acesso à ela.

A necessidade de um levantamento histórico do campo de pesquisa me levou para o Arquivo Público do Estado. As leituras dos relatórios da Mensagem do Presidente da Província à Assembleia da Província no período específico proporcionaram uma visão mais ampliada sobre o campo e a situação social do

período. Mas, preciso concordar com a crítica de Dias (1999), ainda, na época de sua pesquisa,

“O Arquivo Público do Estado do Amazonas, onde se encontra uma grande parte do acervo sobre a cidade, inclusive documentos sobre a Província [...] encontrava-se em péssimas condições [...] Os documentos localizados nesta instituição encontravam-se em sua grande maioria, em deplorável estado de conservação. Falas de Presidentes da Província, Mensagens de Governadores do Estado, Anais da Assembleia Provincial, Relatórios das mais diversas repartições, Lei e Decretos dispostos em um mesmo arquivo, quando não no porão do prédio, sujeitos à umidade e traças. A desorganização era tanta que nos levava até supor que não existisse por parte do poder público qualquer interesse na preservação daqueles documentos” (DIAS, 1999, p.20).

Apesar da boa vontade e esforço da servidora que nos acompanhou, era visível a situação de abandono e lugar inadequado para documentos tão importantes.

Com alguns dados históricos em mãos fui para a observação de campo tentar capturar a morfologia da Praça da Matriz. As dificuldades nesta etapa da pesquisa eram impostas pelo clima equatorial do período em que executei a observação de campo, o período de chuvas na região amazônica (entre novembro e junho). Não tendo um abrigo adequado de modo a oferecer proteção, durante as horas de chuva ficava sempre debaixo de um plástico ou guarda sol que cobria a banca. Quando me era permitido puxava uma conversa informalmente com o camelô da banca para saber algumas coisas que não estavam no roteiro de perguntas. Em momentos de sol era preferível realizar as entrevistas até o meio dia no máximo, pois ficava bastante quente no decorrer do dia. Mas, notei que era entre as 10h00min da manhã até as 11h30min e no final da tarde que as entrevistas eram mais aceitas, possivelmente devido o horário anterior às 10h00min servir para a montagem da banca e às primeiras vendas, por isso, estarem bastante ocupados e no fim da tarde o movimento já rendeu o que tinha que render sem que se espere uma grande variação.

Encontrar material acadêmico sobre o tema pesquisado que possuísse um viés sociológico foi outra dificuldade para se ter um conhecimento prévio da situação local. Haja vista que pesquisas acadêmicas confiáveis estavam mais estreitas com o viés econômico, sem aprofundar ou abrir discussões históricas ou sociais. A exceção de textos esparsos, na imprensa local, não indexados ainda. A sociologia ligada aos temas

clássicos onde o emprego, a fábrica e o sindicato são temas norteadores, ainda tem um peso significativo localmente. Como aponta Guimarães (2003), é necessário o esforço de se pensar a partir das novas configurações no cenário brasileiro e a partir das comparações em outros contextos internacionais que vêm apresentando as mesmas mudanças nas práticas de trabalho. Historicamente, o contexto da sociologia do trabalho partiu da observação nos locais de trabalho verificando os impactos organizacionais e técnicos produzidos pela reestruturação produtiva. O que resultou uma discussão teórica sobre os dois aspectos dessas mudanças a partir do local de observação: primeiro, as formas de contratação e, em segundo, o uso do trabalho que emergiam desse ambientes. Consequentemente, ficavam de fora tanto os que não estavam incluídos nesse processo quanto os que foram recentemente excluídos do ambiente de trabalho. Uma investigação que discuta a sociologia do desemprego, das novas formas de ocupações e da integração social se revela uma investigação relevante no atual cenário. É possível que esta pesquisa possa apresentar possíveis lacunas de material acadêmico local devido às iniciais pesquisas que levem em conta essas recentes discussões.

4.2. Distanciamento de estrangeiro, proximidade de cotidiano

Para se alcançar a objetividade da pesquisa social, tomei como ponto de partida o entendimento de que era preciso se aproximar dos informantes a partir da aceitação incondicional deles em participar da entrevista. Andar pela Praça durante o período de observação e anotações no caderno de campo e ficar em locais estratégicos, levou-me a ser reconhecido posteriormente, o que de algum modo facilitou a antecipação de algumas perguntas de modo informal. Participar por algumas horas desse cotidiano e de conversas informais foi o modo de conseguirmos realizar as entrevistas necessárias para a composição da dissertação.

Deste modo, destaco que a pesquisa vê o cotidiano em que o pesquisador está inserido e o modo de desenvolvê-la se expressar pela tipologia do “estrangeiro”. Ao meu ver uma metodologia de pesquisa e tratamento de objetividade mais apropriada para uma análise qualitativa de redes sociais e de relação entre o sujeito pesquisado e o pesquisador.

Segundo Georg Simmel (1983), esse tipo é uma forma bem específica de interação social. Ele personifica os elementos de distância e proximidade, de afastamento e vizinhança, que separam as pessoas e os grupos.

Simmel destaca a ideia do estrangeiro como uma figura típica que é dada pela história da economia, sendo um viajante e/ou comerciante típico. Aplica a tipologia de modo específico para demonstrar que “este fenômeno também revela que as relações espaciais são, de um lado, apenas a condição, e do outro, o símbolo de relações humanas” (SIMMEL, 1983, p.182).

O que significa sua condição de não pertencer originalmente ao grupo social e por isso ser responsável por introduzir certas qualidades que não tem origem nem poderiam se originar no grupo. De outro modo, simboliza a mobilidade e a porta de entrada daquilo que o grupo necessita, trazendo o de fora para dentro. Aplica-se não apenas em relação à pessoas, mas grupos inteiros. Além disso, tipifica uma ação de interação determinada pela ligação com qualquer indivíduo do grupo, mas não organicamente ligado com qualquer deles por laços de parentesco, localidade e ocupação. Isto faz com que o estrangeiro seja a figura típica daquele que é livre, daquele que usa a liberdade como sua expressão máxima de existência.

A relação que queremos fazer aponta para a posição do investigador no campo de pesquisa, a posição que assume enquanto investiga numa intensa interação com o cotidiano de seus sujeitos/grupos pesquisados.

O cotidiano de uma pesquisa social envolvendo observação, diálogo, vivenciando o dia a dia, realizando entrevistas, coletando dados qualitativamente se reveste de grande interação social, mas não pode descuidar da objetividade que conduz a investigação do sociólogo. Para Simmel (1983), a “objetividade” pode ser muito bem definida com relação à liberdade, logo à tipologia do estrangeiro.

O autor enfatiza a questão da “objetividade” com a afirmação sobre o “papel específico do estrangeiro: ele é mais livre, prática e teoricamente; examina as condições com menos preconceitos; seus critérios para isso são mais gerais e mais objetivamente ideais; não está amarrado à sua ação pelo hábito, pela piedade ou por precedente” (SIMMEL, 1983, p.185).

Ora, não estando submetido aos componentes, nem às tendências particulares do grupo, sua posição, por isso, tende a construir um modo específico de

“objetividade”. Ela pode ser compreendida pelo revestimento dos componentes particulares de sua estrutura: distância e proximidade, indiferença e envolvimento. O que representa a posição “dominante” do estrangeiro entre os sujeitos do grupo pesquisado.

Esta posição assume o ponto positivo para o pesquisador/estrangeiro quando recebe do informante a franqueza expressa pela sua resposta. Certas falas que são esboçadas até como confidências e desabafos da rotina, das agruras ou realizações contadas como superação e conquista no seu cotidiano. Nesta interação pesquisador e informante a proximidade acaba por construir um mesmo espaço de pesquisa, porém que ganha contornos diferenciados de maneira individual e subjetiva a cada interação, enriquecendo e ampliando a pesquisa com dados qualitativos sobre o objeto.

“O estrangeiro está próximo na medida em que sentimos traços comuns de natureza social, nacional, ocupacional, ou genericamente humana, entre ele e nós. Está distante na medida em que estes traços comuns se estendem par além dele ou para além de nós, e nos ligam apenas porque ligam muitíssimas pessoas” (SIMMEL, 1983, p.186).

Os componentes de proximidade e distanciamento, na interação social, relacionados à condição de estrangeiro constituem nele o caráter da objetividade para a compreensão do cotidiano, mas evidencia em alguns momentos uma relação formal mantendo certa tensão recíproca entre os membros orgânicos do grupo e este modo particular de ser estranho.

5. O camelô da Praça da Matriz

Um dos camelôs entrevistado nos relata: “eu já comprei um carro de segunda mão que me traz pra trabalhar. E, a noite eu tenho uma pequena lanchonete em casa”. Este entrevistado tem mais de 15 anos de trabalho como camelô. Uma das coisas que nos chamou a atenção nos entrevistados é que a maioria que está permissionária na Praça da Matriz tem mais de 5 anos no lugar e 90% dos entrevistados passa dos 10 anos na ocupação.

Estes que têm mais de 5 anos compraram o ponto com a banca de outro camelô que já pertencia ao local (na grande maioria das vezes era um parente ou amigo).

Segundo um entrevistado: “nem todo mundo tem tino pra ser camelô. Ficam algumas semanas mais não continuam porque não agüentam a rotina”.

É preciso destacar que é proibida a comercialização do ponto. Não se pode negociar o pó nto do permissionário, cabe àquele que quer desistir da ocupação fazer um documento de declaração de transferência com o nome e documentação da pessoa para quem ele desejar. Após isto devem levar a declaração e a pessoa a quem se quer transferir até a SEMAGA para que o trâmite da seja feito. O documento deve expressar a ciência de que quem transfere que não pode mais obter autorização junto à SEMAGA para atuar como camelô na cidade de Manaus. Mas, vários permissionários nos relataram a situação de privilégio de algumas pessoas que usam “laranjas” com o fim de obter a inscrição e simular um novo camelô, o que na realidade se configura como o verdadeiro dono de várias permissões e que acaba por alugar o ponto de permissionário para algum interessado nessa ocupação temporária.

5.1. Os melhores dias de venda e a rotina diária

A pesquisa trouxe como um dos seus resultados o entendimento melhor do cotidiano dessa ocupação.

Com um resultado para 99% dos permissionários, sua rotina de trabalho se estabelece em uma média de 10h diárias de permanência na banca. Nesta rotina trabalham de segunda a sábado, invariavelmente aos domingos nos meses festivos (Mães, Pais, Natal e fim de ano). Segundo as informações prestadas, os seis primeiros meses não lhes são favoráveis, todos expressam que a melhoria das venda acontece mesmo no 2º semestre quando as festas natalinas se aproximam e há a liberação da primeira parcela do 13º salário (no mês de agosto). As vendas também sofrem queda com o período de chuvas da região, a crise (desde o 2º semestre de 2008) também foi apontada como um dos motivos para baixa nas vendas.

Alguns entrevistados apontaram as obras de revitalização da Praça Oswaldo Cruz que conseqüentemente fechou uma passagem, que fazia um tipo de atalho, no entorno da Matriz, como um fator importante na queda das vendas dos produtos, neste caso, daqueles que se localizavam na passagem ou próximo dela.

São nos dias de pagamento entre o dia 30 e dia 05 que há o maior impulso das vendas, nos outros dias, a renda que é feita, dá apenas para pagar algumas obrigações diárias, como o agiota e almoço. O pagamento da vigilância e dos carregadores, quando existe, é feito semanalmente. Nem todos pagam carregadores, pois a maioria das bancas fica no próprio entorno da Matriz e é vigiada.

5.2. Mobilidade ocupacional

A pesquisa identificou uma diversidade ampla no quesito de ocupações anteriores à ocupação de camelô. Muitos dos informantes que estão há mais de 15 anos como “autônomo” já trabalharam de carteira assinada, mas ou decidiram sair ou foram afetados por demissões (inclusive pelo processo de privatização nas antigas estatais).

Encontramos ocupações de vigilante, conferente de carga, marinheiro de máquinas, pedreiro, funcionário público, ajudante de pedreiro, auxiliar de almoxarifado, auxiliar de escritório, ajudante de caminhão, operador de máquinas, inspetor de qualidade, doméstica, corretor de imóveis. Uma parte (30%) também composta de pessoas que desde a infância sempre tiveram ocupações ligadas ao trabalho em via pública como engraxates, ambulantes e artesãos. Além de aposentados (10%) que juntamente com o rendimento da banca recebem como fonte de renda o seu benefício da previdência.

Os motivos de saída do antigo emprego (há 20 anos em média) são de variadas explicações, desde o fato de corte de pessoal até a saída da empresa do PIM. Mas, uma das respostas do entrevistado chama a atenção: “Nesta minhas vendas, eu ganho mais do que quando eu trabalhava de carteira. Aqui, eu faço mais que o dobro no fim do mês [no último emprego]”. O rendimento do emprego formal foi uma indicação de preferência em manter-se na atual ocupação em detrimento da volta para a antiga.

A questão da faixa etária foi demonstrada como o maior obstáculo quando da procura de uma recolocação no mercado de trabalho e o desemprego de longa duração mostrou-se um impulsionador na entrada para a ocupação de camelô.

O nível de estudo não ultrapassa o ensino médio, mais da metade dos entrevistados (75%) só concluiu o ensino fundamental. Cheguei a encontrar uma mulher, ela era do interior do Amazonas (Coari), como camelô que vendia frutas e

legumes, que não havia freqüentado a escola nem quando criança nem depois de adulta, devido a isto não sabia nem ler ou escrever.

A entrada na ocupação atual dá-se pela via de parentes ou conhecidos que já possuem um ponto na Praça da Matriz. A negociação deste ponto, com a desistência ou deslocamento para outro local do antigo proprietário fez com a que a negociação tivesse melhor êxito. O ponto de uma banca pode ser negociado em torno de R\$ 20.000 a R\$ 30.000.

5.3. O local de trabalho

Duas questões se destacam quando o quesito é sobre os problemas que enfrenta no local de trabalho: a insegurança física e as intempéries da natureza.

Os atos de pequenos furtos e roubos trazem a sensação de insegurança do local. Presenciei durante a realização do trabalho de campo algumas ocasiões de furto tanto na banca quanto com os seus compradores. “Há muito “cheira-cola” e drogas acontecendo aqui na área. A gente tem que se juntar para ficar atento um com outro pra pegar o ladrão. Quando acontece a gente dá uma lição neles e depois chama o pessoal do batalhão”. Em outra oportunidade, a venda de um entorpecente ocorreu bem em frente enquanto fazia a observação de campo.

Ficar sob uma sensação térmica que varia em torno de 35°C no verão amazônico e chuvas fortes e constantes durante o inverno são alguns dos problemas recorrentes que foram apontadas durante as entrevistas pelos camelôs.

Somente tendo a proteção de guarda-sol e plásticos que cobrem a banca para enfrentar as condições climáticas da região. Quando no período de chuvas, ergue-se uma cobertura de plástico ou lona entre as bancas formando um tipo de corredor improvisado para a proteção do próprio camelô e de seus compradores. É possível que devido às condições climáticas a grande maioria vá trabalhar de bermuda e camisetas, principalmente no fim de semana, como foi observado durante a pesquisa.

As bancas, localizadas na frente da Plataforma da Estação Central (rua XV de Novembro), têm por detrás um espaço bastante comprometido pelo cheiro de valas e tampas abertas de esgoto, odor de urina, vegetação de mato alto, sujeira de restos de

descartáveis, papéis e materiais orgânicos, tudo isso próximo aos carros lanches e mesas de “café da manhã”.

Pude observar que no entorno da Praça da Matriz, os carros-lanches tem uma ligação hidráulica direto da rede de abastecimento da companhia de fornecimento de água da cidade, porém, não apresentam a instalação conectada a nenhum hidrômetro. De igual modo, na rede elétrica pública tanto os carros lanches e bancas apresentam ligação clandestina e bicos de luz, instalados de modo precário com fiação emaranhada por entre as bancas e sem o medidor de consumo, para uso de seus equipamentos elétricos e alguma iluminação no fim do dia. O uso dos serviços públicos como as ligações na rede de água e energia elétrica são feitos de modo clandestino, se utilizam dos “gatos” (como chamamos aqui o uso indevido de serviços).

É necessário destacar, também, como o espaço público ganha a dimensão privada não apenas pela autorização ao permitir o seu uso comercial, afirmada pela Lei 674/2002. Desdobra-se muito além, quando observamos que o permissionário aproveita o espaço circunscrito de sua banca e o transforma em sua sala de visita. É ali que recebe visitas de parentes e amigos para bater um papo ou apenas dar uma “paradinha” e descansar durante as compras no centro comercial. Encontramos lugar para as motos, mesas e cadeira plásticas, cadeiras de balanço e espreguiçadeiras, pequenos televisores, banquinhos de madeira, entre outros. Esta ocorrência se dá em todo o entorno da Praça, mais ainda, no lado que fica para a rua XV de Novembro de frente à plataforma da estação central (Ilustração 4, nº. 3), onde encontram um pequeno espaço entre o gradeado que cerca a Igreja Matriz e o posicionamento da banca.

Próximo ao posto policial da 1ª CICOM do Batalhão de Polícia Ostensiva, rua XV de Novembro, encontro algumas disposições de montagem de banca diferente dos outros pontos da circularidade da Praça. As bancas ficam viradas com a parte de trás encostada uma na outra. Fazendo, assim, com que se transforme em uma banca maior para dupla finalidade: serve tanto para expor os produtos de frente à via dos transeuntes como a outra frente de forma inversa para o lado do gradeado da Matriz. Esta frente é usada para guardar objetos pessoais e como lugar de depósito da banca para as coberturas de plástico, caixas de papelão, garrafas de café, freezer pequeno, garrafão de água, bancos, entre outras coisas.

A partir das 11h30min começam os preparativos para o almoço. Os vendedores de marmitta começam a circular intensamente entre as bancas com suas sacolas de nylon enormes. Pergunto de um entrevistado sobre a comida e ele diz que quando não está muito boa já troca no outro dia por outro vendedor, que são vários na área. Eles pousam a marmitta no colo ou num banquinho improvisado como mesa. Também, as vendedoras de café se reúnem ao redor do relógio para a hora da refeição colocando sobre próprias pernas o seu almoço.

Neste ano de 2009, esta Praça de trabalho sofreu com um fenômeno do ciclo hidrológico da região. O rio Negro que banha a cidade de Manaus teve a maior cheia registrada de todos os tempos, mais de 30m de subida das águas na orla da cidade. O que ocasionou o alagamento de galerias subterrâneas do centro e, neste caso, parte da avenida Eduardo Ribeiro que fica na Praça da Matriz sofreu um pequeno alagamento. A medida da Prefeitura foi construir uma espécie de passarela de madeira para os pedestres e interditar uma parte da área impedindo a passagem de veículos. O resultado para os camelôs e demais trabalhadores da Praça foi, além do risco das águas avançarem mais ainda, o mau cheiro que ficou das águas empoçadas que minavam pelos bueiros. Demonstrou-se, assim, um local que corre continuamente o risco das intempéries da natureza, logo, um risco para quem exerce alguma ocupação na área da Matriz.

As instalações sanitárias tornam-se outra situação pontual na rotina de trabalho dos camelôs, ambulantes e vendedores do entorno da Praça da Matriz. Em toda a extensão do centro só existem quatro instalações sanitárias públicas. Localizam-se na área do chamado Calçadão do Relógio e fazem parte da arquitetura dos bares e restaurantes que funcionam ali. São dois banheiros para homens e dois para mulheres. Há, ainda, mais duas instalações por trás do posto policial da 1ª CICOM, sendo que estas cobram uma taxa para a utilização. Para quem vive uma rotina de trabalho em média de 10h diárias, as instalações públicas parecem ser mais um recursos escassos nesta rotina de trabalho.

6. Onde os nós se atam na Praça da Matriz (*relacional strong ties*)

6.1. A reprodução da rede por relações de interdependência: socialmente precária, relativamente autônoma

Neste capítulo, adentraremos à Praça da Matriz. Se observarmos de cima pela imagem aérea, veremos um conjunto composto de árvores, a Igreja Matriz, a Praça Oswaldo Cruz, a plataforma da estação central e o calçadão da Eduardo Ribeiro (Ilustração 4). Mas, quando caminhamos por meio dos arvoredos, pelas ruas e avenidas e pelas vias de atalho, teremos que nos desviar de transeuntes apressados ou parados para fazer uma compra na banca ou ver uma atração de rua, tomaremos cuidado com as poças d'água, passaremos pelos corredores hermeticamente construído pelas bancas e carros-lanche, poderemos sentar nos bancos de concreto do calçadão e, com certeza ouviremos uma banda musical ou um culto evangélico nas proximidades do relógio, veremos pessoas que esperam por outras e outras que esperam um encontro sexual.

O vai e vem no entorno da Praça é constante. Não apenas de transeuntes, mas daqueles que trabalham em função dos permissionários. O abastecimento de mercadorias, por exemplo, é realizado pelo camelô nos atacadistas locais ou em outros estados (como São Paulo) e a entrega é feita por alguém que leva a mercadoria até ele, pode ser um parente ou amigo. O almoço também é realizado por pessoas que passam oferecendo marmitas, alguns têm clientes fixos e que pagam no final do dia de trabalho, também existem aqueles que abastecem o permissionário com água ou gelo e café todos os dias. Quando o camelô não está na banca o entregador deixa a garrafa térmica em lugar indicado, e continua seu caminho deixando as garrafas no restante das bancas com as quais mantem seu ligação. Ao final do dia aparecem os vigilantes noturnos para fazer a guarda das bancas daquela área. Eles são pagos no fim de semana e há um diferencial de valor desses serviços conforme o produto vendido. Se a banca for de anéis e pulseiras de metal ou folheados, se for de aparelhos celulares é um valor com percentual maior que se a banca for de bonés e camisas.

Com um pouco mais de atenção podemos perceber por detrás das bancas, homens adultos e jovens com mochila nas costas. Estão conferindo os dvd's piratas que trazem escondidos nas mochilas. A qualquer menção de um fiscal eles evadem do

local até a ameaça passar. Enquanto isso, eles ficam sentados ali por perto no meio de todos “disfarçadamente”. Muitas vezes são indicados por alguns camelôs que não vendem mais esses produtos, mas sabem quem são os “atuais” vendedores. No começo do ano (2009) foi desencadeada uma forte repressão da força policial do município e do estado contra os vendedores de dvd’s pirateados. Eles haviam mesmo levantado uma feira de vendas de dvd’s a céu aberto na Praça dos Remédios, também no centro comercial, uns 500m de distância da Praça da Matriz. Após esta repressão, que culminou na quebra de bancas, coberturas e apreensão de produtos, os dvd’s desapareceram das bancas e dos tapetes espalhados pelo chão. Mas, continuam dentro das mochilas e sacolas de compras insuspeitas.

Passarei a partir deste ponto a apresentar alguns nós que instituem a rede social específica da Praça da Matriz como resultado da pesquisa de campo. Ao tentar esta resignificação e reconhecimento de um fato social já há muito conhecido localmente e pesquisado mais pelo viés econômico, não queremos fechar o tema ao local específico. Esses nós abaixo, vemos como muito significativos e intensos para a formação de uma rede social complexa e maléavel. Por isto, ela tem a possibilidade de poder muito bem ser estendida e ampliada para outras partes do centro da cidade de Manaus. As futuras pesquisas podem confirmar ou negar este fato localizado vindo apontar outras configurações.

6.1.1. Os artistas e pregadores

Este nó esteve presente desde sempre na história das praças. Para nós, localmente, basta lembrar dos coretos das praças como lugar de apresentação de músicos e artistas em geral. No entorno da Matriz, as apresentações têm um espaço determinado, o calçadão do relógio municipal (Ilustração4, nº. 5). Tanto as pregações quanto as apresentações musicais colocam na Praça da Matriz a sensação de intensidade dos movimentos de vai e vem, da expectativa para o entretenimento, a identidade com a cultura popular. As pessoas interagem intensamente nestes momentos, seja na hora de dançar com os bailarinos da banda e com o próprio cantor, ou seja na hora de bater palmas e entoar as canções com os pregadores. Em qualquer momento o show tem um público que faz espontaneamente a roda em volta não apenas

para assistir, também para interagir com as apresentações. Os artesãos que estendem panos sobre os bancos de pedra e sobre o chão para a exposição de suas peças artesanais são outro grupo constituinte deste nó. São homens e mulheres jovens e adultos, alguns com crianças de colo, vendendo e produzindo, ali mesmo, as peças de metal, massa e sementes da região, entre outros materiais.

6.1.2. O carregador de bancas

Um nó extremamente importante tanto para o “fechamento” do dia quanto para a “abertura” do trabalho. Utilizam-se do próprio corpo como alavanca, guindaste ou força de tração. No fim do expediente, empurram a banca até um local tipo depósito/estacionamento de bancas para no outro dia traze-las de volta. Muitos camelôs do entorno da Praça preferem deixar a banca no próprio local, outros, porém, precisam dispor destes serviços pois acham mais seguro guardar seus produtos em outro lugar.

6.1.3. Os fiscais

Como o grupo que representa o poder público frente aos permissionários, mostrou-se como um nó essencial entre as ações da prefeitura e os permissionários do centro. Para alguns camelôs que responderam sobre a importância do fiscal em relação ao seu trabalho, curiosamente um percentual significativo de 30% dos informantes responsabilizava os fiscais pelo expressivo aumento de ambulantes e outros vendedores na Praça da Matriz. Outros 60% acham importante o trabalho dos fiscais e seu desempenho eficiente para coibir a “bagunça” do centro e, os demais 10% consideram acima das expectativas, como muito importante, o que trabalho que os fiscais vêm realizando.

Entrevistei 05 fiscais responsáveis pela rotina de fiscalização dos camelôs, ambulantes e demais que trabalham nas vias públicas do centro da cidade.

A pesquisa mostrou um dado no mínimo interessante: todos os entrevistados são de regime temporário, mesmo quando esse “temporário” tem mais de 5 anos prestando serviço público. Há uma grande variação que é desde os que têm mais de 5

anos até a aqueles que só tem 6 meses. Destas entrevistas, dois eram temporários acima de 5 anos e três eram temporários de 6 meses.

A mobilidade ocupacional também aparece como dado importante tanto dentro do serviço público quanto fora dele. Um dos fiscais nos informa: “Dediquei uma vida pela secretaria [Mercados e Feiras]. A primeira vez só existia a Secretaria de feira e mercados, aí tem a gerência da feira e mercados e depois a gerência do comércio informal. Minha primeira atividade [fiscal] foi com o comércio informal, com os camelôs. Depois fui administrador da Feira do Porto da Ceasa [12 anos]”. Encontramos outros exemplos de mobilidade ocupacional, como um instrutor de gastronomia do SENAC, operadora de caixa, balconista, promotor de vendas, técnica de enfermagem, auxiliar de segurança, trabalho por conta-própria (aluguel de som), funcionários municipal vindo do interior do estado.

A escolaridade entre os fiscais é de nível médio, 04 dos entrevistados informaram que já haviam concluído o ensino médio e, somente 01 disse ter nível superior completo em comunicação social.

A rotina de trabalho é de 06 horas diárias (8h às 14h), podendo se iniciar mais cedo e se estender após o horário caso haja uma operação especial. Segundo a chefia dos fiscais, ao todo são apenas duas equipes que se revezam no trabalho de fiscalização de todo o centro, sendo 15 no turno matutino e 15 no turno vespertino, e apenas 05 fiscais no entorno da Matriz. É um número insignificante em relação à quantidade de permissionários que encontramos no centro e particularmente na Praça da Matriz.

Um informante salienta que “no dia a dia a rotina é fazer uma varredura em toda a área [da Matriz], ver o que tá irregular, ver o que tá certo e o que tá errado. Ver os lanches se falta higiene, como estão as carteirinhas [cadastro do permissionário], se tem algum não autorizado, a situação dos cd piratas, os invasores que tem muitos por aqui”.

A relação com o trabalho dos permissionários segue no sentido de uma orientação. Segundo um fiscal informante: “Não existe mais a historia de que o fiscal vem para apreender ou quebrar ou intimidar com os camelôs. Agora é para conscientizar o trabalho”. Orientam-se, segundo o próprio fiscal, numa relação de respeito e orientação com o permissionário mais do que de punição. “A orientação é fundamental, ter bastante calma com eles e explicar tudo direitinho do que deve ser

feito”, é a relação atual entre fiscais e os fiscalizados. Os fiscais consideram-se um canal direto do permissionário com a Secretaria, ouvindo as reivindicações e encaminhando ao órgão municipal.

A punição também faz parte da rotina mesmo não sendo a opção primeira. Quando um permissionário não atenta para suas obrigações, por exemplo, não se ausentar da banca por muito tempo. Ele pode ser suspenso, segundo o que um dos fiscais informou: “a gente vai lá duas três vezes, notifica ele, faz um relatório de que tá passando do horário [banca de café da manhã], não tá cumprindo com o horário, aí a gente notifica e manda pra secretaria. Aí lá ele é suspenso um dia, dois dias, conforme se ele não agredir o fiscal. Se fizer isto passa a ser mais penalizado conforme a agressão, uma semana, duas semanas [de afastamento da banca]”. Por outro lado, as sanções que incidem sobre o permissionário podem ocorrer caso o comparecimento do permissionário na banca não for comunicado com a devida antecedência,

“Se for se ausentar tem que pedir autorização da secretaria no máximo 05 dias antes de se retirar. Caso não avise a gente tem por direito de mandar lacrar a banca, de fechar. Se for ao médico tem que ir à secretaria pedir autorização pra deixar outra pessoa ficar trabalhando no lugar dele. Não pode deixar fechada a banca tem que deixar alguém trabalhando. Se for por pouco espaço de tempo aí a gente pode fazer um acordo, quer dizer conversar. Nós não somos o que as pessoas pensam, inimigos do ambulante [camelô]” (Fiscal da entrevista nº. 05).

6.1.4. Desvios ou desdobramentos dos nós?

6.1.4.1. Drogas

Durante entrevistas no fim de semana presenciamos a venda de entorpecentes em plena luz do dia nos arredores da Praça da Matriz, especificamente no “Calçadão do relógio”³³. A presença de adolescentes e jovens portando cola de sapateiro para uso como entorpecente é recorrente, mesmo enquanto oferecem engraxe para os sapatos dos que estão por ali. Até a finalização da pesquisa de campo era possível ver crianças

³³ Ilustração 3, nº. 5

dormindo, pela manhã, nos bancos da Praça da Matriz tendo ao lado os sacos plásticos com cola de sapateiro.

6.1.4.2. Prostituição

A Praça da Matriz é identificada como espaço de prostituição em algumas pesquisas acadêmicas. Os entrevistados relataram que um dos maiores problemas diz respeito à prostituição infantil. Durante algumas entrevistas os informantes mencionavam sobre os serviços oferecidos na “Praça”.

6.1.4.3. Agiotas

O agiota é uma figura muito citada nos diálogos travados entre uma pergunta e outra da entrevista e que por diversas vezes presenciamos sua ação quando realizava entrevistas no final do dia. Os camelôs solicitam pequenos empréstimos para diversas finalidades, seja para compra de mercadorias, seja para despesa pessoal. Um dos entrevistados apontou-nos o agiota para quem ele devia. Em outro momento, durante a entrevista, apareceu um agiota para cobrar nosso informante que após o pagamento fez a devida anotação em seu caderno de registro, depois mostrou o registro das parcelas pagas e as outras a vencer. Segundo as informações, as frações de pagamento são feitas diariamente na própria banca.

6.1.4.4 “Invasores”

Todos os fiscais mencionaram este nó que são chamados de “invasores”. São os vendedores de rua que trabalham sem autorização da secretaria, não tem autorização pra trabalhar, diferente dos permissionários da banca que tem a carteirinha da SEMAGA. Eles pegam um carrinho de mão, por exemplo, vão até a chamada feira da Manaus Moderna (600m distante da Praça da Matriz), enchem o carrinho de frutas e verduras, algumas vezes dos descartes da banca do feirante, depois saem vendendo nas ruas próximas da Praça. Os invasores trabalham além de frutas e verduras, com cereais, mingau, café da manhã, cd pirata, entre muitos outros produtos que procuram

vender nas redondezas. Após às 18h, tanto na Praça da Matriz quanto na Plataforma da Estação Central (Ilustração 4, nº. 3) ficam repletos destes “invasores” que aproveitam a ausência de fiscalização para vender nos carrinhos de mão, entre outras coisas, cambadas de peixe. Mesmo depois do final de julho, quando foram retirados do centro pela SEMAGA os carrinhos de frutas e verduras, ainda é possível vê-los vendendo seus produtos no começo da noite. Do ponto de vista dos fiscais o trabalho maior é com os invasores, pois os permissionários já estão conscientizados das ordens da secretaria. Um dos fiscais entrevistados aponta outro exemplo, de invasores que fizeram acordo com o poder público, o café da manhã. Para estes há um horário estabelecido de funcionamento, não importando a hora que chegam pela manhã. Mas, quando são 10h todos tem que se retirar, ficando suspensa a sua atividade neste horário. Caso horário não seja cumprido os fiscais tem o dever de penalizá-los pela infração do acordo estabelecido com a SEMAGA.

6.1.4.5. Falsificação

Os filmes “piratas” em dvd’s são proibidos. Mas aqueles que vendem sabem fazer uso da astúcia ou da ausência do poder público para comercializá-los. Durante a pesquisa, o poder público demonstrou-se ausente principalmente nos fins de semana quando se aglomeram grupos de vendedores de filmes “piratas” no calçadão do relógio e ao redor da Praça. Pode-se encontrar também em algumas bancas, tanto filmes quanto jogos em dvd ou cd de música. Bolsas, mochilas, sacolas plásticas, valises e malas, tudo isso se torna um recipiente para a rápida saída e ajuda na tentativa de despistar os fiscais e a polícia, sempre fechando rápido seu recipiente e misturando-se com os transeuntes até que o “perigo” da fiscalização desapareça. Tudo isto só para falar de cd’s ou dvd’s, sem falar das blusas, bolsas, sapatos, e outros objetos falsificados.

6.1.5. Oficina de construção e reforma de bancas

Este é o nó de produção da materialidade da ocupação do camelô: a banca. Um camelô é reconhecido e diferenciado em sua ocupação pela estrutura de sua banca que

é diversa de outros tipos para exposição de mercadorias como o carrinho de mão, ou simples grades de pendurar produtos, ou tabuleiros de madeira. Essas pequenas oficinas se localizam próximas da Praça da Matriz, na avenida Sete de Setembro, principalmente. Fazem o conserto das bancas, a própria construção e pintura, além de reparos e pinturas em carros-lanche, e carros de frutas e verduras. Também servem de depósitos para a guarda da banca. É para este lugar, e outros pequenos depósitos na proximidade, que os carregadores levam a banca ao fim do dia de trabalho.

6.1.6. O vendedor de água

Este se ocupa na venda de água e gelo para os camelôs e carros-lanche que estão no entorno. Possui um tipo de veículo que é um triciclo com um grande gradeado, onde coloca os sacos de gelo e os garrafões de água, por vezes carrega grades de refrigerante. Mas, há um “carroceiro” específico para os refrigerantes. Ele pode, também, apresentar-se com um carrinho tipo de supermercado o que facilita mais o seu deslocamento entre as bancas. Além de encher com a água a garrafa térmica do camelô, ele oferece copos descartáveis e cubos de gelo. De onde vem a água? Não consegui saber.

6.1.7. O vendedor de café

Este é um dos grupos que mais transita no entorno da Praça. A maioria são mulheres jovens que empurram um carrinho de feira com diversas garrafas de café (alguns com 10 a 15 garrafas térmicas). Oferecem café para os transeuntes e para os camelôs. Servem num copinho de café e algumas ainda vendem carteiras de cigarros ou cigarros à retalho.

6.1.8. O vendedor de lanche

Não é o permissionário comum do lugar, está mais ligado como uma figura do “invasor”. Vende seus salgados e sucos em bicicleta ou em vasilhas plásticas. Durante uma das entrevistas interpelou o camelô para pegar seu dinheiro. A merenda pode ser

paga na hora ou paga no final do dia, na medida em que eles circulam tanto pela manhã quanto pela tarde.

6.1.9. O vendedor de almoço em marmita

Os vendedores de almoço começam a circular intensamente entre as bancas com suas sacolas de nylon enormes. Alguns têm clientes certos. São mulheres e homens vendendo almoço em marmitas a R\$ 5,00 cada. Seus clientes são tanto os camelôs quanto os transeuntes, vendedores “intrusos”, artesãos e outros frequentadores da Praça. Os comensais pousam a marmita no colo ou num banquinho improvisado como mesa. E, ficam à vontade. Todos os entrevistados afirmaram comprar seu almoço desses vendedores.

6.2.0. O vendedor de frutas e verduras (em carrinho de mão)

No começo de julho de 2009 foi ordenado pela secretaria que todos os vendedores de frutas e verduras em carrinho de mão e aqueles sem autorização fossem retirados do centro imediatamente. Essa ordem provocou uma manifestação na Praça reunido todos os que foram afetados por essa decisão, havia em torno de 100 pessoas que queriam de volta seu lugar de vendas. Esses vendedores têm entre seus clientes aqueles que estão fazendo algum tipo de compra no centro e se deslocam para a plataforma central em busca dos coletivos para casa. Eles fizeram com que o centro se torna um mercado especializado. Caso alguém queira certas frutas, é com esses vendedores que vamos encontrar abricó, sapotilha, biribá, entre outras. Agora, estão mais clandestinos que antes, aparecendo somente no fim da tarde ou arriscando-se em perde as mercadorias durante o dia.

6.2.1. O vigilante

Não foi possível saber a partir de quando esse nó apareceu na rede. Mais se tornou tão importante que se desdobrou em verdadeiros acordos de seguradora. Os camelôs pagam a um grupo de vigilantes que após o expediente do dia vigiam as

bancas e carros-lanches. Todos que eu entrevistei sobre o quesito de vigilância afirmaram sobre o pagamento semanal desse serviço. Algumas bancas pagam um valor de R\$ 10,00 por dia, outras R\$ 15,00. A variação de valor é referente ao produto vendido na banca. Se for pulseiras ou jóias folheadas o valor da vigilância é mais alto, se for apenas miudezas o valor é menor. Alguns informantes disseram ter sido roubados e a vigilância descobriu quem havia feito, outras vezes produtos sumiram mais a vigilância não pagou por eles. É um serviço feito apenas no perímetro da Praça da Matriz por um grupo de 06 vigilantes e alguém que os chefia. Ma, existem indivíduos isolados e outros grupos de vigilantes em outras partes do centro.

6.2.2. Os consumidores

Os consumidores típicos da Praça da Matriz que procuram por camelôs são levados a um tipo de mercado especializado, com a sensação de que irão encontrar o que buscam de modo mais rápido e com o melhor preço. São consumidores com baixo poder aquisitivo e que estão no comércio do centro por ele ainda representar um grande lugar de compras, com uma grande variedade de produtos, em condições vantajosas de preço. Enquanto entrevistava um camelô, que trabalhava com chapéus e camisas, uma pessoa o procura e encomenda um chapéu personalizado que ele se dispõe a fazer. O pagamento de 50% do valor é feito e o restante quando o comprador for buscar a encomenda. É interessante salientar, ainda, que compradores das lojas de departamentos do centro são os mesmos consumidores de produtos das ocupações informais do entorno da Praça da Matriz.

6.2.3. Consertadores de calçados ou sapateiros

São figuras históricas da Praça da Matriz. Os velhos sapateiros não somente possuem um lugar estilizado para o trabalho como são procurados por uma parcela significativa dos consumidores da Praça da Matriz. Nós importantes que são mesmo anteriores à onda de camelôs.

6.2.4. A SEMAGA

As ações de cadastro, de fiscalização³⁴, de emissão de autorização, de coordenação e organização do comércio informal nos logradouros públicos e o ordenamento das atividades de ambulantes e camelôs e demais vendedores de rua são de competência e responsabilidade da Gerência do Comércio Informal (GECIN), setor ligado à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGA). Além de observar o cumprimento das determinações da Lei Orgânica do Município e da Lei 674/2002, principalmente no seu Capítulo IV – Das Atividades Econômicas em Logradouros. Como exemplo, o art. 128 que traz a definição do tamanho das bancas e barracas que ocupam os logradouros da cidade³⁵. No caso específico dos camelôs as bancas devem ter tamanho padronizado (1,20 x 1,20 x 1,90), guarda sol padronizado, uniformes e adesivos.

A GECIN construiu um quadro para classificar os tipos de ambulante e camelôs conforme o lugar ocupado, a autorização temporária e específica para determinado evento, para exercer as atividades nos terminais de integração de ônibus, nos bairros e no centro da cidade. Para cada localização e tipo (fixo ou ambulante) corresponde uma indicação de dígito diferente no cadastro geral antes do número individual do permissionário:

Tabela 5. Tipo de ordenamento identificador do permissionário na GECIN

Matrícula	Local	Tipo
0.0	CENTRO	FIXO – NORMAL
0.1	CENTRO / AMBULANTE	AMBULANTE – NORMAL
1.0	BAIRROS	FIXO – NORMAL
1.1	EVENTOS	AMBULANTE – NORMAL
1.2	TERMINAIS	FIXO – AUTORIZAÇÃO

³⁴ É de sua responsabilidade a fiscalização das atividades proibidas pela Lei Orgânica do Município de Manaus e pela lei municipal, Lei 674/2002, tais como: cd's e dvd's piratas, bebidas alcoólicas, entre outros.

³⁵ Art. 128. As barracas [...] I – Não [podem] exceder a área de 2,00 m2 (dois metros quadrados), exceto nos casos de atividades exercidas em feiras livres quando não poderão exceder a 6,00 m2 (seis metros quadrados); VII – Ser desmontáveis e de fácil remoção.

1.3	BAIRROS/ AMBULANTE	AMBULANTE AUTORIZAÇÃO	–
1.4	PONTA NEGRA	AMBULANTE – NORMAL	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das informações obtidas na GECIN (2009)

A diferença entre os tipos “normal” e “autorização” indica que aquele que recebe a autorização deve tê-la por tempo limitado e requerer sempre que terminado o prazo. Como exemplo, os vendedores ambulantes que transitam empurrando seus carrinhos (com redes, panelas, tapetes, cabides, entre outros) de rua em rua nos bairros da cidade. Diferentemente daqueles que são cadastrados como “normal”, ou seja, permissionários fixos ou ambulantes que tendo sua permissão anual são chamados para recadastramento todos os anos.

Em seu relatório anual de 2008, a GECIN informa que foram concedidos 1.718 autorizações distribuídas da seguinte forma:

a) Para cadastro novo: Bairro/Fixo – 138; Bairro/Ambulante – 243; para a Ponta Negra – 11; Terminal de integração de Ônibus – 23;

b) Para renovação: Bairro/Fixo – 643; Bairro/Ambulante – 114; para a Ponta Negra – 52; Terminal de integração de Ônibus – 110;

c) Autorização provisória – 377

O relatório também informa os números sobre os permissionários do centro da cidade num total de 2.161 recadastrados.

Conforme o próprio gerente do setor, esses números podem ser questionáveis por terem certa defasagem na medida em que a entrada de novas pessoas no comércio informal acontece muitas vezes à revelia do poder público até que sejam descobertos e regularizados pelo cadastramento.

6.2.5. A Lei 674/2002

Entendo que esta Lei tem um papel fundamental no intuito de demonstrar o tratamento dispensado às atividades dos camelôs e ambulantes que são normatizados e enquadrada a sua atividade em um processo regido pela norma da lei. Portanto, um nó que ajuda a compor a tessitura da rede na Praça da Matriz.

A Lei nº. 674 é de 04 de novembro de 2002, relativa ao licenciamento e fiscalização de atividades em estabelecimentos e logradouros, integra o Conjunto de Posturas do Município de Manaus.

Neste caso, o artigo 35 estabelece a retirada do ambulante [camelô] quando o ato de infração levar à cassação da permissão de uso do logradouro público. Na Lei é definido pelo artigo 42 como logradouros públicos, os espaços destinados à circulação de pessoas, veículos ou ambos, compreendendo ruas, travessas, praças, estradas, vielas, largos, viadutos, escadarias e etc. que se originem de processo legal de ocupação do solo ou localizados em Áreas de Especial Interesse Social. A Praça da Matriz por seu legado histórico é um dos logradouros mais importantes da cidade que, atualmente é ocupado pelas diversas atividades comerciais em seu entorno.

Ainda, o artigo 115 diz que qualquer atividade econômica nos logradouros de Manaus só poderá ser exercida mediante autorização da Prefeitura. No caso dos permissionários da Praça, a autorização que é dada pela Gerência de Comércio Informal da SEMAGA. Enquanto órgão responsável pelo licenciamento e controle urbano para este fim específico, juntamente com o órgão de planejamento urbano (IMPLURB), também com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Tudo isso em respeito à legislação de uso do solo e de preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Manaus, que à esses órgãos caberá:

I - Definir os locais e logradouros onde poderá ser autorizado o exercício de cada tipo de atividade econômica;

II - Definir o número máximo de ambulantes, barracas, quiosques, *trailers*, veículos utilitários ou qualquer outro mobiliário urbano similar.

Por conseguinte, o artigo 116 determina que as atividades econômicas em logradouros públicos poderão ser exercidas em ponto fixo ou em caráter itinerante, ou ambulante. O seu §1º destaca o tipo de ponto fixo das atividades econômicas que serão exercidas em local devidamente determinado e demarcado pela Prefeitura, estabelecendo o uso entre outros mobiliários urbano: a banca e carros-lanches utilizados por camelôs na cidade. O seu §2º marca as atividades econômicas em logradouros públicos que serão consideradas ambulantes pelo tipo de deslocamento durante seu exercício. Na Plataforma da Estação Central, vemos os ambulantes obedecendo ao trajeto ou área de abrangência definidos pela Prefeitura. Fazem isto a

pé, ou em carrinhos criados para este fim, transitar em espaços apertados e com muitas pessoas.

Há, também, todo um ordenamento nesta Lei quanto ao item das bancas ou barracas. No artigo 127, a Lei entende por barracas, ou seja, bancas utilizadas pelos camelôs, o mobiliário urbano de caráter provisório, formado por cobertura, tabuleiro e estrutura de sustentação simples, destinadas ao comércio fixo ou itinerante, com o dever de ser desmontadas após o exercício da atividade. Segundo a pesquisa demonstrou as bancas dos permissionários da Praça podem ser deslocadas, mas não desmontadas. E, no §1º do artigo, o mais importante, a autorização de localização de barracas, para fins comerciais nos passeios e nos leitos dos logradouros públicos, que será dada para, entre outros casos: ao comércio informal devidamente cadastrado;

No artigo 128, as determinações são a respeito à atenção que deve ser dada para as normas de padronização definidas pela Prefeitura conforme a atividade e aspectos paisagísticos e urbanísticos locais, que deverão:

I – Não exceder a área de 2,00 m² (dois metros quadrados), exceto nos casos de atividades exercidas em feiras livres quando não poderão exceder a 6,00 m² (seis metros quadrados);

II – Ficar fora da pista de rolamento do logradouro público e dos pontos de estacionamento de veículos;

III – Não prejudicar o trânsito de veículos;

IV – Quando localizadas nos passeios, não prejudicar o trânsito de pedestres e acessibilidade, conforme definido pelo artigo 75 desta Lei;

V – Manter distância mínima de 200m (duzentos metros) de templos, hospitais, casas de saúde, escolas e cinemas, com exceção feita às festas beneficentes e serviços de utilidade pública;

VI – Manter um afastamento mínimo de 3m (três metros) em relação a qualquer edificação existente;

VII – Ser desmontáveis e de fácil remoção.

Essa padronização da banca utilizada pelos camelôs é determinada pela GECIN como tendo 1,20 (largura) X 1,20 (profundidade) X 1,90 (altura).

Assim, este nó mostra que, seja em parte ou totalmente, o desrespeito à legislação vigente coloca o uso da Praça da Matriz por atividades comerciais um risco tanto para a cidade e como para a própria ocupação ali exercida.

7. Ajuda mútua e parceria

Um grupo estigmatizado como perturbador das normas de urbanização, usuários indevidos do espaço público, originalmente ligados a circulação das mercadorias sem a devida atenção à legislação que rege a cidade.

Sobre tudo isso, a ajuda mútua e a parceria entre os camelôs são essenciais. Elas podem acontecer a partir do momento em que um dado problema surge e pode afetar a todos. Também, pode surgir da necessidade em contribuir para a realização de determinadas tarefas corriqueiras ou recorrentes.

Gostaria de salientar a título de entendimento de uma situação cultural, que o cálculo econômico nas sociedades camponesas do Amazonas está ligado diretamente às relações de trabalhos complementares – por meio da composição com a força de trabalho de camponeses vizinhos – caracterizadas como ajuda mútua. Além de que, este contrato entre as partes não passar por uma formalização legal, sim, por uma relação de acordo verbal.

“As relações de trabalho permeadas pelas práticas de ajuda mútua apontam para a inexistência de uma formalização, de uma regulamentação dessas relações. Há uma confiabilidade mútua entre os vizinhos. A base dessa relação é o *acordo verbal*, sendo este regido pela crença *da e na* palavra, e as relações de compadrio” (FRAXE, 2000, p.88).

Ao trazer esta consideração de cunho cultural quero com isto demonstrar e afirmar que essas práticas da sociedade camponesa se expressam de forma semelhante nas atividades urbanas desenvolvidas no entorno da Praça da Matriz.

Tanto por meio da observação do campo quanto das entrevistas realizadas tomei conhecimento de situações que, apesar da configuração de trabalho regular remunerado, são vistas somente como mais uma ajuda dada por um familiar e parente ou por um amigo que uma relação de trabalho remunerado.

Quando comecei a entrevista com um permissionário, as respostas que eram dadas sofriam sempre a intervenção de uma mulher tentando explicar de outro modo a resposta do homem foco da entrevista. Em certo quesito da entrevista descobro que a mulher é sua companheira matrimonial e que estava ali o ajudando na banca enquanto esperava a hora de pegar o filho na escola. Ao perguntar se ela trabalhava com ele e recebia algum tipo de remuneração, a resposta foi: “ela só me ajuda aqui quando eu tô aperrado e no fim de semana”. Neste caso, a disponibilidade da mulher é vista como uma ajuda importante, mas não motivo de remuneração apesar da regularidade expressada pela rotina.

Em outra observação e durante a realização de entrevistas, a presença de crianças e adolescentes no fim de semana trabalhando na banca nos chamou a atenção. Por não poder entrevistá-los restava-me perguntar sobre o responsável da banca, as respostas eram que seus responsáveis, os permissionários de fato, haviam saído para fazer compras ou pegar mercadorias. E, eles, estavam apenas tomando de conta, dando uma ajuda ali. A presença de familiares (filhos ou esposas) nas bancas foi uma constante perceptível, assim como, a ajuda de conhecidos ou amigos. Deste modo, os identificados como conhecidos e amigos do permissionário, faziam a ajuda como uma solicitação em consequência da saída do permissionário para resolver algum problema, fazer compras de mercadorias para a banca ou por motivo de doença. Inclusive, a situação também se reproduz quando um parente ou amigo está desempregado e divide o seu tempo entre a procura de emprego e a permanência por algum tempo na banca, o que no fim do dia é retribuído com um valor pecuniário.

Outro caso que registramos é quando se solicita a ajuda de amigos e parentes nos meses de maior movimento (próximo ao final de ano) tanto para ajudar nas vendas quanto para ajudar a reparar os produtos da banca contra os assaltos, comuns no período. Neste caso, um informante nos diz que paga a um “colaborador” ou parente determinado valor em dinheiro, não qualificado como salário, por dia de serviço prestado. Apenas 02 entrevistados trabalhavam em parceria com o permissionário responsável e dividiam a renda da banca. Estavam à procura de emprego, e um deles estava a menos de 04 meses nessa ocupação.

No caso da parceria, ela ocorre entre os camelôs na forma de proteção e defesa de situações adversas, sejam provenientes do ambiente que se encontram, ou sejam provenientes das ações do poder público.

Um dos quesitos da entrevista era sobre o que representava o outro camelô ao seu lado – era concorrente ou era parceiro? Para minha surpresa as respostas que falavam sobre parceria se sobrepunham (80% dos entrevistados) àquelas que falavam sobre concorrência, mesmo apontando sobre o fato de estar vendendo produtos semelhantes.

Alguns exemplos das situações de proteção podem possibilitar o entendimento dessa posição assumida em defesa da parceria. Quando do período de chuvas, os camelôs jogam e amarram sobre as bancas, que se dispõem lado a lado, grandes plásticos que cobrem não apenas a sua, também, a banca ao lado. Esta parceria de proteção às intempéries acaba por formar uma espécie de corredor coberto (quando possível este plástico é jogado sobre a banca da frente) em algumas partes do entorno da Praça da Matriz.

Outra parceria é quanto à informação e à falta de troco para o comprador. Quando alguém chega à banca e procura por uma mercadoria que não tem para vender, quase sempre o camelô aponta para outra banca que tenha o produto disponível. É como se todos conhecessem onde os produtos são vendidos e quais produtos uma banca comercializa. De outro modo, quando não há a possibilidade ter dinheiro miúdo para se passar o troco ao comprador, ou ele vai até a banca próxima e troca o dinheiro ou pede emprestado o valor do troco para posteriormente devolvê-lo. Penso que essa interação é possível dado que o tempo de convivência entre eles nesta ocupação e no logradouro está em mais de 5 anos para a grande maioria, o que leva a intensificação de confiança nos laços relacionais. Finalmente, a parceria em relação ao cuidado com a banca tanto quando acontece a ausência de um camelô quanto com relação aos assaltos. Se alguém precisa se ausentar por alguns minutos ele pede que seu vizinho repare a banca por esse tempo. Quanto aos assaltos, um repara a banca do outro, olhando nas proximidades os suspeitos que ficam rondando por ali, também, ocorre cercarem o ladrão para impedi-lo de fugir com a mercadoria. Vários relatos foram contados pelos entrevistados de modo a exemplificar algumas recentes ocorrências deste tipo na área. O relato de que os assaltos são menos freqüentes entre eles está

ligado diretamente a essa posição de parceria que assumem, segundo apontaram muitos dos entrevistados.

8. Onde se afrouxam os nós da rede (*relacional weak ties*)

8.1. Sindicato e representação

O quesito relativo ao sindicato – é filiado ao sindicato? – foi apontado como aquele que suscitou maior ratificação da dissociação dos indivíduos no grupo dos permissionários. A instituição não é reconhecida por muitos e o seu trabalho não se sobressai como relevante.

Encontrei como resultado deste quesito que mais da metade 60% dos permissionários entrevistados não são filiados à instituição, dos 30% que são filiados disseram em seus relatos da necessidade de reorganização da instituição e 10% se desligaram devido à falta de assistência por parte do sindicato no momento em que precisaram.

O Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes (SINCOVAM) tem como um dos indicativos de sua constituição a necessidade do poder executivo municipal em manter um canal de comunicação e deliberações com um grupo que se agigantava pelo tamanho e problemas na segunda metade dos anos 1990.

Os entrevistados de certo modo reconheceram que esta imbricação entre poder público e interesse do segmento informal, se por um lado ajudou no diálogo e relacionamento³⁶, por outro lado produziu uma demanda de organização representativa pautada pelos interesses do poder público e de seus representantes no sindicato.

O primeiro indicado da Prefeitura na representação dos interesses do segmento informal tornou-se vereador e posteriormente secretário da SEMAGA. Reconhecido

³⁶ No governo municipal de Artur Neto (1989 – 1992), atual senador do Amazonas, a prefeitura efetivou uma das maiores ações ostensivas de retirada dos camelôs da cidade, especialmente no centro. Os chamados “rapas” (a guarda municipal) travavam brigas com os camelôs e ambulantes e de modo truculento apreendiam as mercadorias e destruíam os tabuleiros de venda. Foram momentos de uma verdadeira declaração de guerra nas ruas da cidade. O Senador Artur Neto ainda é lembrado nas eleições locais como o inimigo dos camelôs tamanho o impacto da ação, porém, com resultado apenas momentâneo e de perda para os que receberam a ação. Desde esse fato social, os governos precedentes não mais tiveram nenhuma proposta que incorresse no embate direto com o grupo. A postura de total ausência ou de eximir-se da questão, juntamente com a fraca tentativa de diálogo tem sido, por enquanto, a única ação concreta.

pelos camelôs e ambulantes como um bom representante do segmento no momento em que esta representação era indicada pelo poder público, que prometia posteriormente a oportunidade de uma eleição livre para o SINCOVAM.

Em Julho de 2009, uma representação feita por um grupo de camelôs provocou o poder Judiciário para impugnar o último pleito e chamar nova eleição. A alegação era motivada pela falta de transparência na chamada do pleito realizado na primeira quinzena de junho. E, a ocorrência de uma aclamação na medida em que não houve homologação de outras chapas concorrentes. Participei de uma reunião com representantes da diretoria e alguns camelôs que intentavam discutir o assunto da impugnação.

Durante as entrevista o quesito relacionado ao sindicato levantava entre os informantes um debate acerca da legitimidade de seu atual presidente. O fato de ter sido indicado pela gestão municipal e a falta de eleições diretas para a instituição. Muitos se consideravam se representação e demonstravam desinteresse sobre a participação na instituição representativa do segmento.

É possível que a legitimidade do próprio grupo que representa os camelôs não seja aceita pelo fato de ter sido um grupo imposto sem disputa com outros grupos e, ter sido uma chapa única “eleita” por aclamação. Assim, o “segmento” não reconhece a representação atual e a negativa dos entrevistados em se envolver com o sindicato, devido a estas questões, foi taxativa.

Por outro lado o representante do sindicato aponta para o auxilia que prestam quando da necessidade de um serviço funerário, também, as máquinas eletrônicas que alguns camelôs possuem para facilitar suas vendas é responsabilidade direta do SINCOVAM, o diálogo com o poder público encaminhado pelo sindicato em busca de um local melhor para os seus filiados do centro tem sido também sua pauta de luta, entre outras situações de representatividade e luta do segmento.

8.2. Representação do segmento lojista (CDL-Manaus)

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus) já apontou diversas vezes sua posição em relação ao problema de desorganização do centro histórico e tem provocado a prefeitura para tomar uma atitude sobre a presença de

camelôs, ambulante e demais vendedores nas vias públicas, especialmente, do centro da cidade.

A posição defendida pelos lojistas da CDL-Manaus é a de que todos sejam deslocados para um lugar próprio para que possam realizar suas atividades sem desorganizar ou causar transtornos para as ruas do centro. A palavra de ordem da CDL-Manaus é a “revitalização” da área do centro histórico da cidade, de um centro moderno e pronto para atrair o interesse dos consumidores, porém, a presença do segmento informal nas ruas tem dificultado a aplicação da ideia.

8.3. Representantes no parlamento municipal

A representação política dos camelôs por algum tempo foi desempenhada, na câmara municipal, pelo ex-vereador Paulo Jorge que durante dois mandatos no final dos anos 1990 e no começo de 2000, que conduzia as demandas e interesses do segmento informal, segundo uma parte significativa da fala dos informantes. Foi, também, secretário na SEMAGA.

Após sua saída da câmara houve um vazio político para o segmento, que ficou sem representantes no poder legislativo, isto foi reconhecido, de igual modo, pelos próprios permissionários durante as entrevistas.

Na atual legislatura, o vereador Ademar Bandeira (PT), tem se autoafirmado como o representante dos camelôs³⁷ e segundo seu blog, “já deu mostra de seu poder de mobilização da categoria, quando reuniu uma trupe para aplaudir seu discurso em defesa do direito dos ambulantes de trabalhar sem sofrer perseguição policial”. Também, salientou em recente entrevista³⁸ que: “É mais do que justo que esses trabalhadores sejam realocados em um local decente onde possam desenvolver suas atividades da melhor maneira possível, saindo da informalidade e se tornando micro e pequenos empresários (*sic*).”

Por um lado, a busca por uma representação política com legitimidade começa a ser uma necessidade na afirmação do segmento dentro do embate que se agudiza entre os vários interesses envolvidos. De outro modo, as entrevistas demonstraram que

³⁷ No blog do vereador disponível em: <<http://blog-br.com/ademarbandeirahoje/>> acessada no dia 22/06/2009.

³⁸ Disponível em: <<http://www.cdllmanaus.com.br/vitrine.php?idV=238>> acessada no dia 22/06/2009.

será importante ter voz e vez nas deliberações que ocorrem para decidir o destino de vários camelôs e ambulantes de forma legítima como cidadãos e não de forma subordinada aos interesses e decisões de outrem.

9. O tempo das Redes

De modo introdutório, Charles Kadushin (2004) informa que a rede social pode ser definida como um conjunto de relacionamentos. Mas, de modo formal, uma rede social (*network*) contém um conjunto de objetos, de nós em termos matemáticos, e um mapeamento ou descrição das relações entre os objetos ou nós. Como exemplo, uma simples rede social pode ter dois objetos (díade), ou seja, conter dois objetos e um relacionamento que os liga.

Para falar do conceito de rede, em uma coletânea de artigos sobre o tema, Fritjof Capra (2008) começa por fazer a comparação com o metabolismo da vida, isto é, o incessante fluxo de energia e matéria através de uma rede de reações químicas que permitem a um organismo vivo gerar, reparar-se e perpetuar-se continuamente. O que o leva a afirmar que “um dos principais *insights* do novo entendimento da vida que está emergindo nas fronteiras avançadas das ciências é o reconhecimento de que a rede é um padrão comum para todo tipo de vida. Onde quer que haja vida, vemos redes” (CAPRA, 2008, p.20). Para o autor, redes vivas são autogenerativas e estão em contínuo movimento de criação e recriação. Quando, porém, passa a estender o conceito sistêmico de vida (biológico) para o campo social, destaca que

“Ampliar a concepção sistêmica de vida para o campo social, então, significa aplicar nosso conhecimento dos padrões e princípios básicos de organização da vida, em especial nosso entendimento de redes vivas, para a realidade social. [...] Redes sociais são, antes de tudo, redes de comunicação que envolvem linguagem simbólica, restrições culturais, relações de poder etc. [...] Redes sociais, então, não são redes de reações químicas, mas redes de comunicações. Assim como redes biológicas, elas são autogenerativas, mas o que geram é imaterial. Cada comunicação cria pensamentos e significados, os quais dão origem a outras comunicações, e assim toda a rede se regenera” (CAPRA, 2008, p. 21-22).

O autor trabalha com a ideia de comunidade, tal como comunidade ecológica ou de pessoas, que aplica às estruturas formais de organizações (empresa, escola, esporte) com regras claras e determinadas que definem as relações entre pessoas e tarefa, comunicação e práticas de interação entre os indivíduos de forma interconectada. Por outro lado, surgem dentro destas estruturas, as redes informais de alianças e amizades, canais de comunicação e diferentes redes de relacionamento produzindo sempre novas situações e adaptações mais sofisticadas.

Embora Capra coloque a questão sobre as condições de metabolismo da vida social e de uma interação de grupos formal/informal, o papel das novas tecnologias de informação e comunicação promoveram a rápida ascensão e proeminência na contemporaneidade das redes como fenômenos sociais.

Isto se deu, segundo a pesquisa³⁹ de Castells (2004), por ocasião da revolução tecnológica que deu origem à uma nova economia, a economia informacional, que resultou em uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede, e, a implantação de uma nova cultura a cultura da virtualidade do real. Por tudo isso, construir redes emergiu como uma nova forma de organização das atividades humanas, estruturada sobre fluxos de informação, poder e riquezas em redes financeiras globais.

As redes informacionais surgem, também, pelo desenvolvimento tecnológico e pela difusão da globalização econômica nesses países centrais. Uma globalização, diferenciada de outros tipos de globalização, que quer expandir os custos de produção, mas sempre concentrando renda por meio de uma economia informacional. Esta economia, segundo o autor, tem a característica de desenvolver uma nova lógica organizacional que está relacionada com o processo atual de transformação tecnológica, mas não depende dele. São os modos de convergência e interação entre um novo paradigma tecnológico e uma nova lógica organizacional em rede que constituem o fundamento histórico da economia informacional.

A própria dinâmica do trabalho sofreu modificações significativas em sua estrutura. Para Manuel Castells (2004), o processo de trabalho modifica-se a partir da individualização coordenada do trabalho e da concentração/desconcentração da tomada de decisão nas empresas. Por conseguinte, sobressai-se nesta configuração da

³⁹ Pesquisa esta relacionada com os países que compõem o G-7 como modelo observacional dos novos modelos de mercado de trabalho a fim de descobrir a interação entre tecnologia, economia e instituições nas padronizações dos empregos e das profissões.

sociedade em rede: a) a produtividade e crescimento, em conhecimento desenvolvido em todas as esferas de atividade econômica mediante o processo de informação; b) a mudança na produção de bens para a prestação de serviços, resultando mais avançada a economia, mais concentrado no setor; c) a importância das profissões com grande conteúdo de informações e conhecimento em sua atividade. (CASTELLS, 2008, p.267).

Por outra perspectiva Granovetter (1983), em um artigo de revisão conceitual de sua teoria de rede, empreende um esforço de mostrar que os laços fracos (*relational weak ties*), isto é, os conhecimentos pessoais, não criam uma alienação no indivíduo na estrutura social, ao contrário são de vital importância para a integração do indivíduo no interior da sociedade moderna.

Quando um determinado grupo de pessoas caracteriza o indivíduo a partir de sua competência pessoal implica em uma baixa densidade na rede (nas quais muitas das possíveis linhas relacionais estão ausentes). Enquanto, que o grupo constituído de semelhanças individuais e seu círculo de amigos estariam em uma tessitura densa (nas muitas das possíveis linhas relacionais estão presentes).

A subjetividade (*acquaintances*) representada pelo Ego, segundo Mark Granovetter, ao possuir a possibilidade de escolha de uma maior porção de círculos de amizade constituiria uma tessitura densa presa à estrutura social (1983, p.202).

De outro modo, cada uma dessas competências pessoais, contudo, provavelmente tem um círculo de amizade em seu próprio meio e, portanto, pode ser levada em uma tessitura fechada e presa à estrutura social de diferentes Egos.

Na evolução do sistema social, talvez, a mais importante origem dos laços fracos é a divisão do trabalho, a partir do momento que aumenta a especialização e interdependência resultando em uma rede variada de funções especializadas de relações na qual alguém conhece somente um pequeno segmento de outra personalidade.

“In contrast to the emphasis of Wirth [*Louis Wirth da escola de sociologia urbana de Chicago*], and also Tönnies [*Ferdinand Tönnies, sociólogo alemão*], that role segmentation results in alienation, is the Durkheim view that the exposure to a wide variety of different viewpoints and activities is the essential prerequisite for

the social construction of individualism” (GRANOVETTER, 1983, p.203).

Assim, o argumento de Granovetter vai em direção de que a força dos elos fracos residem na possibilidade de criar pontes na vida social dos indivíduos no interior de uma sociedade em que a dissociação tende a dificultar a coesão social. Possibilitando uma integração do indivíduo na sociedade de redes segmentadas. Ora, isto pode ser visto no momento da entrada de indivíduos que compraram uma banca na Praça da Matriz, tanto a mediação e quanto a indicação foram feitas por familiares ou por amigos que já estavam neste ramo de ocupação. A continuidade como camelô bem estabelecido vai envolver, também, os laços que irão se fortalecer e próprio reconhecimento por parte do grupo de que o indivíduo tem aptidões necessárias para atuar como tal.

Para a nossa pesquisa, a questão posta por Granovetter (1983) traz um melhor entendimento na discussão na possibilidade de integração do indivíduo em um mercado de trabalho informal. Especificamente na Praça da Matriz, o caso de novas autorizações para permissionários e de indivíduos chamados de “invasores” em um espaço consolidado por normalizações, regulação pública e fiscalização. Sua competência pessoal em estabelecer pontes com amigos e parentes em uma relação de reciprocidade faz com que, possivelmente, seja uma distinção importante nos fortes elos.

“The argument of SWT [Strength of Weak Ties] implies that only bridging weak ties are of special value to individuals; the significance of weak ties is that they are far more likely to be bridges than are strong ties. It should follow, then, that the occupational groups making the greatest use of weak ties are those whose weak ties do connect to social circles different from one’s own” (GRANOVETTER, 1983, p. 2008).

Para entender esta situação de elos relacionais (*relacional ties*) é importante destacar alguns dos conceitos-chaves que norteiam a metodologia da análise de rede social (*social network analysis*). Para isto, tomei como referência os artigos discutidos e organizados em Fábio Duarte, Carlos Quandt e Queila Souza (2008).

Entre alguns conceitos gerais referidos pelos pesquisadores pode-se citar que:
a) Redes sociais podem assumir diferentes formatos e níveis de formalidade no

decorrer do tempo; b) Redes sociais podem surgir em torno de objetivos diversos: políticos, econômicos, culturais, informacionais, entre outros. Redes de origem cultural, por exemplo, tendem a ser mais coesas que redes de origem econômica, as quais podem envolver grades distâncias geográficas, como demonstrou Castells (2004) em sua pesquisa sobre organizações, economia e instituições.

Este quadro teórico é recente, as primeiras aplicações sociais são fortemente utilizadas pela escola de sociologia urbana de Chicago nas décadas de 1960 e 1970. Sua origem está ligada à teoria dos grafos como um método descritivo desenvolvido principalmente entre os anos de 1950 e 1960, baseado na visão de rede como um conjunto de pontos ou nós (*nodes*) unidos por elos (*ties*), segundo Queila Souza e Carlos Quandt (2008). Por isso, muitos conceitos e terminologias utilizados em análise de redes sociais carecem, ainda, de maior precisão, face à novidade desse campo de estudo e sua origem multidisciplinar, segundo os autores.

Ao tomar da relação de conceitos e terminologias dispostos por Souza e Quandt (2008), fiz a tentativa de aplicá-las à investigação. Elenco, de modo resumido, alguns desses conceitos e terminologias a partir do critério de importância para esse campo de estudo na percepção dos autores (SOUZA; QUANDT, 2008, p.37-39):

- 1) Ator (*actor*): indivíduos ou grupos de indivíduos, corporações, comunidades, departamentos, entre outros. Redes formadas por atores do mesmo tipo são chamadas redes unimodais (*one-mode networks*). Redes formadas por atores de diferentes tipos são redes multimodais (*two-mode networks*). É possível dizer que os atores da Praça da Matriz podem pertencer a redes multimodais na medida em que sua característica de grupo é representada por uma diversidade de ocupações que acabam por constituir seu nó relacional;
- 2) Elo relacional (*relational ties*): tipo de relação que estabelece uma conexão ou troca de fluxos entre dois atores. Podendo ser desde opiniões pessoais até transferências de recursos. Basicamente, podem ser consideradas duas propriedades dos elos relacionais, com base na existência ou não de direção do elo (*directional ou nondirectional*) e na existência ou não de “força” na elo (*dichotomous ou valued*);

- 3) Subgrupo (*subgroup*): qualquer subgrupo de atores, de qualquer tamanho, e os elos entre estes;
- 4) Relação (*relation*): coleção de elos de um determinado tipo entre membros de um grupo;
- 5) Rede Social (*social network*): conjunto finito de atores e suas relações;
- 6) Grau nodal (*nodal degree*): mensuração do grau de “atividade” de um determinado nó, com base no cálculo da quantidade de linhas adjacentes;
- 7) Caminhada (*walk*): sequência de nós e linhas em que cada nó é incidente com as linhas anteriores e precedentes. Nós e linhas podem ser incluídos mais de uma vez, sendo que a soma do total de linhas determina a largura da caminhada.
- 8) Trilhas (*trails*) e caminhos (*paths*): são caminhadas (*walks*) com características especiais. Uma trilha é uma caminhada na qual cada linha só pode ocorrer uma vez, e um caminho é uma caminhada na qual linhas e nós só podem ocorrer uma vez;
- 9) Pontos de corte (*cutpoints*) e pontes (*bridges*): são nós e linhas, respectivamente, um ator identificado como ponto de corte em uma rede pode ser crucial, para a disseminação de informação, e sua remoção pode significar um corte na comunicação entre dois subgrupos da rede.
- 10) Imbricamento estrutural (*embeddedness*): é um dos conceitos-chave na análise de rede, porque descreve de que forma os atores (ou grupos) estão envolvidos em várias redes simultaneamente (redes mais amplas/exteriores e redes mais restritas/interiores). Neste caso, o imbricamento estrutural que ocorre na Praça da Matriz se institui na medida em que os grupos participam se envolvem em várias redes simultaneamente com diferenciados graus de intensidade nodal.

De igual modo, os principais métodos utilizados nos levantamento de dados incluem: Métodos de rede completa (*Full network methods*), Métodos da bola de neve (*Snowball methods*), Redes ego-centralizadas com “alter” conexões (*ego-centric networks with alter connections*) e Redes ego-centralizadas sem “alter”-conexões (*Ego-centric networks – ego only*) (SOUZA; QUANDT, 2008, p.46-47).

A partir da incursão ao campo de pesquisa, entendi que era mais viável o uso do método da bola de neve (*snowball methods*) para a aplicação na investigação, pelo rastreamento que fizemos no momento da observação, identificando um grupo focal de atores e rastreando seus supostos elos.

“Utilizado principalmente quando a população não é conhecida, esse método se inicia com um conjunto de atores, a partir dos quais os demais componentes (nós) da rede são rastreados. Por esse método, podem-se localizar, por exemplo, colecionadores de selos ou contatos de negócios. O principal desafio, neste caso, é descobrir o melhor local (grupo) por onde começar a pesquisa” (SOUZA; QUANDT, 2008, p.46).

Segui a especificidade deste quadro teórico no momento de compor a amostragem pesquisada e ressaltar dos grupos de indivíduos envolvidos que constituem a rede da Praça da Matriz, como interdependentes e, por isso, imbricados em relações que para certos pontos de vista são relações assimétricas.

Outro ponto que chama a atenção é a compreensão mais ampla das aplicações da análise de rede sociais que, segundo os autores, passa pela identificação de seus nós, dos elos formados entre os nós e do tipo de relações que estes nós estabelecem. Para a representação dos dados foram desenvolvidas técnicas baseadas em sociogramas que são instrumentos gráficos tradicionais na metodologia.

De outro modo, é importante deixar claro que para esse quadro teórico a seleção de amostra em análise de rede social tem por base a relação entre os atores, e não em suas características/atributos individuais e, ainda, a interdependência entre os elementos da amostra.

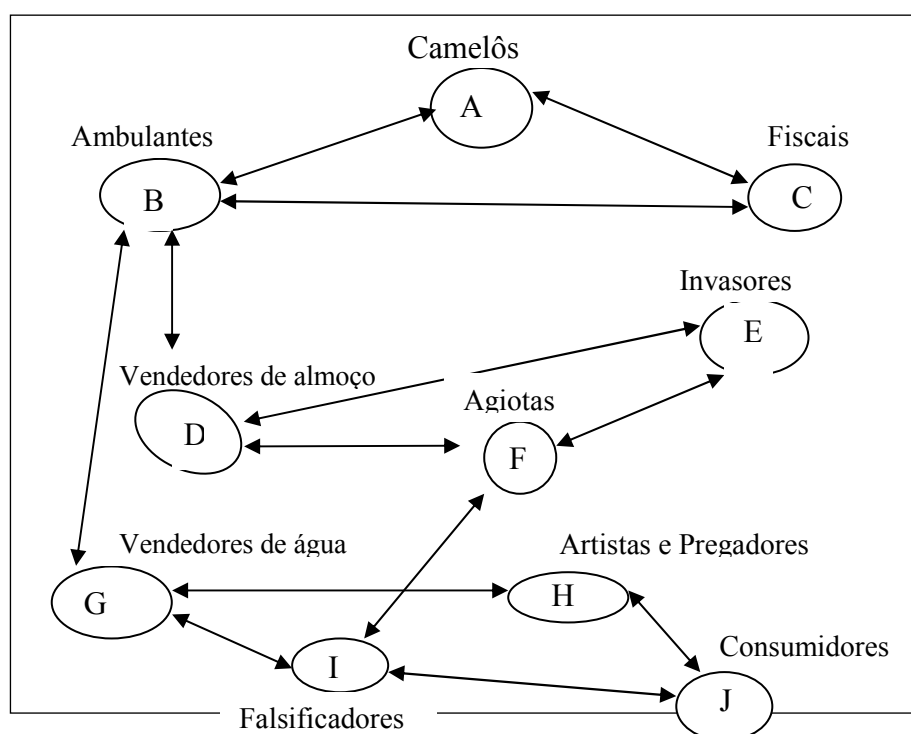
“Embora a SNA [Social Network Analysis] esteja sendo aplicada a estudos de outros tipos de estruturas – tais como análise de relações entre *sites*, por exemplo – a origem sociológica da metodologia fica evidente quando observa-se os conceitos teóricos que motivaram o desenvolvimentos de alguns dos principais métodos e medidas de redes, entre estes: grupo social, isolamento, popularidade, prestígio, coesão social, papel social, reciprocidade, mutualidade, troca, influência, dominância, conformidade, poder. Muitos desses conceitos ainda carecem de medidas precisas em SNA, embora avanços importantes tenham sido alcançados nos últimos anos” (SOUZA; QUANDT, 2008, p.57).

Em seu desenvolvimento a SNA contribuiu com o surgimento e a emergência de diversos temas. Seis temas destacam-se no decorrer destes últimos anos, entre aqueles apontados pelos autores chamam atenção as análises que tem sido desenvolvidas na direção de questões que envolvem a interação entre múltiplas redes de relações. Neste caso, os estudos da “força dos elos fracos” seguem nessa direção, como demonstram estudos de múltiplas relações em redes sociais (SOUZA; QUANDT, 2008, p.61).

Para a constituição da rede social da Praça da Matriz, fiz a representação de um possível quadro na tentativa de expor as relações entre os grupos mais preponderantes na identificação e formação de elos.

Este desenho se tornou possível a partir do período de observação de campo e das entrevistas realizadas com os permissionários e fiscais. As falas e as práticas que se destacaram neste momento ajudaram a compor a tentativa de formação deste quadro.

Figura 3. Identificação dos elos relacionais e redes sociais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da observação de campo

Surge a partir deste quadro as seguintes densidades dos elos relacionais e o grau nodal: a) Os elos relacionais entre camelôs, ambulantes e fiscais (chamamos de

G1 os grupos A, B e C) são densos e o grau de atividades entre eles é intenso, mas os “invasores” (grupo E) mantém um elo relacional com os fiscais (a seta foi suprimida devido à solicitação de retirada e o combate dos fiscais contra esse grupo) com algumas restrições; b) Os elos relacionais aumentam quando os grupos D, E e F (que chamaremos de G2) juntam-se ao grupo A e B. O grau de atividades entre G1 e G2 ficam com os nós intensos a partir do grupo F e menor intensidade nas atividades com o grupo C; c) Os elos relacionais dos grupos G, H, I e J (que chamamos de G3) tem intensidades diferenciadas. Enquanto o grupo G aumenta a intensidade com G1 e G2 (excetuando, para este caso, os grupos J, F e C), o grupo J aumenta o grau de intensidade com os grupos I e H. Então, o grau de intensidade de G1 e G2 em relação ao G3 tende a diminuir.

À medida que esses grupos agem de modo simultâneo e o grau da intensidade nodal é diferenciado temos a impressão de que nos deparamos com vários grupos diferenciados. Esta percepção vai se esvaindo, desde que, se observa qualitativamente as práticas e o cenário em que atuam esses atores. Envolvidos em táticas de sobrevivência e tentando escapar enquanto puderem das estratégias de normatização, ordenamento e fiscalização do poder público. Assim, na tentativa de se integrar de algum modo na estrutura social são conduzidos à opção de uma integração precária encontrada nos cenários que se instituem nas franjas da sociedade para aqueles que já não encontram onde vender sua força de trabalho. E, talvez, se encontrasse não estaria longe da precariedade das relações de trabalho atípico e precário predominantes na contemporaneidade.

Espero que os resultados dessa investigação possam lançar uma nova perspectiva sobre as questões relacionadas às ocupações informais na cidade de Manaus. Ainda, que haja a possibilidade de provocar novos interesses pelo tema nos diversos campos das Ciências Humanas e Sociais e, também, desenvolver e aprofundar as ideias da metodologia das redes sociais. Pois, a perspectiva da crítica pode se estabelecer a partir do refinamento do objeto e do embate travado entre as ideias que aprofundam, apresentam e ampliam a problemática do tema.

A questão levantada no próximo capítulo é o desdobramento de um segundo resultado que se constituiu a partir das leituras realizadas e da execução do trabalho de campo. Como resultado de uma tentativa de fazer algumas considerações sobre a

questão que se apresentou durante e após a reflexão da investigação. Sendo assim, é um ensaio de discussão teórica para o aprofundamento e levantamento de crítica e debate.

CAPÍTULO 4

Consequentemente, quer entremos na sociedade “pós-industrial”, quer mesmo na sociedade “pós-moderna” ou como se quiser chamá-la, ainda assim a condição preparada para os que estão “out” depende sempre da condição dos que estão “in” (Robert Castel)

A situação de “microempregado”

1. Sem emprego, mas com autonomia empreendedora

1.1. O empreendedorismo à brasileira

Instituições de pesquisas⁴⁰ apontam o Brasil como um dos países mais empreendedores do mundo. Os dados demonstram, entretanto, uma contradição que é inerente à estrutura social brasileira. Se por um lado, no ranking internacional do empreendedorismo o Brasil está caindo de posição, por outro lado, ele sobe no ranking quando o assunto é a natureza do empreendedorismo realizado no país. Este alto posicionamento no ranking é apontado pelo critério da motivação de um indivíduo em abrir um empreendimento, se por necessidade ou por oportunidade de mercado⁴¹. Segundo os dados da pesquisa da Global Entrepreneurship Monitor, realizada em 2005, no país 55,4% dos empreendimentos nascem de uma necessidade do indivíduo no fato de encontrar dificuldade em sua recolocação no mercado de trabalho. Assim, entre os 37 países pesquisados, o Brasil apresenta a maior taxa (7,5%) de atividades empreendedoras por necessidade.

⁴⁰ Disponível em: < www.gembrasil.org.br > (portal da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), instituição criada pela London Business School e Babson College de Boston); < www.inova.ufmg.br/portal/modules/wfchannel/index.php?pagenum=95 > (portal da incubadora de negócios da Universidade Federal de Minas Gerais) acessadas em 22/06/2009. O Brasil participa desde 2000, via Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná (IBQP), das pesquisas da GEM sobre empreendedorismo.

⁴¹ Significa, segundo a definição da GEM, aquele que é motivado pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda, sendo comum nos países mais pobres. Ao contrário, o empreendedor por oportunidade é aquele que percebe um nicho de mercado em potencial e tenta ocupá-lo, mais comum nos países desenvolvidos.

A pesquisa da Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2005) atesta que o empreendedorismo por necessidade é recorrente e tende a ser maior nos países em desenvolvimento, pois a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal acaba levando as pessoas a buscar alternativas diversas de ocupação. São micro-atividades pulverizadas nas mais diversas ocupações desde serviços em domicílios até garagens transformadas em oficinas de conserto.

Na pesquisa de Ricca (2004), o impacto do empreendedorismo por necessidade chama atenção na medida em que grande parte do empreendedorismo desenvolvido no Brasil resulta de uma questão de sobrevivência, uma vez que não há trabalho para todos e há necessidade de geração de renda. Acaba por refletir uma outra questão muito complicada. Por exemplo, segundo o autor, no estado de São Paulo, 99% das empresas instaladas são classificadas como micro e pequenas. Nesta última categoria, contam-se 1,3 milhão de empresas, as quais respondem por mais de 60% dos postos de trabalho da iniciativa privada no Estado. O aspecto perverso destes dados é que apenas 40% das MPE recém-abertas permanecem no mercado após cinco anos de vida (RICCA, 2004, p.70).

De igual modo, levanta-se a questão da ausência de políticas públicas e apoio para as micros e pequenas empresas quanto ao acesso e custo do capital necessário, elevada carga tributária, altas exigências fiscais e legais, capacitação para os negócios e, mais ainda, que as políticas e programas existentes para o setor não serem adequadas à realidade desse empreendedor e do seu empreendedorismo⁴². Os países com economia mais dinâmica e menos dependente das grandes empresas, conseguem enfrentar problemas sociais diminuindo o desemprego e distribuindo melhor a renda, além de alcançar um melhor desempenho no que diz respeito à inovação tecnológica.

O relatório da GEM identifica que as restrições financeiras atuam como empecilho maior para abertura de negócios no Brasil. Por um lado, mostra-se a dificuldade de acesso ao capital, taxas elevadas de juros provocando o alto custo do dinheiro, juntamente com as exigências de garantias reais e excesso burocrático para conseguir financiamento ou aprovação de crédito; por outro lado, as próprias

⁴² Reportaremos-nos a este termo de acordo com a concepção estabelecida por uma das maiores autoridades do assunto Fernando Dolabella (2003), quando afirma que empreendedorismo é uma forma de ver o mundo que se relaciona a um conjunto de valores que devem ser estimulados desde cedo. Por isso, a iniciativa do autor em implementar a pedagogia empreendedora na educação escolar brasileira.

condições econômicas desfavoráveis da população mais pobre, sem recursos para viver ou abrir um negócio viável. Com a Lei nº. 11.129/2005, prevê-se um cenário futuro mais positivo com a inclusão dos micros empreendimentos no sistema SIMPLES de tributação. Com isto, pode-se pensar em um aumento da formalização para as iniciativas informais.

Todas estas questões postas acima acabam por determinar alguns pontos de interrogação sobre a cultura empreendedora no contexto da realidade brasileira, no que concerne à sua fragilidade e à sua resignificação social.

Primeiro, naquilo que se relaciona à resignificação cultural empreendedora demonstra-se sua inserção nos países desenvolvidos com o apoio de suas instituições sociais, o que favorece o desenvolvimento tanto das idéias quanto do fazer da prática empreendedora na aplicação de capital econômico e de capital intelectual. O empreendedorismo nesses países absorve uma camada da classe média que se dispõe a direcionar sua livre iniciativa para construir empreendimentos a partir dos valores de uma ética individualista. Esta livre iniciativa e ética individualista instituem não apenas um fazer, mais ainda, o próprio dizer-designar e o fazer-construir de sua relação com o mundo. Institui na sociedade práticas comuns, instaurando as condições e orientações comuns, dando uma unidade factível e representável da sociedade (ou, em nosso caso, de um grupo) (CASTORIADIS, 2000).

Na realidade brasileira esta resignificação se institui no momento em que a *mass media* evoca os benefícios do empreendedorismo como signo da empregabilidade, como condição de identificação da autonomia, como efetiva afirmação do indivíduo “patrão de si mesmo”. Essa resignificação é acompanhada de situações reais que descrevem sobre a cultura empreendedora através de jornais impressos, telejornais, panfletos, revistas, palestras e propagandas, o sucesso econômico alcançado pelo empreendedor, a realização pessoal de um sonho e a sua autoafirmação.

Segundo, a fragilidade das práticas e discurso em torno do empreendedorismo em nosso contexto social se revela sob intensa contradição. Por um lado, as instituições que deveriam ajudar são apontadas como barreiras para a realização da ação empreendedora no Brasil, em relação à carga de tributos e taxas e em relação à burocracia privada e pública. Por outro lado, de acordo com os dados acima é notório

que na sociedade brasileira os chamados empreendedores por necessidade não se constituem em um grupo que se diferencie entre os demais. Ao contrário, eles têm uma relação de proximidade com aqueles que fazem parte dos índices de desemprego de longa duração. Eles estão envolvidos por novas categorias e formas de desemprego e/ou emprego (precário) devido às mudanças organizacionais e estruturais no mundo do trabalho (GUIMARÃES, 2002), que os lançam em uma situação de alternativas e táticas de sobrevivência, ou seja, do empreendedorismo por necessidade.

Deve-se considerar, também, aquele que, envolvido pela sedução do discurso empreendedor, vende todo tipo de produto em seu próprio local de trabalho para obter uma renda extra e ajudar “nas contas do mês”. Além daquele que solicita uma permissão para trabalhar na rua como vendedor de cachorro-quente, ambulante, camelô, entre outras atividades. Assim, a marca do empreendedorismo brasileiro não se descola da marca da própria realidade brasileira quando de sua histórica desigualdade social e concentração de renda.

1.2. A *persona* empreendedora

As entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo na Praça da Matriz nos mostraram a necessidade de situarmos de forma correta o autorreconhecimento de nossos informantes. A princípio, tinha em mente o uso do termo ambulante como referência para os entrevistados, ao qual perguntava se ele aceitava este termo. Fui alertado por eles durante as primeiras entrevistas e, após a modificação, percebemos a insistência desse posicionamento na rede social, que o termo correto a ser utilizado como referência era camelô e/ou autônomo.

Esse posicionamento pode ser interpretado como um indício de que o discurso do indivíduo empreendedor tem sido disseminado entre os permissionários da Praça da Matriz. Neste caso, é possível perceber como um fazer-construir e dizer-designar de alhures pode ser tomado como uma prática e discurso para instituir para si mesmo uma representação de realidade social que não é a sua, mas pode muito bem ser internalizada como sua *persona*.

A “autonomia” que ele designa para si e em sua prática, inclui o permissionário (entrevistado) em um ponto de melhor distinção e hierarquicamente superior àquele

que não conseguiu ainda ter sua banca e um ponto fixo, ou seja, ainda é um ambulante⁴³ (sem banca, sem ponto fixo) no centro da cidade. Esta *persona* de camelô e autônomo estabelece uma hierarquia na rede social da Praça da Matriz, de importância e distinção como acabamos por perceber.

Ao falarmos de *persona* queremos definir de modo explícito que nos referimos à primeira concepção enquanto máscara de ritos cerimoniais, para uso daqueles que tinham privilégios e distinção, intrínseco ao seu direito individual de usar este privilégio nos rituais em uma dada sociedade. Também, enquanto propriedade de simulacro que é atributo da *persona*, uma distinção de um indivíduo entre outros indivíduos. Então, não a utilizamos enquanto *persona* sinônimo de verdadeira natureza, nem com a determinação de ser consciente como sentido moral e jurídico, consciente, livre e autônomo. (MAUSS, 2003)

Quando tentamos definir de que modo utilizar o termo *persona* em nossa argumentação é porque estamos pensando em uma melhor compreensão do discurso e da prática assumidos pelo permissionário/camelô.

Durante a pesquisa de campo, um dos camelôs entrevistados esboçou o desejo de utilizar em sua banca uma máquina eletrônica de cartão de crédito/débito. Os produtos comercializados por ele e sua esposa, pois são duas bancas respectivamente, são roupas femininas e infantis como vestidos, blusas, conjuntos, peças íntimas, bermudas, entre outros vestuários. Quando perguntei o porquê do uso da máquina eletrônica, falou-me da necessidade de melhorar o atendimento e facilitar a venda dos produtos. Essas máquinas eletrônicas utilizadas pelos camelôs da Praça da Matriz são alugadas diretamente do Sindicato dos Vendedores Ambulantes de Manaus (Sincovam) que tem um registro legal para uso desses equipamentos.

Em sua trajetória ocupacional, ele havia sido conferente em algumas empresas do Distrito Industrial há mais de 10 anos na função quando foi demitido. Segundo ele, sua faixa etária o retirou da recolocação no mercado de trabalho, por isso, optou em acompanhar a esposa na ocupação de camelô. Juntou-se à ela, que já estava nesta

⁴³ Esta situação sem ponto fixo pode ser relativizada uma vez que ele, o ambulante, pode estar com permissão para exercer sua ocupação somente nos limites da plataforma central (seu ponto fixo) empurrando seu carrinho com produtos de uma ponta a outra, mas não tendo uma banca. Também, pode não ter a permissão, mesmo assim, fica circulando em determinados horários pela Praça da Matriz vendendo marmitas ou cafezinho. Como não era alvo direto da entrevista não podemos saber de qual termo se refere a si mesmo e como se percebe em relação ao camelô da Praça.

ocupação cerca de 8 anos, conseguiu uma permissão e comprou uma banca já localizada na Praça da Matriz. Agora, administram juntos o negócio das duas bancas (dele e da esposa), as vendas de vestuário, enquanto ela cuida de confeccionar as roupas na pequena oficina de costura montada pelo casal nos fundos da residência.

Este pequeno e rápido relato conseguido através da entrevista mostra o quadro que se apresenta com matizes de mudança ocupacional mais modernização de negócios. Exemplifica, primeiro, o empreendedorismo por necessidade e, segundo, o esforço de mudança que se opera pela “nova” posição assumida: “patrão de si mesmo” (segundo muitos dos permissionários entrevistados).

Por meio de uma reportagem da imprensa local⁴⁴ nos informamos das táticas utilizadas por determinados camelôs para tentar algum tipo de lucro no seu negócio. A tática é fazer viagens para São Paulo, ou Recife, ou outra capital que venda confecções a bom preço. Falamos neste caso, dos camelôs que trabalham com produtos de vestuário, mas a situação pode ser aplicada para a compra de outras mercadorias, por exemplo, cordões e pulseiras, celulares e seus acessórios.

O camelô informa à reportagem que a compra de mercadorias a preços inferiores nesses centros especializados, apesar dos gastos com a viagem, torna-se mais atraente e vantajosa que a compra nas importadoras de Manaus que vendem os mesmos produtos. Destacam, ainda, que os preços dos produtos – nessas localidades – são 50% menores que em Manaus, possibilitando a maior facilidade de vender nas ruas a preços menores que nas lojas. Vale ressaltar que isto incorre na compra de produtos de marcas falsificadas, produtos com qualidade inferior e com poucas oportunidades de troca dos mesmos.

Outro fator de atração para essa tática é o a queda no preço das passagens aéreas, o que facilita o rápido deslocamento entre as duas capitais. O montante de capital que precisa ser empregado nesta empreitada é num total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Segundo um informante da reportagem, a viagem não dura mais que 05 dias, hospedam-se próximo aos locais de compra e recorrem ao serviço de transporte aéreo para o envio da carga. Outra informação interessante é o pagamento de 13% de

⁴⁴ Jornal “a Crítica” de domingo, dia 14 de junho de 2009, retirada da matéria de capa do caderno de economia (p. E1): “Do outro lado da “camelotagem” – vendedores ambulantes (*sic*) de Manaus revelam à reportagem de “a Crítica” como fazem para adquirir e lucrar na informalidade”. O termo ambulante é utilizado indiscriminadamente pela mídia local, o que na verdade seria mais apropriado e correto é o uso do termo camelô para o subtítulo desta reportagem.

ICMS sobre o valor da nota fiscal que vem com o produto. Outros contratam transportadora e alguns preferem pagar excesso de bagagem no voo de volta. Cerca de 70% dos produtos vendidos na banca são adquiridos nessas viagens.

Por outro lado, a reportagem também informa sobre aqueles que reclamam dessas táticas: as importadoras locais e a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Amazonas (FCDL-AM). Quanto às importadoras, a redução de suas vendas é sentida cada vez que aumenta o número daqueles que buscam em outras localidades o abastecimento de sua banca. Quanto à FCDL-AM, a discussão sobre o pagamento de impostos pelos camelôs corrobora com a questão de serem bons empreendedores ou não. Para o presidente da instituição, os camelôs estão longe de serem empreendedores. Apenas se aproveitam do não pagamento de impostos e da estrutura montada pelos lojistas de São Paulo para recebê-los e facilitar as compras. E, insiste no argumento sobre a organização da cidade para diminuir a concorrência desleal entre lojista e camelôs do centro de Manaus.

Outro relato que é importante destacar diz respeito às micro-empresas de costura familiar que abastecem as bancas tanto da Praça da Matriz quanto dos setores de vestuário (camelôs) do centro. Uma parte das bancas da Praça vende bonés, bermudas e blusas de marca (pirateadas e vindas de outras cidades), mas algumas bancas têm fabricação própria de suas mercadorias que podem ser bonés, muitas peças íntimas e de praia, vestidos e saias⁴⁵.

Segundo a entrevista concedida, para nossa pesquisa, por um permissionário da Praça da Matriz, toda a confecção vendida em sua banca é de produção própria. Sua esposa, também permissionária, confecciona na oficina doméstica do casal essa produção. Contam com o serviço de mais duas costureiras. Estas, segundo o entrevistado, têm carteira assinada e seus direitos trabalhistas garantidos. O que realmente desejam os permissionários é a possibilidade de possuir uma loja (no centro) para melhor expandir o negócio, pois a situação atual de camelô restringe e limita-os a expor seus produtos devido às dimensões da banca (1,20 x 1,20 x 1,90), provocando o impedimento em diversificar e aumentar a exposição das mercadorias. Ambos se

⁴⁵ O destaque para a venda de produtos femininos está na maior saída desses do que dos produtos masculinos. Segundo uma informante: “as mulheres compram mais roupas e peças do que os homens”.

revezam em ficar na banca quando é necessário comprar as peças para a confecção dos produtos.

Após esta longa descrição de relatos, o que gostaríamos de chamar a atenção tem a ver com a relação da instituição de uma possível *persona* específica assumida pelos permissionários/camelôs entrevistados na Praça da Matriz.

Esta *persona* vai se apresentando a partir das informações que se destacam na entrevista durante a pesquisa tanto ao dizer-designar sua posição social, sua mobilidade ocupacional e seu cotidiano, como ao fazer-construir a imagem de si, a relação com sua ocupação atual e a interação com seu meio e com seus pares.

Ao dizer-designar sua posição social em relação ao ambulante, o camelô aponta uma hierarquia de ocupações existentes na praça que os diferencia tanto no tratamento pessoal quanto na relação de possuir uma banca na Praça da Matriz. Ao fazer-construir uma relação de sua ocupação atual com o meio e com os seus pares os valores constituídos pertencem a este grupo e o meio em que vivem. Dos entrevistados, 95% moram nos bairros periféricos da cidade, para chegar e sair do seu local de trabalho na Praça da Matriz tomam o transporte público ou carro lotação, poucos tem veículos particular e quando o tem ele é um modelo antigo que serve de multiuso (carregar produtos e pessoas).

Esta *persona* do permissionário apresenta-se dúbia, por um momento; distintiva e identificadora, por outro. Primeiro, sua ação é dúbia quando identifica a si mesmo como “autônomo” apesar de que, entre outras coisas, onde executa seu *labor* lhe é restringida a expansão para agir livremente sobre seu próprio lugar. Na tentativa de “driblar” seu cotidiano utiliza o espaço público, mas sabe que não tem autonomia sobre ele, pois não é sua propriedade.

De outro modo, apresenta-se a *persona* identificadora de sua posição na estrutura social. Ele não faz parte do grupo de novos empreendedores que ganham destaque no cenário brasileiro de empreendedorismo. Vários sinais o identificam como o oposto desse novo grupo. A única coisa que os mantêm em certa proximidade é o fato de ambos serem formados por indivíduos que perderam o emprego e não conseguiram recolocação no mercado de trabalho, partindo, por fim, para um empreendimento individual.

Desta forma, este grupo de novos empreendedores tem vários pontos em comum entre si: a perda de seus empregos em corporações multinacionais (Oracle, Santander, Sanofi-Aventis); tiveram cargos em diretoria tática ou estratégica; foram atingidos pelo desemprego após uma crise econômica ou mudanças estruturais na empresa; seu investimento inicial é de mais de 100 mil reais; têm diploma de ensino superior e MBA; fazem prospecção no mercado para descobrir um nicho em expansão antes de começar o negócio; procuram alguma espécie de assessoria antes de montar sua empresa; acabam por abrir o negócio em um ramo diferente de sua área profissional; todos os empreendimentos são formalizados⁴⁶.

Ao contrário, os empreendedores tradicionais têm em comum: capital inicial para o negócio em torno de 20 mil reais; escolaridade muito baixa em sua maioria; pensam antes na sobrevivência que no crescimento quando iniciam; 60% são informais; não procuram nem assessoria inicial, nem nicho de mercado antes de abrir o empreendimento;

Vemos, então, os dois extremos da questão do empreendedorismo brasileiro. A tendência tem sido pender para empreendimentos de sobrevivência, de necessidade. Quando entrevistamos os permissionários da Praça da Matriz, verificamos um grande percentual de positividade quando perguntados se gostavam do que estavam fazendo no momento (95%). Entretanto, quando perguntados se desejariam que seus filhos continuassem esse negócio, a virada para a negatividade é bem significativa (90%). Suas respostas apontaram para outras ocupações e para a importância dos estudos com a finalidade de um futuro melhor para seus filhos.

A *persona* que distingue os extremos são bastante opostas e conflitantes, não se relacionam e nem se aproximam (a não ser a crise econômica que os afetam e o desemprego de longa duração). Mesmo que encontrem mínimos pontos convergentes, a situação de uma crise ou desemprego é recebida diferentemente em cada classe social. Como lhes afeta, como reagem e o modo que passam pelo processo de busca por uma recolocação no mercado de trabalho é tão divergente como o modo que começam a ensaiar a iniciativa de uma nova ocupação por meio de um empreendimento individual. A saída do desemprego e a busca por um novo meio de

⁴⁶ Reportagem de Renata Betti para a seção negócios da revista Veja 2116 (ISSN 0100-7122), ano 42, nº. 23, São Paulo: Abril, 10 de junho de 2009. (p.136 – 140).

integração na sociedade do trabalho tem no posicionamento da estrutura social, na renda, na trajetória ocupacional e no capital intelectual desses indivíduos a resposta para seus modos e práticas diferenciadores para a constituição de sua *persona*.

Assim, a *persona* distintiva é que surge e cola na acentuação das diferenças conflitivas e de subordinação, constituindo um grupo social com características próprias, dinâmicas em comum, assentado em redes que distinguem o tipo de empreendimento por necessidade.

1.3. O empreendedorismo de sobrevivência como resposta ao problema social

Seria moderno o empreendimento do camelô? Seria ele próprio um representante e herdeiro dos modos de fazer um empreendimento moderno? Então vejamos o seu cotidiano e *métier* na tentativa de responder a estas questões.

Começemos pelo ponto chave do empreendimento moderno: controle de capital. Uma das coisas que nos chamou a atenção na observação de campo foi o fato de que os camelôs da Praça da Matriz mantêm um caderno de registro diário de entrada e saída de valores. Estes ficavam guardados na própria banca do camelô, em lugar escondido por trás dos produtos. O quanto pudemos observar e, posteriormente, durante a entrevista, os cadernos de registro de entrada e saída de dinheiro são determinantes não apenas para a conferência da renda do dia, mas para a separação semanal do pagamento da vigilância da banca, para o acerto com a prestação do agiota, para o reconhecimento do custo de cada mercadoria e listar individualmente o preço de cada mercadoria exposta. Durante uma das entrevistas o informante convidou-me a olhar seu caderno de registros e ver as anotações diárias que fazia para melhor acompanhar a evolução das vendas. Outro apontou as anotações dos pagamentos diários das parcelas de um empréstimo contraído de agiotas e a lista de todos os cordões e pulseiras que havia comprado para revenda: “Olha, eu anoto tudo, do valor dos produtos e esse pagamento do empréstimo que minha mãe fez do agiota para comprar mercadorias da banca” (Camelô de banca de jóias de aço).

Encontramos, ainda, alguns que guardam consigo os cadernos de registros dos últimos 5 anos. Por mais que encontremos estes pontos sobre o cômputo e controle de capitais nada nos leva a afirmar de modo categórico que este controle e contagem de

capitais redundem diretamente em uma ação estratégica que vislumbre a acumulação de capital e aplicação futura, ao invés, o que se apresenta é uma estratégia de controle com as situações mais imediatas do cotidiano. Porém, sem esquecer de que encontramos casos de compras de automóveis, carro-lanche, ou reforma da casa e mesmo uma compra de terreno a partir dos ganhos vindos da banca.

De outro modo, é importante salientar a tática de ajuda mútua e parceria utilizada como proteção contra as ações externas. Isto faz com que durante a pesquisa poucos tenham indicado que o outro camelô seja um concorrente que se deva temer. Pelo contrário, encontramos a afirmativa de que o outro é um parceiro, aquele que ajuda e presta determinados favores. Não é que a competição e a concorrência sejam desconhecidas, mas ela é encarada em termos específicos e relacionada com o exterior do grupo. Eles se ajudam contra inimigos comuns como a presença de vendedores ambulantes não cadastrados, a aparição de novos camelôs no espaço, a ação ostensiva do poder público, as ações de roubo e as intempéries da natureza (quando jogam lonas sobre as bancas em dias de chuva formando uma espécie de corredor).

Se o empreendimento tem esse matiz em relação à concorrência e à competição, quanto à posição que assumem diante de quem não tem o “perfil” de camelô é importante dar o devido destaque. Durante as entrevistas a posição de quem está na ocupação por mais tempo é de encarar a sua perenidade como consequência da boa administração e do cuidado com a rotina que faz do empreendimento. Alguns entrevistados apontam a aparição de “falsos” camelôs que não duram muito na ocupação. Entre outros motivos dizem que aquele que se arrisca entrar nesta ocupação tem que ter nascido para isso ou vai desistir rapidamente:

“Eu reparo que as vezes aparecem alguns que alugam ou compram bancas e passam uns meses até um ano. [...] Tem dias que vem, tem dias que não vem, aí a banca fica fechada e não rende dinheiro. Depois de um tempo eles passam a banca ou vendem o ponto”.
(Camelô de vestuário)

De acordo com os entrevistados, é possível perceber que a pessoa não nasceu com esse “dom” quando pega a renda do dia ou da semana e vai gastá-la imediatamente sem prever os gastos com a compra das mercadorias e a manutenção do negócio. Além de que para ser camelô não pode ficar se ausentando constantemente da

banca, deixando-a fechada por qualquer motivo. Faça sol ou chuva o camelô precisa vir abrir sua banca e tentar vender algo, quem não usa essa rotina “não nasceu pra ser camelô”, segundo um dos entrevistados. É preciso se ocupar do seu empreendimento. No momento em que se estabelece a rotina dessa prática o empreendimento passa a ser visto como seu *métier* e, também, o camelô passa a ser reconhecido por seus pares.

A subordinação do assalariado ao capital é histórica. Mas o que dizer daquele que não faz mais parte desse grupo de assalariados? Estaria livre desta subordinação? Em quais situações encontramos o camelô entrelaçado em um empreendimento subordinado? A pesquisa de campo aponta algumas destas questões e pela análise do seu cotidiano de trabalho e das respostas, desvenda as situações de conflito vivenciadas por esse tipo de ocupação.

A primeira questão a considerar é se por um lado, a “autonomia” é prestigiada e destacada no grupo quando se refere a si mesmo como autônomo, por outro lado, essa qualificação é restrita e conflituosa. A sua pretensa autonomia recai sobre a “ajuda” da força de trabalho familiar ou, às vezes, do subcontrato de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho. A segunda questão seria viver em torno de um dilema que é manter uma renda que possibilite a sua manutenção e de sua família ao mesmo tempo em que mantém o seu empreendimento ativo. Há os que veem na ocupação de camelô ganhos melhores de renda que em um emprego terceirizado, “O que vou fazer de volta naquele trabalho (ajudante de caminhão) se aqui eu ganho mais do que lá”, relatou um camelô que comercializa brinquedos. O que de outro modo demonstra a condição de deterioração da renda da maioria dos assalariados no atual mercado de trabalho brasileiro.

Se olharmos pela perspectiva da trajetória ocupacional dos camelôs, três serão as trajetórias mais recorrentes até o empreendimento informal, que observamos durante as entrevistas: a vida desde cedo com trabalho na rua, a saída do mercado de trabalho formal enfrentando o desemprego de longa duração e, por fim, a saída de localidades em estagnação sem a perspectiva de conseguir um emprego. Os entrevistados que relataram fazer trabalhos desde a juventude na rua, configuram uma condição de informalidade de longa duração. Àqueles que enfrentaram o desemprego e optaram por decisão forçada a entrar na informalidade, alguns passaram por outras experiências correlatas de informalidade até chegarem à situação de camelô. E, ainda, aqueles que

se “aventuraram” em Manaus, vindos do interior ou de outras cidades em busca de um posto de trabalho formal, não conseguindo, se ocupam como ambulante e posteriormente camelô com a ajuda de familiares ou/e amigos que já se encontram nesta situação. “Aqui eu tenho autonomia. Faço a hora de entrar e de sair. Quando preciso, fecho a banca. Não recebo ordem de ninguém” (afirma um camelô que comercializa vestuário).

Não é sem esforço essa “autonomia”. Quando as contas apertam em semanas de venda baixa e com alguma situação financeira pendente resta para o camelô da Praça da Matriz a alternativa do empréstimo com o agiota. Essa sujeição ao capital financiado por meio da agiotagem deixa-o em uma situação comprometedor e constrangedora, pois o agiota vai até a sua banca cobrá-lo pessoalmente. O uso desse tipo de financiamento passa pela própria situação de informalidade que o impossibilita para os empréstimos em instituições formais devido às exigências que ele não tem como comprovar ou assumir. Relata um entrevistado: “todo dia a essa hora ele (agiota) passa por aqui pra pegar o dele. Ainda falta duas semanas pra acabar”.

Além dessa sujeição há o conflito aberto entre o camelô, a CDLM e o poder público municipal. O espaço da Praça da Matriz, durante o período da pesquisa estava sendo reformado pela prefeitura por meio de um projeto de “restauração do espaço urbano” o que provocou um remanejamento de um determinado grupo, onde a reforma iria atingir o seu local mais de perto, para outras áreas do entorno. Constantemente o risco de sair do centro, de ser remanejado para outra área fora do entorno da Matriz é reforçado pelo lado do CDLM que não poupa críticas à desorganização do centro de Manaus e nem deixa de se pronunciar e posicionar-se em defesa de seus representados, os lojistas.

A ocupação informal nas vias públicas vem sofrendo ao longo dos últimos decênios, inúmeras transformações substanciais, remodelamentos e novas configurações. Tem modificado fortemente sua lógica de funcionamento, adquirindo novos atributos e novas perspectivas para esse tipo de segmento ocupacional. Incorporando um estilo diferenciado no processo e na cultura desse tipo de trabalho, As mudanças apontam não apenas à sobrevivência, mas igualmente para a ideia capitalista que por meio de sua atividade possa obter maior renda e mais de

lucratividade. Esta idéia, de certo modo, tem relação direta com o modo de autonomia pensada pelos camelôs da Praça da Matriz.

Para Durkheim (2004), a divisão do trabalho estabelece uma rede de vínculos que aos poucos vai montando sua própria tessitura. O que vai interligar as relações entre as diferentes especializações são as circunstâncias de necessidade que têm uns dos outros, gerando espontaneamente uma interação de mútua dependência, ou seja, uma interdependência entre os participantes.

A complementaridade entre as especializações diferenciadas se exercita na ação individual que se torna frequente por ser regular, além de se regularizar por si própria espontaneamente. Por isso, a fonte da autonomia do indivíduo vai se inscrever em sua especialização que não é solitária e na interação social que se solidifica a partir de sua ação sobre os outros do mesmo modo que por eles sofre sua ação. O problema agora se inscreve em um tipo de sociabilidade que não conta com interações de coletividade.

Isto nos leva para o segundo ponto: o reconhecimento de uma rede social que toma por base os laços de proximidade entre os indivíduos que são levados a se inserir na estrutura social pela via da informalidade e que são possuidores de vínculos sociais representados pela precariedade das condições que enfrentam para exercerem sua atividade. Assim, não se deve esquecer dos elos que ligam os camelôs a outros grupos que tiram seu sustento das atividades que desenvolvem na Praça da Matriz, como uma complementaridade de ocupações que se inscrevem naquele lugar formando uma rede social específica.

Ao salientar as condições do local onde desenvolvem seu *métier* podemos apontar para as condições precárias de trabalho a que estão subordinados cotidianamente. Um lugar com mau cheiro das excreções que precisa ser limpo todos os dias, a temperatura equatorial escaldante, as chuvas torrenciais do período de inverso amazônico, os assaltos, a poluição sonora intensa, a escassez de banheiros públicos para a higiene pessoal, a poeira das ruas, esgotos e valas a céu aberto por onde passam os dejetos dos carros-lanche, entre outras situações. Registramos durante as observações no campo de pesquisa e nas entrevistas realizadas muitas dessas situações que compõem o local de trabalho dos camelôs do entorno da Praça da Matriz. Não apenas deles mais de todos os envolvidos que participam dessa rede social baseada na sujeição da autonomia e dignidade da pessoa humana.

A chamada nova questão social pode ser observada na direção dos que não sobreviveram ao processo de mudança e presente ampliação do volume de desempregados, por outro lado, vai em direção dos que escaparam garantindo seus empregos, que em termos qualitativos, agora passam a ser divididos entre “bons” e “maus” postos de trabalho.

O problema social apresenta-se sobre novas configurações de velhos problemas que se agudizam com a saída do mercado de trabalho. Por exemplo, o desemprego clássico estava circunscrito a dois aspectos: era ocasional e involuntário. Por um lado, o sujeito que o sofria não era visto socialmente como preguiçoso, por outro lado, se diferenciava do vagabundo e do indisciplinado, pois sofria a ação de algo exterior. Diferentemente, agora, temos no desemprego a expressão de múltiplas formas (o trânsito à inatividade de indivíduos no auge de sua vida ativa, as formas precárias e/ou atípicas, o desemprego de longa duração), ou seja, “o desemprego, além de involuntário, como queria o nosso modelo clássico de cultura normativa do trabalho, é hoje fortemente seletivo, visto que as chances de emprego estão desigualmente distribuídas entre os diferentes grupos sociais” (GUIMARÃES, 2003, p.189). Ora, isto tem um valor maior quando se pensa na subjetividade dos atores sociais, de sua trajetória ocupacional face as experiências anteriores de emprego e de desemprego e na busca de novos modos de sobrevivência, além da fragmentação das ações de sociabilidade coletiva.

2. Em busca da integração social

2.1. Exclusão social ou integração precária?

A situação do “microempregado” da Praça da Matriz e de sua rede social enquanto configuração de uma tessitura de precariedades das condições de trabalho e da situação de insegurança que enfrenta no seu cotidiano pode muito bem ser referenciada por uma discussão sobre o seu *modus operandi* de inclusão social no contexto da instituição da modernidade na sociedade brasileira.

É de suma importância destacar a problemática da modernidade brasileira quando de sua instituição no contexto da sociabilidade que se expressa no cotidiano,

entre outras coisas, pelo ordenamento do espaço, pelo entendimento da interação social e pelo papel da construção do que chamamos de direitos sociais.

A modernidade na América Latina e particularmente no Brasil desenvolveu-se de modo inconcluso. A incorporação de relações sociais arcaicas, da consciência conservadora e da recusa à crítica ao moderno trouxe para a modernidade brasileira a primazia da universalização e incorporação dos interesses da racionalidade capitalista na forma de lucro em todos os setores da sociedade. Por outro lado, não incorporou os direitos sociais modernos, muito menos uma moralidade que colocasse limites às imposições do capital.

“No caso latino-americano e, sobretudo, brasileiro, a crítica constitutiva da modernidade vem do ‘hibridismo’ cultural, da conjunção de passado e presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna. [...] A modernidade que não se completa, produziu no Brasil uma consciência social dupla, o diverso segmentado e distribuído nos compartimentos da cultura e da vida” (MARTINS, 2000, p.12).

Para Martins (2000), construímos um caminho com traços de incongruência quando mesmo a posição nacionalista promove o desenvolvimentismo modernizador⁴⁷ sem, contudo, defender os aspectos da modernidade. Parecemos modernos sem sermos modernos. Os contextos de ações são cindidos do contexto da vida – deseja-se a beleza física, as roupas novas e caras, a prosperidade, por outro lado, nega-se com veemência o cuidado com o espaço circundante, com o espaço público, num total estranhamento e banalidade.

Deste modo, a complexidade e alienação em que as pessoas estão mergulhadas fazem com que o cotidiano torne-se mais importante que a presença consciente dos processos históricos. Ele é o sintoma dos processos que se agitam nos subterrâneos da sociedade, que não ganham visibilidade no imediato, no episódico e no fragmento, segundo Martins (2000).

⁴⁷ Essa posição tem como ideologia a racionalidade do lucro, a organização racional do trabalho, o espetáculo colorido da comunicação de massa imbricada com a resistência a um modo de vida da modernidade, às perturbações sociais que poderiam imprimir as diferenças de mentalidade e a uma verdadeira compreensão entre o privado e o público. (MARTINS, 2000, p.31)

Para Martins (2007), a compreensão da exclusão social acabou por apresentar esse tipo de rotulação apressada da realidade social um tanto a-histórica e um tanto economicista da sociedade. Segundo o autor é preciso fundamentar a exclusão social sob a perspectiva sociológica-política, ou seja, uma reflexão sociológica sobre a relação política entre a sociedade e o Estado. “Por isso, rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*; [...] elas constituem o imponderável de tais sistemas, *fazem parte deles* ainda que os negando” (MARTINS, 2007, p.14). É a própria realidade social problemática que engendra de seu interior, dentro da realidade que produziu os problemas que as causam.

Nas palavras do autor, é preciso ter cuidado com a crescente fetichização e reducionismo interpretativo da ideia de exclusão social. Essa ideia não pode se restringir a uma forma mecanicamente vaga e indefinida, ocasionando uma confusão entre a prática e a ação da vítima. Quando isto acontece há a substituição da ideia sociológica de *processos de exclusão*. Assim, sociologicamente a exclusão se afirma como *expressão de contradição*, ou seja,

“o rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esses movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências” (MARTINS, 2007, p.17).

Segundo o autor, a exclusão é privação enquanto momento de percepção de que cada um pode ter de modo concreto em seu cotidiano: privação de direitos, de bem-estar, de meios para participar do mercado de consumo, de liberdade, de esperança. Ora, isto realmente significa em uma integração indecente, através da dimensão precária de um cotidiano de risco em nossa sociedade atual. É, na verdade, o problema da inclusão que está sendo posto à crítica.

O que se tem percebido, segundo o autor, são as formas extremas e dramáticas de inclusão que tem apontado que o modo de absorver a população excluída esta mudando: “[...] o período da passagem do momento da exclusão para o momento da

inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório” (MARTINS, 2007, p.33).

Este modo de vida vem à superfície como denúncia de uma situação “um tanto nova”. É a expressão de um modo de vida excluído que não consegue ser reincluído, que também se expressa pela criatividade intensa desses que querem se reincluir. Nisto reside a problemática, “essa reinclusão, porém, se dá no plano econômico: a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. A pessoa não se reintegra numa sociabilidade “normal” (MARTINS, 2007, p.33).

A denúncia é como as pessoas estão se integrando na sociedade, como vão construindo sua moralidade, como constituem sua sociabilidade, como constituem seu cotidiano. Elas se encontram em uma situação totalmente sem vínculos sociais seguros, de modo dramático se tornam pessoas no mercado possível de uma sociedade excludente. Prostituição de menores, catadores de latas, vendedores de sinais de trânsito, guardadores de carros, soldados do tráfico, catadores de lixo, pedintes, cobradores de lotação, uma lista que se desdobra em infinitudes de inclusões precárias em táticas de sobrevivência num cotidiano em que necessitam vender alguma coisa em troca de dinheiro, mais ainda, um cotidiano que compromete a dignidade e a condição da pessoa humana. É, também, a criação de mercados que vivem dessa sujeição humana como o pornoturismo e a reciclagem de material.

“Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral, e até político. [...] Mas está crescendo brutalmente no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, excusos, etc” (MARTINS, 2007, p.35).

Entendemos que para esse “microempregado” o modo como tenta se inserir nesta estrutura social é pela via da integração precária. Reconhece a si como um lutador, um “autônomo”, como alguém que participa e ativa a economia. Esta perspectiva é assumida quando se vê capaz de manter-se neste mercado *sui generis* e, não somente isto, ainda mais quando percebe a possibilidade de manutenção da família e o poder de aquisição de bens e serviços.

2.2. Os usos sociais do trabalho no debate da informalidade

Ao tomar a questão social como aspecto da sociedade no contexto da coesão de seus indivíduos, senti a necessidade de dar um “corpo” social para uma ideia difusa e contraditória, o “microempregado”. Não é apenas uma figura local, em nosso campo de pesquisa, um ambulante ou camelô, mas sua prática cotidiana, posição social e uma solidariedade anômica o relacionam à um ator social específico de um cenário social também específico. É o nó de uma estrutura societal que tem por base a implementação de um capitalismo tardio e a instituição de uma modernidade anômala.

Os atores que parecem ser distintos dessa noção, na verdade, a representam muito bem, certamente situam-se na mesma prática, posição e solidariedade. São os donos de oficinas de ferramentaria no fundo do quintal, são donos de salão de beleza na sala de estar, são prestadores de serviços de cópia de documentos, são donos de pequenas tipografias que fazem serviços terceirizados para uma grande gráfica, são pipoqueiros, costureiras, donos de bancas de café, são pintores e pedreiros que executam serviços por conta-própria, são mototaxistas, são manicures de casa em casa, vendedoras de cosméticos, kombeiros, serviço de condução escolar, entre outros.

É preciso ter os cuidados necessários para se desvencilhar das armadilhas que envolvem o termo exclusão, podendo mesmo, por vezes, reforçar uma ideologia e embotar o melhor entendimento da profundidade do problema em nossa sociedade.

A exclusão transformou-se numa *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo. Sendo assim, primeiro é preciso antes de tudo desconfiar da heterogeneidade dos usos da “exclusão”, que acabam por designar um sem números de situações diferentes, ocasionando o risco de ocultar a especificidade de cada uma. A exclusão não é uma noção analítica, não avança no sentido da compreensão do objeto. “Isto por uma razão de fundo: *os traços de constitutivos essenciais das situações de “exclusão” não se encontram nas situações em si mesmas*” [grifo do autor] (CASTEL, 2000, p. 21).

Segundo, seria o cuidado em autonomizar as situações-limite que só tem sentido quando colocadas num processo. “A exclusão se dá efetivamente pelo estado

de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais.” (CASTEL, 2000, p.22).

O que se passou a chamar de “nova pobreza”, segundo o autor, não se trata mais de uma pobreza residual, de alguma forma intemporal, mas de uma novidade que exige análises novas, isto porque, ela representa o que hoje há de inédito na conjuntura social. Neste caso, a exclusão se liga à situação que se identifica como *degradação* relacionada a um posicionamento anterior, a uma *trajetória social*.

É, então, que um problema sociológico surge a partir da medida dos riscos de fratura social: como funciona hoje o mercado de trabalho, como se enfraquecem os nós da sociabilidade e, como se desagregam as proteções e expandem-se os riscos de uma inclusão precária na sociedade. De acordo com o autor, “na maior parte dos casos, “o excluído” é de fato um *desfiliado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis”. (CASTEL, 2000, p. 24)

Em consequência, o terceiro ponto é o cuidado de não cair na armadilha de economizar a necessidade de se interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais. Ao contrário, na dinâmica da reflexão “o que está em questão é reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*” (CASTEL, 2000).

Outro ponto que perpassa à questão social é a própria noção de informalidade. Um dos problemas que a noção enfrenta é sua relação com os modos de organização de trabalho nas cidades, que deste modo se restringiu a discussão para os centros urbanos sem se desdobrar para o campo e as atividades rurais. Hoje, não é mais possível se desconsiderar os traços de informalidade tanto no campo como na cidade, ou mesmo em contratos de trabalho em setores formais.

No momento em que nos países centrais se conquistavam direitos à sociedade salarial, nos países periféricos os assalariados viviam sob um intenso processo de industrialização e urbanização crescentes em estruturas sociais e enfrentavam a pouca proteção e regulação das relações de trabalho.

O problema de absorção da força de trabalho levou à práticas e relações “atípicas” de trabalho, gerando uma configuração de sentido próprio para as classes populares, além da referência ainda central do assalariamento. Ora, o problema se

coloca em relação com a questão da integração social, com a sociabilidade de tipo coletivo.

É importante lembrar, agora, a relação política das transformações que determinaram as mudanças significativas no mundo do trabalho a partir da década de 1980 e seu desdobramento na década de 1990, especificamente no Brasil. O processo de transformação de economia política neoliberal que afetou o mundo do trabalho estava presente na agenda política tanto de países centrais quanto dos periféricos, afetou as formas sociais de uso produtivo do trabalho (MALAGUTI, 2000; BEYNON, 2000 e CHESNAIS, 1996).

Para Machado da Silva (2002; 2003), a mudança do eixo das discussões sobre o desemprego, emprego, mercado de trabalho e informalidade encontra-se em um novo papel mediador, sendo substituídas pela noção do par “empregabilidade/empreendedorismo”. Esse par representa, para o autor, um mecanismo de convencimento ideológico para os novos modos de exploração do capitalismo: “sua característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material. [...] se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança” (MACHADO DA SILVA, 2002, p.101). A perda da solidariedade social, da experiência de homogeneização das garantias trabalhistas e da universalização de uma cultura do trabalho livre e protegido está se esvaziando, tendo cada vez menos condições de se reproduzirem.

A cultura do trabalho que leva em conta o par “empregabilidade/empreendedorismo” requer, nos discursos defendidos e difundidos pela mídia e organismos institucionais, os requisitos funcionais da demanda atual de trabalho, representando os atributos subjetivos que se espera que os trabalhadores tenham para se adaptarem às novas condições do mercado. No entanto, o par representa mais as exigências das empresas que se utilizam do seu forte conteúdo ideológico-simbólico que interfere sobre a auto-imagem e a visão de mundo dos trabalhadores. Assim, significa um modo de substituir a especialização pela polivalência e pela defesa da competitividade, da autonomia profissional e da independência pessoal do “novo trabalhador”, agora, um empresário de si (MACHADO DA SILVA, 2002; 2003).

De modo algum estas questões levantadas estão descoladas da posição sustentada pelos camelôs da Praça da Matriz. As entrevistas perpassam pelas observações esparsas ou enfáticas da ideologia que reveste o seu trabalho cotidiano como “patrão de si”, autônomo e independente. Confirma-se, assim, o alcance e força da noção do par “empregabilidade/empreendedorismo”, salvo as comparações, que tem chegado até esse segmento da informalidade e trabalho na rua.

2.3. As políticas de inserção e os empreendimentos das camadas pobres

A questão social se assenta, segundo Ramalho e Santana (2003), sob os efeitos da reestruturação produtiva, da flexibilização dos contratos e da des-socialização do trabalho.

Da maneira como os pobres se enquadravam como a questão social por excelência em tempos passados, não que hoje tenham deixado de fazer parte, o fato é que os limites da questão social se estenderam e açambarcaram outros indivíduos e grupos que até então nem faziam parte dessas preocupações. É, agora, para esses indivíduos afetados pela especialização flexível, pela exploração de um trabalho informal desprotegido e pela fratura que atinge diretamente a coesão social e o sistema social de amparo que se volta a chamada nova questão social.

A nova questão social acaba mesmo por apontar uma verdadeira crise da civilização, do indivíduo que é afetado pela perda de vínculos de representações coletivas e que se vê sozinho lançado a sua própria força e sorte tendo que se indispor com a figura do mercado e com as inseguranças e riscos ao redor.

A discussão levantada entre os autores indicados por Ramalho e Santana (2003), leva a questão social para quatro pontos norteadores do debate atual da sociologia do trabalho, quais sejam: a) as estratégias organizacionais se redimensionaram sobre um discurso de autonomia e relações democráticas a partir das práticas de “flexibilização” do trabalho dos anos 1990; b) por trás da promessa de positividade para o trabalhador no padrão flexível há a imposição de práticas de precarização do emprego e das condições de trabalho e dos salários, além do aumento de desemprego; c) a relação entre crescimento econômico e exclusão ganha se investiga o caminho da industrialização nos países periféricos como o Brasil; d) a

sociologia do trabalho se desdobra para os estudos sobre a trajetória ocupacional dos indivíduos, sua mobilidade e as velhas/novas formas de pobreza e desemprego. E, talvez, poderíamos acrescentar os estudos sobre as novas estratégias sindicais (as ações coletivas) no interior desses processos de transformação em curso na sociedade contemporânea, quando a crise pela qual atravessam os sindicatos não é exatamente a crise da representação dos trabalhadores, mas a de um tipo de sindicato atingido duramente pelas transformações na produção. São as representações coletivas desta vez atingidas pela instabilidade e precariedade que se desdobra pelo corpo social (RAMALHO e SANTANA, 2003).

De outro modo, como resposta para essas questões expostas, as avaliações que se podem fazer mostram que as políticas de inserção à sociedade, foram instaladas de modo provisório, porém tornou-se um regime permanente. “O destino dos “excluídos” se define essencialmente antes que ele se fragilize. Se nada de mais profundo for feito, a “luta contra a exclusão” corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social”. (CASTEL, 2000, p.28).

A política pública que categoriza e isola as populações com problemas, criam os meios de *uma tomada de responsabilidade específica e cuidadosamente focada*, economizando, assim, as ações mais ambiciosas, mas também mais custosas, e para as quais não se dispõe de tecnologias profissionais próprias (intervenção especializada). Com isto, Robert Castel (2000) lembra que tais como os jovens mal (pouco) escolarizados em busca de empregos, estar como desempregado de longa duração, acaba sendo uma nova clientela com *perfil próprio* diferentemente do perfil da ação social clássica caracterizada pelo déficit pessoal (inválidos, deficientes físicos e mentais, desajustados psicológicos).

Consequentemente, isto irá gerar os chamados *inválidos pela conjuntura, normais inúteis, supranumerários, sobrantes*, decorrentes de novas exigências de competitividade e da concorrência, da redução de empregos, o que apresenta uma nova configuração de exclusão com aqueles que não se inserem mais na metamorfose da sociedade salarial (CASTEL, 2000).

Quando pensei em padrões regulares mais evidentes do *métier* do camelô, após a observação de campo, as entrevistas e as conversas informais com o grupo, o registro

sociológico encontrou três características em comum que, para mim, torna possível a construção de uma *persona*: a) o imprevisto; b) a insegurança; c) a participação em políticas de inserção social.

A primeira característica, o imprevisto, parece-me a que mais se destaca materialmente nesta *persona*. Tomando a Praça da Matriz, mas pensando nas demais situações que aparecem na cidade de Manaus, a questão é de tal magnitude que não se pode deixar de percebê-la.

Quando a comida chega até a banca do permissionário que trabalha com café da manhã, ela vem em grandes bacias plásticas e cobertas ou com tampas amassadas ou com algum tipo de plástico, o veículo utilizado no transporte do produto normalmente é uma kombi ou um outro utilitário em péssimas condições. É notório isto, pois quando param nas proximidades da banca pode-se ver na hora da retirada e na hora da montagem. Também, é de imprevisto a utilização da energia elétrica, de modo conhecido popularmente como “gato”, onde os fios são uns emaranhados entre as árvores até a rede pública. Outra questão de imprevisto é a proteção feita às bancas tanto na hora de guardar ao final do expediente quanto para se proteger das intempéries, quanto ao uso de seus plásticos e lonas sobre as bancas que ficam amarradas por fios de nylon e cordas de varal que toda a manhã é o primeiro trabalho a ser realizado e ele não dura pouco tempo, ou para se proteger da chuva quando são jogados plásticos uns sobre os outros na tentativa de se fazer algum tipo de cobertura. Mesmo quando se tenta organizar um tipo de controle das vendas do dia, há a anotação no caderninho dessa contabilidade improvisada. Não seria também, saindo do prisma do camelô, um imprevisto quando se organizam na sala de estar das casas verdadeiros salões de beleza, ou em garagens pequenas locadoras de filmes ou quiosques de estivas?

De outro modo, a segunda característica nesta *persona* se ressalta pela insegurança em vários níveis. Na Praça ela está tanto nas condições em que os permissionários são sujeitos desde assaltos até na própria situação que enfrentam em não saber quando e para onde serão deslocados no momento em que os projetos de reforma urbana forem implementados no centro da cidade. O risco e a insegurança que correm ao se aventurarem nas viagens para fazer compras no mercado de São Paulo, na hora de trazer a mercadoria em cargas aéreas sem garantias de documentos fiscais. A

situação se desdobra em outros pontos para os camelôs da Praça da Matriz quando da possibilidade da ocorrência de um pequeno comércio de entorpecentes ao seu redor. Não passa por sensação de insegurança o prestador de serviço de pintura que sem equipamentos de proteção adequados para a execução do seu trabalho corre risco ao subir em lugares altos sem segurança alguma, além de manusear preparos químicos sem máscaras ou luvas de proteção?

A terceira característica se apresenta em relação à participação de indivíduos em políticas de inserção social (discussão tomada de Castel (1998; 2000) e aplicada como referência para este texto).

Tomarei dois exemplos recentes desse processo de inserção social que tem alcançado de modo específico certos indivíduos que não participando mais do mercado de trabalho procuram em ocupações informais e em empreendimentos precários uma tática de sobrevivência: a Lei do moto táxi e a Lei da empresa individual.

A Lei do mototaxista⁴⁸ – o projeto de lei do Senado (PLS) que regulamentou as profissões de mototaxista, motoboy e motovigia, foi aprovado pelo Plenário na última sessão deliberativa antes do recesso parlamentar do 1º semestre de 2009, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seguiu para publicação no Diário Oficial da União. O projeto foi de autoria do então senador Mauro Miranda e relatado por Expedito Júnior (PR-RO) na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado.

Tendo um ano como prazo para adequação das profissões às exigências legais. Porém, a matéria (PLS 203/01), foi sancionada com um veto ao parágrafo único do artigo 3º, que especifica as atribuições do serviço de motovigia. O fato é que a definição da atividade de motovigia deve ser tema de relação contratual entre a empresa que vai prestar o serviço de segurança e a comunidade atendida pelo serviço, e não de lei.

O que chama a minha atenção é sobre a estimativa da federação da categoria que fala em cerca de 2,8 milhões de pessoas trabalhando nas três atividades. Estimativa que feita com base nos seus filiados em todo o território nacional, mas existe um

⁴⁸ Disponível em: < www.senado.gov.br/jornal > como edição especial eletrônica – nº. 26, Brasília, 30 de julho de 2009.

número também expressivo de mototaxista não filiados que ficam de fora dessa contagem.

A nova lei determina para o exercício das profissões a idade mínima de 21 anos completos do condutor, dois anos de experiência em condução de motocicleta, além de habilitação em curso especializado, a ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Será este o órgão responsável por fiscalizar as normas de segurança estabelecidas pela lei, como o uso, pelos condutores, de colete dotado de refletores. As infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, também, se aplicam a quem infringir estas normas de segurança.

A Lei da empresa individual⁴⁹ – são costureiras, corretores de imóveis, escritório de contabilidade, oficinas de conserto de máquinas de costuras, serviços de manutenção industrial, camelôs, entre tantas outras ocupações informais procuram se enquadrar na nova normatização.

O Projeto de Lei da Câmara 128/08, que ajusta a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06) e que beneficia mais de 11 milhões de empreendedores. O que segundo os legisladores, poderá favorecer pessoas que atualmente trabalham no mercado informal (sem carteira assinada ou outro registro de trabalho), com rendimento anual de até R\$ 36 mil. A proposta (PLC 128/08 – Complementar) teve como relator o senador Adelmir Santana (DEM-DF). De autoria do deputado federal Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), o projeto PLP 02/07 (Complementar, na Casa de origem) altera dispositivos da Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; da Lei 8.212/91, que normatiza sobre a organização da Seguridade Social; e, da Lei 8.213/91, que regulamenta sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

O PLC 128 cria o Microempreendedor Individual (MEI), que abrange aqueles com receita bruta de até R\$ 36 mil ao ano, como costureiras, sapateiros, manicures, barbeiros, marceneiros, encanadores, mecânicos, pintores de parede. Com a medida, eles ganham facilidades para legalizar o negócio, passam a pagar valor fixo mensal de R\$ 45,65 para o INSS, R\$ 1 de ICMS ou R\$ 5 de ISS. Terão direito à aposentadoria por idade ou invalidez, seguro por acidente de trabalho, licença-maternidade, e a

⁴⁹ Disponível em: < www.senado.gov.br >; < www.sebrae.com.br/integra_noticia?noticia=8576692 > acessado em 22/06/2009.

família ainda tem direito a pensão por morte do segurado e auxílio-reclusão, se for o caso.

Segundo o relator do Projeto, o senador Adelmir Santana (que também preside o Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae), sua aprovação significa uma revolução social para os “empresários” que hoje estão na informalidade. Sendo uma grande oportunidade de buscar a formalização de milhões de empreendedores.

O projeto ainda permite a inclusão de novos setores econômicos no Simples Nacional – o Supersimples – como manutenção e reparação em geral, decoração e paisagismo, laboratórios de análises ou de patologias clínicas, serviços de próteses em geral, serviços de tomografia, de diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos e ressonância magnética. Ficam de fora entre outras emendas, a emenda de nº. 23, que permitia a inclusão de várias outras categorias no Simples Nacional, como empresas de consultoria, médicas, advocatícias e de jornalismo.

A reportagem destaca que durante a votação estavam presentes o presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa no Congresso Nacional, deputado Cláudio Vignatti, o deputado Carlos Melles – que presidiu a Comissão Especial da Microempresa na Câmara, entre outros representantes do Sebrae.

Ainda, na mesma sessão, o Plenário do Senado aprovou o chamado Projeto dos Sacoleiros, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/08, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. A proposta deverá legalizar a situação de microempresários que vivem da importação de produtos do Paraguai e deve beneficiar apenas aqueles que aderirem ao Simples Nacional (Supersimples), hoje com faturamento limitado em até R\$ 240 mil reais.

É sobre estes cenários e situações que Castel (1998) vai estabelecer a diferença entre políticas de integração e políticas de inserção. Enquanto aquelas são animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização, da sociedade a partir do centro e do desenvolvimento através de diretrizes gerais num quadro de universalidade. A escola pública e o sistema de saúde universal promovem o acesso de todos à saúde e à educação promovidos pelo serviço público, assim, tentam promover uma redução das desigualdades e melhor divisão das oportunidades.

Por outro lado, as políticas de inserção são pensadas de modo diverso e em oposição às políticas de integração social.

“obedecem a uma lógica de *discriminação positiva*: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas. Porém, se certos grupos, ou certas regiões, são objeto de um suplemento de atenção e de cuidados, é porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária. De fato, sofrem de um *déficit de integração*, como os habitantes de bairros deserdados, os alunos que fracassaram na escola, as famílias mal socializadas, *os jovens mal empregados ou não-empregáveis, os que estão desempregados há muito tempo...* [grifo nosso] (CASTEL, 1998, p.538).

O que é preciso chamar atenção é exatamente quando temos sujeitos em situação descrita acima e que vivenciam, não por livre escolha, o desemprego de longa duração. Nesse tipo de prática política, a inserção pode muito bem ser entendida como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio com a finalidade de recuperar a distância em relação a uma completa integração (um quadro de vida decente, uma idade escolar compatível, um emprego estável).

A questão social torna-se um debate político, neste caso, ultrapassando a faceta econômica e desvencilhando-se das amarras de um pensamento mediado pelas vantagens de mercado.

Ajuda social, direcionada por políticas de inserção em dar recursos subsidiários, é pontual e restrita em suas ações. Ela deveria desaparecer a um tempo determinado pelo seu caráter provisório e em seu lugar prevalecer a integração social por um sistema único de proteção que viesse assegurar a todos os cidadãos um conjunto universal e homogêneo de garantias legais. E, eis o dilema posto, o que deveria ser provisório e pontual começa a se consolidar como modo de existência para algumas categorias da população.

Por isso, Castels (1998) reforça a afirmação de que as políticas de inserção vão se mover nesta zona incerta onde o emprego não está garantido, nem mesmo para quem quisesse ocupá-lo, e onde o caráter erradico de algumas trajetórias de vida não decorre somente de fatores individuais de inadaptação.

A reurbanização do centro de Manaus, a retirada dos camelôs e demais vendedores e o ordenamento de um local específico para eles fora do entorno da Praça

da Matriz, estaria inserida naquilo que Robert Castel chamou de a “gestão territorial dos problemas” (1998, p.550). Uma projeção espacial da exclusão, do desemprego, do fechamento de postos de trabalho, da desproteção social, do limite da idade no mercado de trabalho, dos baixos salários e da degradação das condições do emprego formal, entre outras situações. Deste modo, a inserção tenta realizar uma certa “socialização secundária” a partir da ajuda social direcionada e pontual aos “não-empregáveis”, mas, por outro lado, estabelece uma contradição quando os indivíduos que pertencem à esfera das políticas de inserção vivem uma situação de transitório-durável, ter uma ajuda social ou uma ocupação informal até conseguir recolocação num posto de trabalho com proteção social.

A falha no campo da cidadania, da seguridade social e das políticas universais fragilizou a muitos grupos sociais, que se encontram dependentes das políticas de inserção e de ajuda social. Ou, para eles são transferidas algumas das responsabilidades do anteriormente garantidas pelo Estado, ao fazê-los um versão apagada de autônomos e empreendedores de si em negócios que mal conseguem sair do papel. A assertiva de Castel pode bem resumir a nova questão social da contemporaneidade: “a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, população mal escolarizada, mal alojadas, mal cuidadas mal consideradas, etc” (CASTEL, 1998, p.569).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se dedica fundamentalmente a isto: caracterizar e entender as dimensões das redes de relações sociais que tecem a organização do trabalho dos camelôs no entorno da Praça da Matriz com os demais grupos que exercem outras ocupações no local, identificar os grupos mais significativos e observar as táticas de sobrevivência juntamente com as estratégias de ordenamento do poder público.

No trabalho de campo tentei encontrar os elos relacionais e construí-los na forma de um gráfico, além de esboçar os principais argumentos teóricos da metodologia da análise de redes sociais. Minha intenção foi fazer com que todas essas questões e as demais colocadas no decorrer do trabalho, sobre as representações de segmentos empresariais e o cenário recente do mercado de trabalho local e nacional, pudessem, enfim, ser pensadas e trabalhadas de modo integrado.

Ao final da pesquisa de campo, foi possível estabelecer a seguinte relação: primeiro, a *relacional weak ties*, onde os elos tornam a malha da rede mais frouxa, geralmente se constitui por decisões e ações dos atores sociais em não participar e de serem reticentes às tentativas do poder público em deslocá-los para qualquer outro lugar ou mesmo em relação à sua organização sindical no sentido de não vê-la enquanto instituição ativa e de luta na defesa de seus interesses. Os atores sociais enquanto egos individuais mantêm maior sua integração na rede a partir da competência pessoal em sobreviver à rotina de sua ocupação e não em menos intensidade quando em relação à círculo de amigos. O elo mais intenso está representado pela densidade do grupo de consumidores que circulam no centro e estabelecem com os camelôs o nó chave para a integração na rede de outros diversos grupos.

Segundo, a *relacional strong ties* na composição da rede, considerada como o círculo de amizades, se destaca mais a partir da entrada na rede, como exemplo daqueles que adquiriram o ponto a partir de um amigo ou parente próximo. Isto, talvez, não possa ser desdobrado para todo e qualquer tipo de entrada que se realize na ocupação de camelô, pois a competência pessoal se mostra forte quando se percebe que para os ambulantes de eventos (conforme a Tabela 5, p.97) é a partir de sua disposição em procurar a SEMAGA para solicitar a autorização a cada vez que ocorre

algum evento na cidade. Em relação a ajuda mútua e parceria entre os camelôs pode ser o momento de maior representação da intensidade dos elos fortes na rede, pois como o resultado das entrevistas bem salientou (ver p.102) 80% dos camelôs veem no outro um parceiro e não um concorrente direto.

A determinação das posições assumidas na rede também chama a atenção na medida em que reconhecer-se “como faz” seu trabalho no comércio em via pública representa a posição assumida no interior da rede. Aparentemente, não há disputa entre os grupos por posição na estrutura da rede, entretanto, durante a entrevista por diversas vezes os entrevistados me chamaram a atenção a respeito do uso do termo ambulante que não deveria ser aplicado ao camelô. Isto demonstra que se é exigido e levado em consideração um diferenciador nas ocupações informais da Praça da Matriz, isto é, onde o camelô se posiciona nesta hierarquia refere-se muito à “como faz seu trabalho”, se fixo ou transitando. Apesar de que, a venda de mercadorias variadas não apresentar um diferencial quando se observa que é possível encontrar tanto entre os camelôs quanto entre os ambulantes a comercialização de mercadorias diversificadas em suas respectivas bancas, de outro modo, apresenta-se com menor intensidade, o diferencial entre eles, quando se trata da especialização da venda de determinada mercadoria, com maior intensidade entre os camelôs que entre os ambulantes. Deste modo, tentei entender o que era importante para o conjunto dos relacionamentos e para a configuração das redes sociais que envolviam tanto os camelôs quanto os demais atores da Praça da Matriz.

O conceito de rede implica no entendimento de que o contato entre os atores admitindo-se que seja visual ou físico, é um contato social, que pode acontecer mesmo entre pessoas que não se conhecem, mas que possuem certo sentimento de pertencer a um lugar em comum, neste caso, lugar de trabalho com outros demais atores sociais. A rede social implica uma noção de pertencimento, mesmo que alguns atores sociais não se reconheçam como fazendo parte de um grupo determinado. Isto contribuiu fundamentalmente para se pensar melhor a Praça da Matriz, instituída por atores sociais com origens diversas, histórias e trajetórias também diversas, que trabalham na Praça há um tempo variado, mas que estão inseridos, cada um, numa rede determinada de relações sociais que os levaram até ali.

O conceito de políticas de inserção social trabalhado por Castel (1998) e a questão da modernidade anômala discutida por Martins (2000) juntamente com a discussão sobre a integração social por via precária que horizontaliza o debate entre esses autores, ao mesmo tempo em que me ajudou a refletir sobre as novas dimensões da questão social, esses debates me levaram à novos questionamentos e direcionamentos da investigação, não apenas de cunho prático, também, teórico.

Com isso, minha tentativa no capítulo 4 se direcionou para entender a instituição de uma *persona* que mascara o indivíduo recortado por situações de precariedade e pela trama social que o impele à práticas que nem está preparado para executá-la, nem entende o porque de ter que fazê-la. Esta tentativa ganha uma dimensão mais relevante a partir do momento que encontro nas leis as normatizações e regulações que ao parecer apenas legalizar e reconhecer algumas situações de empreendimento e autonomia acaba por colocar a questão do desemprego de longa duração e as táticas de sobrevivência em destaque, pois é cada vez maior o número de desempregados (e de empregados) que recorrem a ocupações informais seja por tempo parcial seja por longa duração. Quando um funcionário sofre com a precarização de seu emprego e se vê obrigado a aumentar sua renda de modo informal com pequenos biscates e venda de produtos em seu local de trabalho, ou o indivíduo que não é mais aceito por sua baixa escolaridade ou idade inadequada ao mercado de trabalho e passa a sobreviver dos rendimentos de sua ocupação informal como camelô ou ambulante, por exemplo.

No discurso dos defensores dessas normatizações, que atingem a todos indistintamente, está a retórica do enquadramento da população aos novos tempos de autonomia e evidência maior do indivíduo empreendedor e dos valores louváveis do empreendedorismo. Ressaltam, ainda, a oportunidade de que o mundo invisível, ou seja, os que vivem de ocupações informais, torne-se um mundo real sendo objeto de uma política pública determinada. Afirmam que suas ações são uma tentativa de diálogo com o público-alvo da regulação do empreendedor individual, “o Brasil real”, formado por pessoas que desenvolvem suas atividades em condições diferenciadas e com baixa arrecadação.

É exatamente sobre essas configurações que tento forjar meu argumento sobre a situação de “microempregado”. A *persona* que representa as situações de condições

materiais nas quais se encontra e pelas quais é impelido a construir sua sobrevivência. Ele faz parte dessa estrutura social “invisível” e ao mesmo tempo real, que no Brasil encontra em suas contradições históricas inerentes a marca da exclusão e do fosso entre ricos e pobres. A contradição que envolve a *persona* do microempregado é instituída pelo dizer-designar das regulações e normas e pelo fazer-construir de suas táticas de sobrevivência, isto é, por um lado, a Lei municipal 674/2002, o Projeto de Lei da Câmara 128/08 e o Projeto de Lei do Senado 203/01 se inscrevem como marcos legais de enquadramento de grupos específicos (e, um tanto difusos) que estavam no “submundo” do trabalho, indivíduos desfilados de qualquer proteção que, agora, são levados a agir como indivíduos autônomos; por outro lado, o fazer-construir se inscreve nas ações de busca por uma ocupação que possa lhe render o ganho suficiente para si e para sua família, nem que seja preciso se submeter às condições precárias e de insegurança como os camelôs e demais vendedores da Praça da Matriz, igualmente, são as ações de pequenas oficinas de conserto, serviços de reparo em domicílio, serviços de pintura e alvenaria, engraxates, catadores de latinhas de alumínio para reciclagem, oficinas mecânica no quintal da casa, entre várias outras táticas de sobrevivência.

Deste modo, a *persona* do microempregado perpassa por uma variedade de ações e situações que enfrenta aquele que busca se integrar de algum modo à estrutura social. A investigação resultou, de igual modo, na identificação de um cenário marcado por três situações bem definidas no cotidiano dos microempregados: o imprevisto, a insegurança e a participação em políticas de inserção social. E, isto pode trazer ao debate novas configurações para se entender o enfrentamento ao desemprego de longa duração e novos modos de perceber a relação entre as políticas de inserção, desemprego e a emergência de novas ocupações informais devidamente legalizadas.

Espero, por fim, que esta investigação tenha contribuído de algum modo na discussão sobre ocupação informal em Manaus e que se desdobre em novos olhares e caminhos para que se possa entender o problema local de desemprego, trabalho informal, táticas de sobrevivências, estratégias de ordenamento e normatização do poder público e as brechas na estrutura social que são encontradas por todos aqueles que vivem nas franjas da sociedade e desfilados de proteção social procurando um lugar adequado para amarrar o seu nó da rede.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Trabalho**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1997.

BAILLY, A. **Dictionnaire Grec-Français** – redigé avec le concours de E. Egger. verbete: [εχημα]. Paris: Hachette, 1986.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRESCIANI, Luis Paulo. Flexibilidade e reestruturação – o trabalho na encruzilhada. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. v. 11, n. 1, (jan-mar), 1997.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos**. Porto Alegre: FEE, v. 21, nº. 4, jan. 1994.

_____. **Informalidade Contemporânea na América Latina**. Rio de Janeiro. IPEA, 1999.

CAPRA, Fritjof. Vivendo Redes. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (orgs.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Big Bang)

CARRANO, Paulo C. R. **Apresentação: sociedade e organização em redes**. São Paulo: Sesc, 2006.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (orgs). **Desigualdade e a Questão Social**. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000. (p. 17 a 50)

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 1ª reimp. (Pensamento Crítico, v. 48)

_____. **A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. vol.1

_____. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. trad. Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. As significações imaginárias sociais. In: **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Rumos da Cultura Moderna, v.52)

CAVALCANTI, Clovis; DUARTE, Renato. **À Procura de Espaço na Economia Urbana**: o setor informal de Fortaleza. Recife: SUDENE/FUNDAJ; Brasília: Mtb, 1980.

CHESNAIS, François. Decifrar palavras carregadas de ideologia. In: _____. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890 – 1920. Manaus: Valer, 1999.

DOLABELLA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (orgs.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Big Bang)

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Tópicos)

FREITAS, Carlos; MACHADO, Maria S. Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90. In: **Revista Ser Social 5**. Brasília: UNB, 1999.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Por uma Sociologia do Desemprego**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 17, n. 50, out, 2002.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**. v. 01, 1983, (201-233).

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

IBGE. **Estimativa Populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

JAKOBSEN, Kjelde; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. (Orgs). **Mapa do Trabalho Informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: CUT, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (col. Brasil Urgente).

KADUSHIN, Charles. Some basic network concepts and propositions (2). In: **Introduction to Social Network Theory**, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos Latino-Americanos)

LAZARTE, Rolando. **Problemas del Desarrollo**. México: UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México, DF, n.121, v.31 (abril-junio), 2000.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. trad. Carlos Nelson Coutinho. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIMA, Jacob C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. In: **Caderno CRH**, Salvador. n. 37, (jul-dez), 2002.

_____ ; CONSERVA, Marinalva de Souza. Redes Sociais e Mercados de Trabalho: entre o formal e o informal. In: **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais. n. 24, (abril), 2006.

LOPES, Reinaldo. **A Economia Informal no Rio de Janeiro**: problema ou solução. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.) **Além da Fábrica** – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho) **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador, nº. 37, p.81-109, jul./dez., 2002.

MAHAR, Denis. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. (Relatórios de Pesquisa, nº. 39)

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2007. (Temas da Atualidade)

_____. **A Sociabilidade do Homem Simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000. (Ciências Sociais, 43)

MATTOSO, Jorge. O Brasil frente à terceira revolução industrial. In: **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MÉDICI, André César; AGUIAR, Marco Antonio de Souza. **Para Entender o Mercado de Trabalho**: como se mede o desemprego e o subemprego. (Universidade Santa Úrsula/IBASE), 1986.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. trad. Neil R. da Silva. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Ensino Superior).

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº 53. vol. 18, 2003.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **El Trabajo Decente y la Economía Informal**. Informe VI. Conferencia Internacional del Trabajo. 90ª reunión. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº. 2, out. 1972.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920 – 1967**: a cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer; Governo do Estado; Edua, 2003.

PASSERON, Jean-Claude. **O Raciocínio Sociológico**: o espaço não popperiano do raciocínio natural. trad. Beatriz Sidou. Petrópolis: Vozes, 1995.

PORCHAT PEREIRA, Oswaldo. Verdade, Realismo e Cetismo. **Discurso**. nº. 25, 1995, (7-67).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RICCA, José Luiz. Sebrae: o jovem empreendedor. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 51, Aug. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142004000200004&lng=en&nrm=iso>. accesson 22 June 2009. doi: 10.1590/S0103-40142004000200004.

RICHARDSON, R. J. (org.) **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.) **Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados**: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca de Manaus na habitação da população de baixa renda em Manaus. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Departamento de Ciências Sociais/USP, 1985. (mimeo)

SCHERER, Elenise. **Baixas nas Carteiras**: trabalho precário e desemprego na Zona Franca de Manaus. Manaus: Edua, 2005.

SENA, Ana Laura. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém**: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios. Belém: NAEA, 2002.

SILVA, Marilene Corrêa. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

SINGER, Paul. Desemprego e Exclusão Social. In: **Revista São Paulo em**

Perspectiva. v.10/ nº 1/ Jan-Mar 1996.

_____. **Economia Política da Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Queila; QUANDT, Carlos. Metodologia de Análise de Redes Sociais. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (orgs.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Big Bang)

TAFNER, Paulo (editor). **Brasil: O Estado de uma Nação – Mercado de Trabalho, Emprego e Informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (in)visíveis da Produção Capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, Mário Lisboa. As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. In: **Textos para Discussão nº 762**. Brasília: IPEA. Set/ 2000.

_____. O Estado e os Diferentes Enfoques Sobre o Informal. In: **Textos para Discussão nº 919**. Brasília: IPEA, Nov/ 2002.

TOKMAN, Víctor E. (dir.). Los municipios y el comercio ambulante. In: **De la Informalidad a la Modernidad**. Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 2007.

VALLE, Maria Izabel de Medeiros. **Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel; EDUC, 2000. (Cidade Aberta)

APÊNDICES

APÊNDICE A – FOTOS DA PRAÇA DE TRABALHO E OUTRAS

Barcos e lanchas de transporte regionais atracados no “Porto da Manaus Moderna” (por detrás do Mercado Municipal Adolpho Lisboa).



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Permissionário lavando o “corredor” pela manhã (lado da av. Eduardo Ribeiro), na tentativa de eliminar o cheiro de urina que exala na área.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Visão pela parte de dentro da grade que contorna a Praça da Matriz (lado da rua XV de Novembro) vê-se a Plataforma da Estação Central ao fundo e alguém enchendo um latão com água.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Bancas fechadas pela manhã (lado da rua XV de Novembro), pode-se perceber as lonas vermelha que cobrem as bancas, amarradas por fios de nylon e elásticos.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Visão por dentro da grade que cerca a Praça da Matriz (lado da av. Eduardo Ribeiro), vê-se as escadarias da Igreja Matriz N. S. da Conceição.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

O “corredor” pela manhã (lado da av. Eduardo Ribeiro), entre 7h e 7h30



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Banca de lanche com salgados e suco (lado da av. Eduardo Ribeiro)



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2009.

Carro-lanche (lado da av. Eduardo Ribeiro), pode-se ver o banco de alvenaria e o chão com revestimento de cerâmica posto pelo permissionário.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Banca de salgados, suco, refrigerante e água (lado da av. Eduardo Ribeiro)



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2009.

Bancas na av. Eduardo Ribeiro (à 10m da Praça da Matriz).



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2009.

Mais bancas pelo outro lado da av. Eduardo Ribeiro (à 10m da Praça da Matriz)



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2009.

“Calçadão do relógio” e as bancas do “corredor”



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Bancas pelo lado da av. Sete de Setembro (por detrás da Igreja)



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2009.

Movimentação pela manhã (lado da av. Eduardo Ribeiro), vê-se os guarda-sóis que se estendem pelo entorno da Praça.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Movimentação pela manhã (lado da av. Eduardo Ribeiro), vê-se o posto policial da 1ª CICOM e ao fundo um carrinho de café da manhã sendo empurrado por tipo “invasor”



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Movimentação (do lado da av. Eduardo Ribeiro) entre 11h e 11h30



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Banca de café da manhã (lado da av. Eduardo Ribeiro) que após 11h muda o serviço para almoço



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Bancas individuais de camelô no entorno da Praça da Matriz



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Duas bancas – familiar – que se transformam em uma para ampliar a exposição de mercadorias (lado da rua XV de Novembro), a ajuda mútua como tática de sobrevivência é um tanto comum no entorno da Praça da Matriz.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2009.

Bancas próximas da Plataforma da Estação Central (lado da rua XV de Novembro)



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Exemplo de banca especializada (lado da av. Eduardo Ribeiro), uma de óculos escuro e outra de bonés, comum no centro da cidade.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Abril, 2009.

Possível setorialização de ferragens (rua Marquês de Santa Cruz próximo ao Porto)



Fonte: SEBRAE/AM, 2005

Possível setorialização de bolsas (rua Henrique Martins entre av. Eduardo Ribeiro e rua Almirante Barroso)



Fonte: SEBRAE/AM, 2005

Praça da Matriz de frente para a Plataforma da Estação Central (s.d.)



Fonte: Google Images, 2009.

Igreja Matriz (s.d.)



Fonte: Google Images, 2009.

Praça Oswaldo Cruz (s.d.)



Fonte: Google Images, 2009.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO (2009)

Nº. do questionário _____

Característica do Ponto:

DADOS PESSOAIS

- 1. Faixa Etária** 1. Menos de 18 anos 2. Entre 19 a 25 anos 3. Entre 26 a 30 anos
 4. Entre 31 a 35 anos 5. Entre 36 a 40 anos 6. Entre 41 a 45 anos
 7. Entre 46 a 50 anos 8. Entre 51 a 60 anos 9. Entre 61 a 65 anos
 10. Entre 65 a 70 anos 11. Mais de 70 anos

2. Sexo 1. Masc. 2. Fem. **3. Onde nasceu:** _____

4. Estado Civil 1. Solteiro 2. Casado 3. Viúvo 4. Relação Estável
 5. Outro _____

ESCOLARIDADE

5. Última série que estudou 1. Não frequentou a escola e não sabe ler e escrever.
 2. Não frequentou a escola, mas sabe ler e escrever
 3. Ensino Fundamental (incompleto) 4. Ensino Fundamental (completo)
 5. Ensino Médio (incompleto) 6. Ensino Médio (completo)
 7. Ensino Superior (incompleto) 8. Ensino Superior (completo)

FAMÍLIA

6. O Sr. (a) é o chefe da família? 1. Sim 2. Não
7. Alguma outra pessoa de sua família também obtém renda?
 1. SIM 2. Não
8. Quantos ajudam na composição da renda familiar? (para questão 6, item 1)
 1. Pai 2. Mãe 3. Marido/Mulher 4. Filho (s) 5. Outro (s)
9. Quantas pessoas adultas moram na residência?

TRABALHO ANTERIOR

10. O (a) Senhor (a) já trabalhou com carteira assinada?
 1. Sim 2. Não
11. Qual o tempo que passou no último emprego com carteira assinada?

ANO	Cargo/Função	Tempo que passou trabalhando

12. Quanto ganhava por mês no último trabalho?

1. Menos de 1 S. M. 2. De 1 a 2 S. M. 3. De 3 a 5 S. M. 4. Mais de 5 S. M.

13. Qual o motivo do desligamento?

1. Por motivo da empresa 2. Por motivo particular
-

**14. Se tivesse, hoje, a oportunidade de voltar para o seu antigo trabalho, voltaria?
Por que?**

1. Sim 2. Não
-
-
-

TRABALHO ATUAL

15. Por que começou a trabalhar como camelô/autônomo?

1. Ficou sem seu último emprego, procurou outro, mas não conseguiu.
2. Ficou sem trabalho e logo começou a desempenhar a ocupação de ambulante, não procurando mais outra ocupação ou emprego.
3. Resolveu deixar o último emprego ou ocupação para começar a trabalhar como ambulante.
4. Para complementar a renda, pois exerce outra atividade remunerada.
5. Para complementar a renda, mas depois passou a trabalhar definitivamente como ambulante.
6. Outro. _____

16. O seu trabalho como camelô representa:

1. A sua principal fonte de renda 2. A sua fonte de renda complementar
(passe para questão 17 e 18)

3. A principal fonte de renda da família 4. Uma fonte de renda complementar para a família

17. Se esta é sua ocupação complementar, qual outra ocupação exerce?

18. Quanto ganha em S. M. por mês nesta outra ocupação?

19. Está procurando emprego atualmente?

20. Considera sua atividade atual apenas temporária?

21. Por quê?

1. Porque as condições de trabalho na rua são difíceis (o tempo de sol e chuva)

2. Porque ganha pouco

3. Porque quer ter direitos aos benefícios trabalhistas.

4. Outros. _____

22. Com que produto trabalha? Por que escolheu trabalhar com este produto na sua banca?

23. Gosta do trabalho que está fazendo? 1. Sim 2. Não

Se **NÃO**, por quê?

24. Qual o maior problema que enfrenta por trabalhar neste local?

1. Condições físicas do local são ruins. 2. Existe sensação de insegurança
 3. Existem dificuldades impostas pela fiscalização 4. Existe risco de vida
5. Outros _____

25. Em uma semana de movimento comum a renda normalmente é:

R\$ _____

26. A banca é sua?

1. Sim 2. Não

27. O produto com que trabalha é de produção:

1. Própria 2. Comprada de outros (passar para questão 28)

28. Compra de estabelecimento comercial:

1. Local 2. De outro Município do Amazonas 3. De outro Estado

29. Recebe nota fiscal dos produtos comprados:

1. Raramente 2. Às vezes 3. Sempre

30. Como conseguiu o dinheiro para iniciar o negócio?

1. Indenização trabalhista 2. Doação de parentes 3. Poupança própria
 4. Sebrae 5. Outros. _____

31. Como conseguiu este local?

JORNADA DE TRABALHO E ROTINA

32. Quanto tempo, por dia, permanece na banca/ponto? De que horas a que horas?

33. Este horário muda muito de acordo com o dia da semana?

1. Sim 2. Não

Se **SIM**, por quê?

34. O Sr (a) trabalha:

1. De segunda a sexta 2. De segunda a sábado 3. Todos os dias

35. Há quanto tempo está trabalhando como ambulante?

1. Menos de 1 mês 2. De 1 a 3 meses 3. De 4 meses a 6 meses
 4. Mais de 6 meses 5. Mais de 2 anos 6. mais de 5 anos

36. O Sr.(a) faz seu trabalho:

1. Sozinho (a) 2. Com a ajuda de alguém (**passar para questão 37**)

37. Com ajuda de quem?

1. Parente 2. Outra pessoa (**passar para questão 38**)

38. Esta outra pessoa recebe dinheiro pela ajuda?

1. Sim 2. Não

39. Quanto à alimentação (café, almoço, merenda)

1. Traz de casa 2. Compra de alguém aqui na Praça

40. Quanto a água para beber?

1. Traz de casa 2. Compra de alguém aqui na Praça

SINDICATO E PREFEITURA

41. É filiado ao Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes (Sincovam)?

1. Sim 2. Não 3. Outro

42. Porque está filiado?

43. Por que não está?

44. Sobre a importância da atuação dos fiscais da Prefeitura/SEMAGA:

1. Muito Importante 2. Importante 3. Pouco Importante.

45. Como você considera o outro ambulante que trabalha próximo ao Sr.(a):

1. Companheiro/Parceiro 2. Concorrente/em disputa

46. Você paga para manter uma vigilância ou segurança para a sua banca/ponto?

1. Sim 2. Não

47. Onde guarda a banca após o fechamento:

1. Aqui mesmo, pois pago vigilância 2. Em outro local próximo, pois pago para guardar
3. Aqui mesmo, mas não pago vigilância 4. Em outro local, mas não pago para guardar

48. Tem algum parentesco ou amigo como camelô ou ambulante? Aqui ou em outra parte da cidade?

1. Esposo/Esposa
2. Filhos
3. Genro
4. Pai/Mãe
5. Outro Parente _____
6. Amigo